

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável

Talissa Bedran Linhares

**EXPLORANDO A INFLUÊNCIA DO *MODUS OPERANDI* DOS PROFISSIONAIS
DE DESIGN DE INTERIORES NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTALMENTE
RESPONSÁVEIS**

Belo Horizonte

2024

Talissa Bedran Linhares

**EXPLORANDO A INFLUÊNCIA DO *MODUS OPERANDI* DOS PROFISSIONAIS
DE DESIGN DE INTERIORES NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTALMENTE
RESPONSÁVEIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola
de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora
em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Franco Pereira

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

L755e

Linhares, Talissa Bedran.

Explorando a influência do modus operandi dos profissionais de design de interiores na adoção de práticas ambientalmente responsáveis [recurso eletrônico] / Talissa Bedran Linhares. - 2024.

1 recurso eletrônico (150 f. : il.), pdf.

Orientadora: Andréa Franco Pereira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Ecodesign - Teses. Decoradores de interiores - Teses. 2. Sustentabilidade - Teses. 3. Arquitetura de interiores - Teses. 4. Designers - Teses. I. Pereira, Andréa Franco. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 747



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

"Explorando a influência do modus operandi dos profissionais de design de interiores na adoção de práticas ambientalmente responsáveis"

TALISSA BEDRAN LINHARES

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelas seguintes professoras:

Profa. Dra. Andréa Franco Pereira - Orientadora

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Laura de Souza Cota Carvalho Silva Pinto

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Maria Luiza Almeida Cunha de Castro

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Cláudia Fátima Campos

Escola de Design - UEMG

Profa. Dra. Kátia Andrea Carvalhaes Pego

Escola de Design - UEMG

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Fátima Campos**, **Usuária Externa**, em 28/11/2024, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Franco Pereira, Professora do Magistério Superior**, em 12/12/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kátia Andréa Carvalhaes Pêgo, Usuário Externo**, em 07/01/2025, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura de Souza Cota Carvalho Silva Pinto, Professora do Magistério Superior**, em 07/01/2025, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Almeida Cunha de Castro, Professora do Magistério Superior**, em 09/01/2025, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3765448** e o código CRC **9A4A1D48**.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

AGRADECIMENTO

Chego ao fim desta jornada, iniciada em 2017 e concluída em 2024, uma caminhada que transformou minha vida. Entre textos filosóficos e sociológicos, com sua linguagem intrincada e, a princípio, de difícil compreensão, e os termos técnicos da Arquitetura e do Design, abracei a interdisciplinaridade. Mais do que acumular conhecimento técnico, desenvolvi meu pensamento crítico. Como disse Szymborska (1996), "todo o conhecimento que não leva a novas perguntas rapidamente morre: não consegue manter a temperatura necessária para a manutenção da vida." E, se há algo que o mestrado e o doutorado me proporcionaram, foi justamente o despertar da dúvida e a desconstrução de certezas.

À minha família, meu agradecimento. À minha esposa, Renata, responsável pelo despertar de meu interesse pela academia e meu porto seguro: nada disso teria acontecido sem você ao meu lado, sempre. À Professora Andréa Franco Pereira, que, desde 2017, tem sido um exemplo de profissionalismo e humanidade. Mesmo em meio às adversidades e aos desafios impostos pela pandemia, ofereceu-me o suporte necessário para meu desenvolvimento e crescimento e, acima de tudo, me instigou a questionar. Sua orientação e generosidade na partilha de conhecimentos foram essenciais para minha trajetória.

Às Professoras Cláudia Campos, Maria Luiza de Castro, Kátia Andréa Pêgo e Laura de Souza Cota, agradeço imensamente por participarem de minha banca e por sua contribuição para que este trabalho atingisse todo o seu potencial. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa que me permitiu a dedicação exclusiva ao doutorado. Por fim, meu reconhecimento à UFMG, que representa a essência da educação pública de qualidade e dos princípios inabaláveis de uma ciência livre e da liberdade acadêmica. Esta instituição me proporcionou não apenas o espaço para o desenvolvimento intelectual, mas também a oportunidade de vivenciar a importância de uma comunidade comprometida com o conhecimento, a diversidade e o progresso.

“If you go to an auction, out comes the Picasso: dead silence.
Once the hammer comes down on the price: applause.
So we live in a world where we applaud the price but not the
Picasso.”

(Fran Lebowitz, 2021)

RESUMO

Esta pesquisa interdisciplinar investiga como o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores, abrangendo tanto designers quanto arquitetos, influencia a implementação de soluções favoráveis à sustentabilidade. O objetivo é compreender como os aspectos da prática projetual desses profissionais apresentam limitações para mitigar impactos ambientais. A pesquisa utiliza como base teórica a Teoria do Comportamento Planejado e a Teoria Neoinstitucional, analisando como fatores individuais e institucionais condicionam as práticas desses profissionais. Foram aplicados questionários a 49 profissionais de Design de Interiores e realizadas entrevistas semiestruturadas com 34 vendedores do setor, na região de Belo Horizonte - MG, oferecendo uma perspectiva adicional sobre os hábitos desses profissionais, a demanda e oferta de produtos ambientalmente preferíveis e as influências da prática da Reserva Técnica (RT). Os resultados indicam que o tempo de experiência profissional está associado à intenção de adoção de práticas mais sustentáveis, com profissionais entre 5 e 10 anos de atuação demonstrando maior predisposição para integrar atitudes ambientalmente responsáveis. Contudo, foi identificada uma lacuna entre as intenções declaradas e a implementação efetiva dessas práticas. As barreiras internas incluem uma compreensão limitada da sustentabilidade e a dependência de práticas tradicionais, assim como a RT, que frequentemente orientam as decisões de projeto. Já as barreiras externas envolvem a escassez de produtos e tecnologias em prol da sustentabilidade e resistência por parte de clientes. O estudo conclui que a transição para práticas mais ambientalmente responsáveis no Design de Interiores exige uma abordagem integrada, que inclua educação, incentivos institucionais e mudanças culturais entre os atores envolvidos.

Palavras-chave: design de interiores; sustentabilidade; sustentabilidade no design de interiores; *modus operandi* no design de interiores; reserva técnica (RT).

ABSTRACT

This interdisciplinary research investigates how the *modus operandi* of Interior Design professionals, including interior designers and architects, affects the implementation of sustainability-oriented solutions. The goal is to understand how aspects of these professionals' design practices present limitations in mitigating environmental impacts. The study draws on the Theory of Planned Behavior and Neo-Institutional Theory, analyzing how individual and institutional factors influence the practices of these professionals. Questionnaires were administered to 49 Interior Design professionals and semi-structured interviews were carried out with 34 salespeople in the sector, in the Belo Horizonte - MG region, offering an additional perspective on the habits of these professionals, the demand and supply of environmentally preferable products and the influences of the "Reserva Técnica" (RT) practice. The results indicate that years of professional experience is related to the intention to adopt more sustainable practices, with professionals having between 5 and 10 years of experience showing a greater predisposition to integrate environmentally responsible attitudes. However, a notable gap was identified between declared intentions and the effective implementation of these practices. Internal barriers include a limited understanding of sustainability and reliance on traditional practices, as well as RT, which often guides design decisions. External barriers involve the scarcity of sustainable products and technologies and resistance from clients. The study concludes that transitioning to more sustainable practices in Interior Design requires an integrated approach, encompassing education, institutional incentives, and cultural changes among the stakeholders involved.

Keywords: interior design; sustainability; sustainability in interior design; *modus operandi* in interior design; reserva técnica (RT).

LISTA DE ABREVIATURAS

ABD	Associação Brasileira de Designers de Interiores
ASID	<i>American Society of Interior Designers</i>
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
COV	Compostos Orgânicos Voláteis
LED	<i>Light Emitting Diode</i> (Diodo Emissor de Luz)
LEED	<i>Leadership in Energy and Environmental Design</i>
REGREEN	<i>Residential Remodeling Program</i>
RT	Reserva Técnica
USGBC	<i>United States Green Building Council</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios-chave na Especificação de Materiais em Projetos	44
Tabela 2 - Características Demográficas dos Respondentes	69
Tabela 3 - Preferências e Abordagens no Design de Interiores	71
Tabela 4 - Percepções sobre a RT	75
Tabela 5 - Nível de Conhecimento e Percepção sobre Sustentabilidade	78
Tabela 6 - Síntese do Perfil Demográfico dos Vendedores Entrevistados nos Setores de Móveis, Iluminação e Itens Decorativos	107
Tabela 7 - Frequência das Percepções dos Vendedores sobre a Relação com Profissionais de Design de Interiores, Abertura para Sugestões e Critérios de Escolha de Produtos	109
Tabela 8 - Frequência e Importância da Reserva Técnica (RT) nas Práticas Comerciais	111
Tabela 9 - Percepções dos Vendedores sobre Sustentabilidade e Preferências dos Clientes e Profissionais.....	118
Tabela 10 - Disponibilidade e Oferta de Produtos Sustentáveis nas Lojas	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das Perguntas por Seção.....	65
Quadro 2 - Estrutura de Entrevista com Vendedores de Lojas (continua ...)	66
Quadro 2 - Estrutura de Entrevista com Vendedores de Lojas (continuação)	67
Quadro 3 - Percepções dos Profissionais sobre Características de Projetos Ambientalmente Responsáveis (continua ...)	81
Quadro 4 - Práticas Ambientalmente Responsáveis Adotadas	83
Quadro 5 - Respostas Dissertativas sobre a Influência das Barreiras Externas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis (continua ...)	90
Quadro 6 - Importância da RT e Influência na Escolha de Lojas e Produtos.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Critérios Considerados no Desenvolvimento de Projetos	74
Gráfico 2 - Fontes de Incentivo para Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	84
Gráfico 3 - Barreiras Internas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	86
Gráfico 4 - Barreiras Externas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	88
Gráfico 5 - Influência das Barreiras Externas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	92
Gráfico 6 - Faixa Etária dos Profissionais e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	95
Gráfico 7 - Tempo de Experiência Profissional e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	96
Gráfico 8 - Formação Acadêmica e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	97
Gráfico 9 - Gênero dos Profissionais e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	98
Gráfico 10 - Abordagens de Remodelação e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	99
Gráfico 11 - Estilo de Projeto e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	100
Gráfico 12 - Prioridades de Projeto e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	101
Gráfico 13 - Opiniões sobre a RT e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Como os designers de interiores podem adotar práticas ambientalmente preferíveis? Insights da Teoria do Comportamento Planejado	34
Figura 2 - Como as forças Neoinstitucionais afetam a sustentabilidade no Design de Interiores	38
Figura 3 - O Ciclo Vicioso da Obsolescência Programada.....	40
Figura 4 - Reserva Técnica - Ética, Sustentabilidade e Transparência.....	49
Figura 5 - Equilibrando Barreiras à Adoção Sustentável	61
Figura 6 - Preferências e Abordagens em Remodelações de Projetos.....	73
Figura 7 - Percepções sobre a RT e seu Impacto.....	77
Figura 8 - Disparidade de Adoção de Práticas Favoráveis à Sustentabilidade.....	93
Figura 9 - Importância e Influência da Reserva Técnica nas Práticas Comerciais...	115
Figura 10 - Percepções dos Vendedores sobre Profissionais de <i>Design</i> de Interiores	120

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização	17
1.2 Questão de Pesquisa.....	23
1.3 Objetivos da Pesquisa	24
1.4 Hipóteses	25
1.5 Justificativa	28
1.6 Estrutura da Tese	30
2 REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 Teoria do Comportamento Planejado	31
2.2 Teoria Neoinstitucional e a Influência das Pressões Institucionais sobre Práticas e Valores.....	35
2.3 Obsolescência Programada.....	38
2.4 Modus Operandi dos Profissionais de Design de Interiores.....	41
2.4.1 Relações Interpessoais.....	43
2.4.2 Decisões Projetuais	44
2.4.3 Representação Técnica e Gestão de Obra	45
2.5 Reserva Técnica (RT).....	46
2.6 Práticas Ambientalmente Responsáveis no Design de Interiores	49
2.7 Barreiras para a Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis	55
2.7.1 Indústria, Varejo e Prestação de Serviços	55
2.7.2 Clientes	56
2.7.3 Profissionais Atuantes no Design de Interiores.....	57
2.8 Classificação de Barreiras Externas, Internas e a Prática da RT	58
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	62
3.1 Amostra e Estratégia de Seleção.....	62
3.2 Métodos e Técnicas.....	63
3.2.1 Considerações Éticas	64
3.2.2 Questionário com Profissionais de Design de Interiores	64
3.2.3 Entrevistas com Vendedores	65
3.3 Abordagens de Pesquisa	67
4 RESULTADOS	68
4.1 Análise Descritiva do Questionário com Profissionais.....	68
4.1.1 Perfil dos Respondentes e Características Demográficas	68

4.1.2 Preferências e Abordagens Profissionais no Desenvolvimento de Projetos ...	70
4.1.3 Conhecimento, Adoção e Barreiras para Práticas Ambientalmente Responsáveis	78
4.2 Análise da Influência de Questões Projetuais nas Práticas Ambientalmente Responsáveis	94
4.2.1 Heterogeneidade nas Práticas Profissionais e a Sustentabilidade.....	94
4.2.2 Influência das Práticas Profissionais em Atitudes Favoráveis à Sustentabilidade	98
4.2.3 Impacto da Reserva Técnica (RT) nas Escolhas de Produtos	102
4.2.4 Síntese das Associações Analisadas.....	104
4.3 Análise dos Resultados das Entrevistas com Vendedores	106
4.3.1 Perfil dos Participantes	107
4.3.2 Relação entre Vendedores e Profissionais de Design de Interiores.....	108
4.3.3 Impacto da Reserva Técnica (RT)	110
4.3.4 Relação entre Profissionais de Design de Interiores e Clientes	116
4.3.5 Percepção e Práticas Ambientalmente Responsáveis	117
4.4 Discussão dos Resultados em Relação à Questão de Pesquisa	120
4.5 Discussão Teórica Integrada: Fatores Determinantes na Adoção de Práticas Favoráveis à Sustentabilidade no Design de Interiores	122
4.6 Análise das Hipóteses Iniciais.....	126
5 CONCLUSÕES	129
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A - Questionário para Profissionais de Design de Interiores.....	141
APÊNDICE B - Questionário para Profissionais de Design de Interiores.....	143

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A necessidade de conscientização acerca de questões ambientais, derivada da crescente degradação do meio ambiente, têm impulsionado uma demanda por práticas ambientalmente responsáveis no campo do Design de Interiores, principalmente ao se considerar o impacto significativo exercido pelo setor da construção (MATÉ, 2006; STIEG, 2006). Considerando o Design de Interiores e a Arquitetura, a sustentabilidade deve abranger todas as fases do ciclo de vida de projetos, desde sua concepção até a produção, transporte, uso e descarte de produtos e materiais, enfatizando a redução de impactos negativos e a ampliação de benefícios sociais, econômicos e ambientais (KANG; GUERIN, 2009). Assim, ao adotar princípios de sustentabilidade, o Design de Interiores pode transcender as preocupações estéticas e imediatistas, integrando estratégias para um projeto mais duradouro e eficiente.

De acordo com o Relatório Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável consiste em atender às demandas do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras, envolvendo a integração de dimensões econômicas, sociais e ambientais. Este estudo aborda especialmente a dimensão ambiental, considerando os impactos decorrentes dos projetos e de sua execução no Design de Interiores. Esse enfoque envolve redução de resíduos, uso responsável de recursos naturais e incorporação de materiais e tecnologias de menor impacto ambiental, ressaltando o potencial de tais práticas para redefinir o setor em direção a um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Embora existam estudos sobre atitudes favoráveis à sustentabilidade no Design de Interiores, persiste a ausência de pesquisas em escala local e nacional que examinem de forma sistemática como o *modus operandi* dos profissionais pode dificultar a adoção de práticas ambientalmente orientadas. Essa lacuna científica requer atenção, considerando o papel estratégico do setor para amenizar impactos ambientais e a necessidade de amparo teórico e empírico que embase políticas, formação profissional e ações práticas em diferentes cenários.

A incorporação de soluções ambientalmente preferíveis no ambiente construído constitui um desafio que demanda a identificação de barreiras que dificultam o engajamento com a sustentabilidade por parte dos profissionais (AYE, 2003; HES, 2005; MATÉ, 2006). Entre essas barreiras, há fatores externos, fora do controle de designers e arquitetos, e fatores internos, vinculados ao *modus operandi* desses profissionais (AYE, 2003; HES, 2005; GIESEKAM et al., 2015).

No Design de Interiores, o *modus operandi* envolve os métodos e práticas habituais utilizados por profissionais na elaboração e implementação de projetos. Neste estudo, o *modus operandi* desses profissionais compreende a concepção de ambientes internos, envolvendo a elaboração de representações técnicas detalhadas, a seleção e especificação de materiais e elementos decorativos, bem como o detalhamento do mobiliário. Além disso, inclui o planejamento e a gestão de projetos, englobando, também, suas relações interpessoais. Essa definição está alinhada com princípios estabelecidos em legislações como a Lei nº 12.378/2010, que regulamenta a profissão de arquiteto e urbanista, e a Lei nº 13.369/2016, que dispõe sobre o exercício do *designer* de interiores (BRASIL, 2010; BRASIL, 2016). Ambas leis salientam a relevância de ações pautadas em transparência, ética e atenção às demandas do cliente, ressaltando que o *modus operandi* deve contemplar exigências técnicas, econômicas e responsabilidade ambiental inerentes à atuação profissional. Neste estudo, “profissionais de Design de Interiores” são aqueles que desenvolvem projetos de interiores, como designers e arquitetos, sejam esses projetos residenciais, comerciais, corporativos ou institucionais. Este trabalho concentra-se na cidade de Belo Horizonte, uma das principais cidades do ramo, sendo a quinta cidade brasileira que mais consumiu itens de casa e decoração no ano de 2022 (ABCASA, 2024).

As soluções projetuais adotadas pelos profissionais atuantes no Design de Interiores desempenham um papel relevante na determinação do impacto ambiental de seus projetos. Muitas delas tendem a valorizar aspectos estéticos e os custos imediatos, resultando em impactos ambientais significativos (MATÉ, 2006; STIEG, 2006). Um hábito comum é a seleção de materiais com base em critérios de custo e disponibilidade, sem considerar fatores como sua capacidade de reciclagem ou sua pegada de carbono associada (AKADIRI, 2015; HAYLES, 2015). Por exemplo, o uso de materiais derivados de petróleo, como certos tipos de plásticos e revestimentos sintéticos, continua prevalente devido ao seu custo baixo e facilidade de manutenção,

apesar de seus impactos negativos no meio ambiente (PEENSTRA; SILVIUS, 2017). Além disso, a dependência de informações concedidas por fornecedores, muitas vezes inadequadas ou insuficientes, pode limitar a capacidade de designers e arquitetos escolherem materiais e tecnologias ambientalmente responsáveis (HES, 2005; PEENSTRA; SILVIUS, 2017).

Estudos de caso demonstram como a especificação de determinados materiais e tecnologias pode influenciar positivamente projetos de interiores. Giesekam et al. (2015) destacam a implementação de sistemas de controle de iluminação automática e o uso de materiais reciclados em projetos que visam minimizar o consumo energético e o desperdício de recursos. No entanto, tais soluções ainda são exceções e não a norma. A falta de informações claras e acessíveis sobre materiais ambientalmente responsáveis e a ausência de benchmarks para avaliação de desempenho dificultam a adoção de alternativas mais sustentáveis (HAYLES, 2015; GIESEKAM et al., 2015).

Outra prática comum é a renovação frequente de Interiores para seguir tendências de mercado, o que resulta em um ciclo de desperdício contínuo e aumento do impacto ambiental (MATÉ, 2006). Projetos que não consideram a durabilidade e a flexibilidade de uso dos espaços tendem a requerer remodelações mais frequentes, elevando o consumo de materiais e energia (STIEG, 2006). A introdução de soluções projetuais que priorizem a longevidade e a adaptabilidade dos espaços pode, portanto, contribuir para a redução dos impactos ambientais.

As relações interpessoais, (com clientes, fornecedores, prestadores de serviço, etc.) exercem influência direta no *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores, afetando suas decisões e práticas adotadas (GIESEKAM et al., 2015; HAYLES, 2015). Por exemplo, a falta de conhecimento ou interesse dos clientes em relação à sustentabilidade pode levar os designers e arquitetos a priorizar soluções menos “ecológicas”, que atendem melhor suas expectativas imediatas (AYE, 2003). Portanto, as relações interpessoais não apenas influenciam as escolhas individuais dos profissionais de Design de Interiores, mas também moldam o contexto no qual essas escolhas são feitas, destacando a necessidade de um entendimento mais profundo e crítico dessas dinâmicas para a promoção de iniciativas mais ambientalmente responsáveis.

A dimensão ética também direciona a conduta desses profissionais. Além das barreiras mencionadas, há a motivação financeira, pouco explorada. A Reserva Técnica (RT), por exemplo, é uma prática de mercado cujos profissionais recebem comissões das lojas por especificarem determinados produtos.

No âmbito da arquitetura, o exercício profissional é regulamentado pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece as diretrizes e atribuições do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Essa legislação define que o exercício da profissão deve estar em conformidade com o Código de Ética e Disciplina, que proíbe explicitamente práticas que comprometam a independência técnica dos arquitetos e urbanistas. Conforme o Inciso VI, do Artigo 18 do Código de Ética, “locupletar-se ilicitamente, por qualquer meio, às custas de cliente, diretamente ou por intermédio de terceiros”. Ou seja, os profissionais não devem obter vantagens financeiras indevidas, como a prática da RT, ao especificar produtos ou serviços, pois tal prática coloca em risco a confiança do cliente e compromete a imparcialidade do profissional (BRASIL, 2010). Já em se tratando dos profissionais de Design de Interiores, a regulamentação é estabelecida pela Lei nº 13.369, de 12 de dezembro de 2016, que determina os parâmetros do exercício da profissão (BRASIL, 2016). Essa lei reforça que a atuação dos designers de interiores deve ser pautada pela transparência e pela defesa dos interesses dos clientes, indicando que a acumulação de benefícios financeiros indiretos, como a RT, é indevida.

Alguns profissionais, no entanto, justificam a prática da RT como uma forma de remuneração por serviços de assessoria técnica, incluindo o acompanhamento do cliente em escolhas e decisões relacionadas ao projeto. Embora comum, tal justificativa é questionável, pois a legislação já prevê a remuneração direta dos serviços por meio de honorários contratuais, além de a RT ocorrer sem conhecimento do cliente, violando os princípios de transparência previstos na Lei nº 12.378/2010 e na Lei nº 13.369/2016. Essa interpretação sugere uma tentativa de legitimar práticas que destoam de preceitos éticos e legais das profissões.

A transparência é um elemento-chave na discussão sobre a RT. Embora seja defendida como mecanismo de compensação financeira, a falta de clareza para o cliente pode gerar desconfiança e comprometer a relação profissional. Quando clientes não são informados de que produtos ou serviços podem ser escolhidos em

função de comissões, a credibilidade do projeto pode ser questionada (SIMÕES, 2023).

Outro ponto é a interferência da RT na coerência do projeto. Quando as decisões de Design são norteadas por interesses financeiros, há o risco de que os critérios qualitativos e quantitativos sejam comprometidos. Por exemplo, a especificação de materiais pode ser motivada por comissões, em detrimento das demandas do projeto, o que pode resultar em soluções que não atendam plenamente às necessidades do cliente (DAUDÉN, 2024). Além disso, ao priorizar produtos que oferecem comissões mais altas, os profissionais podem negligenciar opções mais ambientalmente responsáveis e duráveis, que poderiam ser mais benéficas a longo prazo tanto para o cliente quanto para o meio ambiente. Isso pode inflar custos e resultar em projetos menos alinhados com as práticas favoráveis à sustentabilidade (WILSON, 2018).

O Código de Ética do Design também orienta a atuação profissional com ênfase na integridade, transparência e responsabilidade. Ao recomendar que os designers priorizem o bem-estar do usuário e a preservação ambiental, tal documento reforça a necessidade de articular decisões projetuais a princípios éticos e favoráveis à sustentabilidade, destacando a pertinência de se investigar como o *modus operandi* desses profissionais pode contribuir para mitigar impactos ambientais no Design de Interiores.

Os valores pessoais exercem influência nas decisões de projeto no Design de Interiores. Conforme Schwartz (1992), valores pessoais são crenças que direcionam comportamentos individuais. Quando esses valores incluem a preocupação com o meio ambiente, há maior probabilidade de implementação de soluções favoráveis à sustentabilidade. Entretanto, Kang e Guerin (2009) identificam diferenças entre o que os profissionais declaram e o que realmente praticam, pois, ainda que afirmem valorizar a sustentabilidade ambiental, esses princípios não são sempre efetivamente aplicados. Esse distanciamento sinaliza um desafio para mudanças no setor.

Além de valores pessoais, normas sociais e pressões culturais também moldam as decisões desses profissionais. Bourdieu (1984) sustenta que o comportamento é influenciado por normas e expectativas sociais. No campo do Design de Interiores, essas normas tendem a valorizar soluções tradicionais e geralmente aceitas, em detrimento de alternativas ambientalmente responsáveis (DE PAULA et al., 2022). Como resultado, iniciativas mais sustentáveis podem ser vistas como arriscadas ou

menos atraentes, e a preferência por padrões estabelecidos inibe a adoção de novas tecnologias e materiais.

A Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991) auxilia na compreensão do comportamento dos profissionais de Design de Interiores. Segundo esse referencial, o comportamento resulta de atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido. As atitudes desses profissionais em relação à adoção de iniciativas sustentáveis são diretamente influenciadas por suas crenças sobre os resultados dessas práticas. Se acreditam que o uso de materiais ambientalmente responsáveis agrega valor ao projeto, sua atitude pode ser positiva, incentivando a incorporação de tais soluções. No entanto, percepções de aumento de custos ou complicações no processo de Design podem gerar atitudes negativas. Normas subjetivas (expectativas sociais de colegas, clientes e reguladores) podem impulsionar ou dificultar ações em prol da sustentabilidade ambiental, enquanto o controle comportamental percebido, vinculado ao acesso a recursos e conhecimento, repercute na capacidade de superar obstáculos, como escassez de materiais adequados.

A Teoria Neoinstitucional, conforme Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983), contribui para analisar como regras, normas e pressões institucionais condicionam práticas no Design de Interiores. Diante do crescente enfoque acerca da sustentabilidade ambiental, essa teoria mostra como pressões coercitivas (como regulamentações ambientais), normativas (expectativas de associações profissionais) e miméticas (a replicação de práticas consolidadas) influenciam o *modus operandi* dos profissionais. Tais pressões podem dificultar a disseminação de práticas favoráveis à sustentabilidade, reforçando padrões estéticos e econômicos prevalentes em detrimento de critérios ambientais, como durabilidade e reciclabilidade.

Ao passo que a Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991) explica fatores individuais que motivam ou restringem a adoção de práticas mais sustentáveis, a Teoria Neoinstitucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983) aborda pressões coercitivas, normativas e miméticas em nível institucional. Assim, a primeira teoria focaliza elementos micro (valores e atitudes), enquanto a segunda salienta dinâmicas macro (regras, demandas de mercado e associações).

O *modus operandi* no Design de Interiores compreende aspectos como metodologias de trabalho, decisões projetuais e gestão de projetos, envolvendo coordenação com fornecedores e clientes, cronogramas e supervisão da obra (AKADIRI, 2015; HAYLES,

2015). Essas componentes interagem de modo complexo, o que indica a relevância de uma abordagem integrada para compreender suas implicações no impacto ambiental final dos projetos.

1.2 Questão de Pesquisa

As barreiras para a adoção de práticas de Design de Interiores ambientalmente preferíveis identificadas na literatura podem ser divididas entre: a) barreiras externas, tais como limitações por parte da indústria e dos clientes; b) barreiras internas, de natureza pessoal, como a tendência, por parte dos profissionais, a manter práticas e materiais já estabelecidos em seus projetos (AHN et al., 2013; AKADIRI, 2015; AMETPEY et al., 2015; AYE, 2003; AZEEM et al., 2017; GHAZILLA et al., 2015; GIESEKAM et al., 2015; HANKINSON; BREYTENBACH, 2012; HAYLES, 2015; HES, 2005; KANG; GUERIN, 2009; LASANI, 2016; MATÉ, 2006; MATÉ, 2009; PEENSTRA; SILVIUS, 2017; STIEG, 2006).

Além da influência da cultura institucional e de práticas que favorecem produtos e tecnologias consolidados no mercado, outras barreiras internas foram identificadas, tais como: a escassez de informação e sensibilização desses profissionais sobre materiais, tecnologias e conceitos relacionados à sustentabilidade; sua resistência em relação aos aspectos estéticos do que é considerado ambientalmente preferível, considerando-o pouco atrativo; sua percepção de custos elevados de alternativas ambientalmente responsáveis; tempo de projeto restrito para a pesquisa de novos materiais e treinamento sobre novas tecnologias. Porém, identificou-se uma deficiência de pesquisas acerca do tema, sendo esses aspectos brevemente mencionados e pouco explorados na literatura.

Ao se observar orientações fornecidas pelo United States Green Building Council (USGBC) e a American Society of interior Designers (ASID), por meio do LEED (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e do REGREEN (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008), percebe-se que um de seus principais enfoques é o desenvolvimento de projetos inteligentes, duradouros, flexíveis e atemporais, que minimizem a necessidade de futuras remodelações, resultando em menos obras, menor consumo, menor descarte e, conseqüentemente, menor impacto ambiental. Caso essas recomendações fossem seguidas, haveria menor demanda de novos

projetos, reduzindo o faturamento dos profissionais, evidenciando um impasse entre sustentabilidade e interesses financeiros.

Em geral, estudos se concentram em barreiras externas, sobretudo na escolha de materiais, produtos e tecnologias favoráveis à sustentabilidade, sem aprofundar barreiras associadas ao comportamento profissional, como motivações financeiras. A RT, por exemplo, pode direcionar decisões de projeto para alternativas menos sustentáveis, mas mais rentáveis financeiramente (DAUDÉN, 2024), o que gera implicações éticas e compromete a qualidade dos projetos.

Observa-se, portanto, uma tensão entre práticas éticas, ambientais e aspectos financeiros, ressaltando a necessidade de análise sobre o comportamento, o modo de agir, as práticas estabelecidas e os valores desses profissionais. Diante desse cenário, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa:

**COMO OS ASPECTOS DO *MODUS OPERANDI* DOS PROFISSIONAIS DE
DESIGN DE INTERIORES INFLUENCIAM SUA ATUAÇÃO NA MITIGAÇÃO DE
IMPACTOS AMBIENTAIS?**

A partir dessa indagação, busca-se investigar elementos até então negligenciados em pesquisas acerca do tema. Reconhecer o profissional como corresponsável e aliado na busca de soluções ambientalmente orientadas realça a importância de compreender seu *modus operandi*, contemplando, inclusive, possíveis incentivos financeiros que influenciam escolhas de projeto.

1.3 Objetivos da Pesquisa

Para analisar as limitações para atitudes ambientalmente responsáveis no Design de Interiores, é crucial entender os fatores que influenciam a prática profissional dos designers e arquitetos. Seu *modus operandi* afeta o impacto ambiental de seus projetos, porém ainda não se sabe de qual forma esses aspectos podem restringir ou favorecer abordagens mais sustentáveis. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é **examinar como o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores pode limitar uma atuação em prol da mitigação de impactos ambientais.**

Como objetivos específicos, destacam-se:

1. Analisar o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores.
2. Investigar quais e como as atitudes desses profissionais colaboram ou se opõem à mitigação de impactos ambientais.
3. Avaliar como resoluções e diretrizes das associações e conselhos profissionais influenciam (ou não) a adoção de práticas favoráveis ao meio ambiente.
4. Identificar quais fatores externos impactam a prática do Design de Interiores, contribuindo ou dificultando sua atuação com vistas a mitigar os impactos ambientais.

Neste estudo, propõe-se examinar as variáveis que compõem o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores, visando identificar atitudes que possam limitar a mitigação de impactos ambientais em seus projetos. Ao examinar o comportamento dos profissionais, as influências das diretrizes institucionais e os fatores externos que afetam a prática profissional, busca-se compreender as dinâmicas que moldam a adoção de práticas ambientalmente responsáveis no Design de Interiores. Essa abordagem visa fornecer subsídios para uma reflexão crítica e o desenvolvimento de estratégias que promovam a integração efetiva de princípios favoráveis à sustentabilidade na prática profissional.

1.4 Hipóteses

Com base na literatura, definiram-se quatro hipóteses para conduzir a investigação. Segundo Kang e Guerin (2009), as escolhas feitas por profissionais de Design de Interiores influenciam na redução dos impactos ambientais, uma vez que afetam o consumo de recursos, a geração de resíduos e a eficiência energética do ambiente construído. A adoção de estratégias de Design passivo, por exemplo, que utilizam luz e ventilação naturais, pode reduzir a necessidade de energia artificial, minimizando assim a pegada de carbono dos projetos (SORRENTO, 2012).

Com base nisso, formula-se a hipótese a seguir, fundamentada na constatação de que as práticas adotadas por designers e arquitetos influenciam diretamente no impacto ambiental dos projetos:

Hipótese 1 - O *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores, que implica em vários comportamentos inerentes a sua prática profissional, interfere nas soluções projetuais em relação aos impactos ambientais.

As associações e conselhos profissionais, como o CAU e a Associação Brasileira de Designers de Interiores (ABD), têm a responsabilidade de orientar e regulamentar a prática profissional. Embora as Leis nº 12.378/2010 e nº 13.369/2016 estabeleçam as bases legais para o exercício da Arquitetura e Urbanismo e do Design de Interiores, ambas se mostram limitadas no que diz respeito à incorporação de orientações voltadas à sustentabilidade. Estudos indicam que essas diretrizes não são suficientes para garantir que sejam adotadas soluções ambientalmente responsáveis em projetos de interiores. Guy e Farmer (2001) argumentam que, apesar de existirem normativas que promovam maior sustentabilidade ambiental, a aplicação dessas diretrizes é limitada, seja por falta de fiscalização ou seja por um descompasso entre a regulamentação e as práticas do mercado. As leis vigentes e as orientações das associações podem ser vistas como inócuas, pois não conseguem impor uma mudança significativa nas atitudes dos profissionais de Design de Interiores em prol do meio ambiente.

Hankinson e Breytenbach (2012) identificaram que a existência de regulamentações, além da educação ambiental, contribui com a adoção de soluções ambientalmente responsáveis por parte desses profissionais. Dessa forma, percebe-se a necessidade de uma reformulação das diretrizes e de uma abordagem mais integrada que inclua educação contínua, incentivos econômicos e uma fiscalização eficaz para a promoção de atitudes favoráveis à sustentabilidade no Design de Interiores, o que leva à próxima hipótese:

Hipótese 2 - As legislações, diretrizes e determinações das associações e conselhos profissionais são inócuas e insuficientes para direcionar uma prática profissional favorável ao meio ambiente.

Há, também, a possibilidade de que o *modus operandi* desses profissionais não seja homogêneo, pela diversidade de abordagens dentro da prática do Design de Interiores. Alguns profissionais, motivados por uma consciência ambiental mais forte ou por um compromisso ético, podem adotar soluções que favorecem a mitigação dos impactos ambientais, tais como o uso de materiais reciclados ou a integração de tecnologias de eficiência energética (CHICK; MICKLETHWAITE, 2011). Essa

heterogeneidade nas práticas pode significar que, enquanto alguns profissionais do Design de Interiores adotam estratégias mais sustentáveis, outros podem estar menos comprometidos com a sustentabilidade ambiental, reforçando a necessidade de uma investigação mais profunda sobre as variáveis que influenciam essas diferenças.

Essa heterogeneidade pode ser identificada, por exemplo, ao avaliar a definição dada por 1/3 dos arquitetos sobre o que seria a RT, por meio de consulta pública elaborada pelo CAU. Apesar de a maioria dos profissionais serem a favor da prática, 33% a considera uma remuneração adquirida de forma antiética, às custas o cliente (SIMÕES, 2023).

Daudén (2024) observa que profissionais podem ser incentivados a especificar produtos de maior valor ou em quantidades excessivas para aumentar o montante recebido pela RT, o que pode resultar em escolhas que negligenciam critérios de sustentabilidade. Quando o lucro financeiro prevalece sobre preocupações ambientais, pode haver um aumento no consumo de recursos naturais e na geração de resíduos, ampliando os impactos negativos dos projetos. Levando esses fatores em consideração, foi elaborada a hipótese abaixo:

Hipótese 3 - O *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores não é homogêneo, podendo motivações financeiras influenciarem suas práticas ou não.

Os impactos ambientais associados ao Design de Interiores podem ser influenciados por fatores externos ao controle dos profissionais. Azeem et al. (2017), El-khatib (2017), Hankinson e Breytenbach (2012), Kineber et al. (2023) e Lee et al. (2013) destacam a necessidade de conscientização para iniciativas mais ambientalmente responsáveis, por meio de educação e acessibilidade às informações, regulamentações, incentivos financeiros e penalidades promovidos pelo governo. Além disso, Ametepey et al. (2015), Aye (2003), Azeem et al. (2017), Kineber et al. (2023), Maté (2006), Maté (2009) e Peenstra e Silvius (2017) apontam que os profissionais frequentemente dependem da demanda do cliente por soluções com menor impacto ambiental.

Estudos adicionais, como os de Aye (2003), Akadiri (2015), Hayles (2015) e Kineber et al. (2023), identificaram uma resistência por parte dos clientes em aceitar alternativas ambientalmente favoráveis. Além disso, a oferta limitada desses produtos

no mercado (AMETEPEY et al., 2015; AZEEM et al., 2017; HAYLES, 2015; KINEBER et al., 2023; LASANI, 2016) e a insuficiência de informações sobre os mesmos pelos fornecedores (AKADIRI, 2015; AYE, 2003; HAYLES, 2015; KINEBER et al., 2023) foram reconhecidas como barreiras para a adoção de práticas mais sustentáveis no Design de Interiores.

Portanto, mesmo que o *modus operandi* dos profissionais esteja alinhado com práticas ambientalmente responsáveis, as restrições impostas por fatores externos podem limitar soluções favoráveis à sustentabilidade. Essa análise reforça a importância da Hipótese 4, evidenciando como os desafios externos interagem com as práticas projetuais no Design de Interiores:

Hipótese 4 - Fatores externos à prática profissional influenciam a efetividade das estratégias adotadas para mitigar impactos ambientais.

Em síntese, as hipóteses levantadas evidenciam a complexidade das interações entre o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores, suas motivações, regulamentações institucionais e fatores externos que influenciam as práticas projetuais. A exploração dessas hipóteses contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados na busca por um Design de Interiores que funcione em prol da sustentabilidade ambiental e oferece um caminho para futuras pesquisas e intervenções no campo.

1.5 Justificativa

Segundo o Relatório de Status Global para Edificações e Construção (Global Status Report for Buildings and Construction) o setor da construção civil foi responsável por 37% da energia operacional global e das emissões de CO₂ relacionadas a processos, no ano de 2022 (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2022). Diante desse cenário, cresce a importância de se compreender como práticas projetuais influenciam tais impactos, inclusive em subáreas como o Design de Interiores. A atuação de designers e arquitetos na especificação de materiais, definição de layouts e gestão de projetos pode repercutir no volume de resíduos gerados e na eficiência do uso de recursos. A análise dessas práticas, portanto, insere-se no debate contemporâneo sobre estratégias para mitigar impactos ambientais no ambiente construído.

Observa-se que as legislações vigentes — como a Lei nº 12.378/2010, que que regulamenta a profissão de arquiteto e urbanista, e a Lei nº 13.369/2016, que regulamenta o exercício do Design de Interiores — não apresentam dispositivos normativos suficientes para promover condutas técnicas orientadas à sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2010; BRASIL, 2016). As entidades que representam essas categorias, como o CAU e a ABD, embora contem com códigos de ética e ações pontuais, não oferecem diretrizes técnico-regulamentares de caráter vinculante que estimulem a incorporação sistemática de práticas ambientalmente responsáveis (DAUDÉN, 2024; SIMÕES, 2023).

Nesse contexto, torna-se relevante a investigação sobre o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores — ou seja, o conjunto de decisões, práticas e condutas que orientam sua atuação, desde a concepção do projeto até sua execução. Tal investigação inclui aspectos técnicos (como representação gráfica e especificação de materiais), gerenciais (como cronogramas e orçamentos) e relacionais (como a mediação com clientes e vendedores), além de questões éticas e econômicas. A análise dessas dimensões pode oferecer subsídios para compreender como determinados padrões operacionais influenciam a adoção — ou não — de estratégias ambientalmente preferíveis.

Além dos fatores internos relacionados às decisões dos profissionais, é necessário considerar variáveis externas que condicionam essas escolhas. A disponibilidade limitada de materiais ambientalmente preferíveis, a escassez de informações técnicas qualificadas e a influência das expectativas dos clientes são elementos frequentemente citados como barreiras para a implementação de soluções mais sustentáveis (AMETEPEY et al., 2015; AYE, 2003; KINEBER et al., 2023). Mesmo quando há predisposição à adoção de tais práticas, as condições de mercado e a estrutura da cadeia produtiva podem restringir as alternativas disponíveis.

Outro aspecto a ser considerado é a dissociação entre discurso e prática. Ainda que muitos profissionais se declarem comprometidos com princípios de sustentabilidade, suas decisões projetuais nem sempre refletem esse posicionamento (CELADIN, 2020; KANG; GUERIN, 2009; MATÉ, 2006; MATÉ, 2009; PILATOWICZ, 2015). Além disso, fatores econômicos, como a prática da reserva técnica (RT) — comissões recebidas de fornecedores pela especificação de produtos — pode impactar a imparcialidade do

projeto e comprometer critérios de sustentabilidade ao favorecer escolhas baseadas em retorno financeiro (DAUDÉN, 2024; SIMÕES, 2023).

Por fim, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores interage com fatores institucionais, normativos e contextuais na adoção de práticas ambientalmente responsáveis. Ao abordar esse tema a partir de uma perspectiva teórica e empírica, o estudo pretende contribuir para a produção de conhecimento científico aplicado, subsidiando políticas de formação, regulamentação e orientação profissional, com vistas a fortalecer a responsabilidade ambiental na atuação cotidiana dos profissionais da área.

1.6 Estrutura da Tese

Esta tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, Introdução, estabelece o contexto da pesquisa, apresentando a questão de pesquisa, os objetivos, as hipóteses e a justificativa do estudo.

No segundo capítulo, Referencial Teórico, são apresentadas as teorias e conceitos centrais, incluindo a Teoria do Comportamento Planejado, a Teoria Neoinstitucional, além do conceito de Obsolescência Programada, que ajudam a entender os comportamentos e as pressões institucionais enfrentadas pelos profissionais atuantes no Design de Interiores. Discute-se o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores, a Reserva Técnica (RT), as práticas ambientalmente responsáveis e apresenta-se uma análise das barreiras internas e externas à adoção dessas práticas, classificando-as e fundamentando as hipóteses de pesquisa com base na literatura relevante, o que permite uma conexão direta com os resultados apresentados posteriormente.

Os capítulos seguintes incluem a Abordagem Metodológica, onde são descritos os procedimentos de coleta e análise de dados, seguidos pelo capítulo de Resultados, que apresenta os achados empíricos do estudo, explorando análises qualitativas auxiliadas por técnicas quantitativas. O último capítulo, Conclusões, integra e sintetiza os resultados, discutindo suas implicações teóricas e práticas, além de propor direções para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, será abordado o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, unindo diferentes perspectivas que contribuem para a compreensão da prática profissional no Design de Interiores. A Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991) será introduzida inicialmente, proporcionando uma estrutura para analisar as decisões projetuais sob a ótica das intenções e comportamentos dos profissionais da área. Em seguida, a Teoria Neoinstitucional será abordada para examinar como as pressões institucionais (coercitivas, normativas e miméticas) moldam os valores e as práticas desses profissionais, contextualizando os desafios contemporâneos e suas implicações para a sustentabilidade ambiental. Será tratada, posteriormente, a influência da obsolescência programada no processo projetual. A seguir, será analisado o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores, abordando suas relações interpessoais e decisões projetuais, que envolvem a especificação de produtos e definição de layouts e elementos de projeto. Outro aspecto a ser apresentado será a prática da Reserva Técnica (RT) e suas controvérsias. Por fim, será abordada a adoção de práticas ambientalmente responsáveis e as barreiras enfrentadas, classificando-as em barreiras internas e externas.

2.1 Teoria do Comportamento Planejado

A Teoria do Comportamento Planejado, proposta por Ajzen (1991), é utilizada para prever e entender os comportamentos humanos em diversas áreas, o que inclui o Design de Interiores. Esta teoria postula que o comportamento humano é determinado por três componentes principais: a atitude em relação ao comportamento, que se refere às crenças e avaliações positivas ou negativas sobre a execução de uma ação; as normas subjetivas, que dizem respeito à percepção das expectativas sociais e à pressão dos pares ou da sociedade em geral para realizar ou não o comportamento; e o controle comportamental percebido, que envolve a percepção da facilidade ou dificuldade de executar o comportamento, influenciando tanto a intenção quanto a própria execução da ação.

A aplicação dessa teoria no contexto do Design de Interiores pode ajudar a compreender como os profissionais dessa área tomam decisões que impactam a sustentabilidade ambiental em seus projetos, considerando suas atitudes pessoais, a

influência das normas profissionais e sociais, e a percepção de controle sobre os fatores que afetam suas práticas.

As atitudes são formadas pelas crenças do indivíduo sobre os resultados esperados de uma ação específica e suas avaliações desses resultados. No contexto do Design de Interiores, se os designers e arquitetos acreditam que o uso de materiais ambientalmente responsáveis melhora a qualidade do ambiente e agrega valor ao projeto, eles terão uma atitude positiva em relação à adoção dessas soluções (HES; DU PLESSIS, 2015). No entanto, se percebem que tais práticas aumentam os custos ou complicam o processo de Design, suas atitudes podem ser negativas. Essas atitudes moldam as intenções dos profissionais de Design de Interiores e influenciam diretamente sua disposição para incorporar iniciativas favoráveis à sustentabilidade em seus projetos.

A influência das atitudes na formação das intenções comportamentais também é destacada em estudos empíricos que exploram a aplicação da Teoria do Comportamento Planejado no contexto do Design de Interiores. Um exemplo é o trabalho de Lee et al. (2013), que investigou como os profissionais dessa área tomam decisões sobre a adoção de materiais ambientalmente preferíveis em projetos residenciais. O estudo identificou que a atitude dos profissionais é o principal preditor da intenção de incorporar soluções mais sustentáveis, seguida pelo controle comportamental percebido. Isso evidencia como as crenças positivas sobre os benefícios ambientais exercem uma influência direta no processo decisório, destacando a utilidade da teoria para compreender os fatores que orientam a prática profissional.

As normas subjetivas, outro componente central da Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991), referem-se às percepções do indivíduo sobre as expectativas sociais em relação a determinado comportamento. Essas normas são formadas a partir das pressões sociais e das expectativas de colegas, clientes e da sociedade em geral. Se os clientes, colegas, reguladores e a comunidade de Design de Interiores valorizam a sustentabilidade, os profissionais sentirão uma maior pressão para incorporar essas soluções em seus projetos (KOLLMUSS; AGYEMAN, 2002). Por outro lado, a falta de demanda ou valorização de práticas ambientalmente responsáveis por parte dos clientes pode ser uma limitação para a adoção dessas medidas. Nesse cenário, atitudes favoráveis à sustentabilidade poderiam ser

neutralizadas por normas coletivas e restrições econômicas percebidas, por exemplo. As normas subjetivas, portanto, ajudam a explicar como as expectativas e pressões sociais moldam as decisões dos profissionais de Design de Interiores em relação à sustentabilidade.

O controle comportamental percebido refere-se à percepção do indivíduo sobre a facilidade ou dificuldade de realizar um comportamento específico, baseado em experiências passadas e na antecipação de obstáculos. Esse componente envolve a avaliação de fatores internos e externos que podem facilitar ou impedir a execução de determinadas ações. Se os profissionais de Design de Interiores acreditam que possuem os recursos, conhecimento e apoio necessários para implementar soluções mais sustentáveis, eles serão mais propensos a adotá-las (AJZEN, 2002). Por outro lado, a falta de acesso a materiais favoráveis à sustentabilidade, conhecimento técnico ou apoio financeiro pode limitar essa percepção de controle, dificultando a mudança de comportamento. O controle comportamental percebido, portanto, amplia a compreensão das barreiras que os designers e arquitetos enfrentam na adoção dessas práticas.

O estudo de Lee et al. (2013) também identificou o controle comportamental como um elemento que afeta diretamente a viabilidade percebida pelos profissionais ao implementar práticas favoráveis à sustentabilidade. Esse componente é moldado por fatores como a disponibilidade de materiais e informações, além do apoio técnico disponível. A aplicação prática da teoria sugere que estratégias que promovam maior acesso a recursos e capacitação técnica podem fortalecer essa percepção, facilitando a superação de barreiras e incentivando iniciativas mais sustentáveis. Assim, a Teoria do Comportamento Planejado oferece uma estrutura útil não apenas para identificar as barreiras à sustentabilidade, mas também para propor intervenções direcionadas a transformar o comportamento projetual.

Conforme ilustra a Figura 1, a adoção de práticas ambientalmente preferíveis no Design de Interiores pode ser analisada a partir dos três componentes principais apresentados pela Teoria do Comportamento Planejado, proposta por Ajzen (1991), sendo eles: a) atitude - visão positiva sobre atitudes favoráveis à sustentabilidade; b) normas subjetivas - pressão social exercida por colegas e clientes; c) controle comportamental percebido - relação entre recursos, apoio e percepção de facilidade/dificuldade na implementação de práticas ambientalmente responsáveis.

**Figura 1 - Como os designers de interiores podem adotar práticas ambientalmente preferíveis?
Insights da Teoria do Comportamento Planejado**



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na Figura 1, a seção “Atitude Positiva” ressalta a crença de que atitudes favoráveis à sustentabilidade agregam valor ao projeto, incentivando soluções menos impactantes ao meio ambiente. Já “Pressão Social” evidencia como clientes, colegas de profissão e até a sociedade podem reforçar a demanda por ações ambientalmente responsáveis. Por fim, “Controle Percebido” pontua que a ausência de recursos ou apoio técnico pode dificultar a adoção dessas iniciativas, ilustrando a importância de disponibilizar subsídios, treinamentos e políticas que apoiem escolhas mais sustentáveis.

Ao examinar as atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido, a Teoria do Comportamento Planejado auxilia compreender como os profissionais tomam decisões e como elas impactam o meio ambiente. No entanto, para uma análise mais completa do *modus operandi* dos designers e arquitetos, a Teoria Neoinstitucional pode ser integrada, ampliando o entendimento sobre como as dinâmicas institucionais moldam comportamentos e práticas. Essa teoria explora as pressões coercitivas, normativas e miméticas que influenciam as escolhas dos profissionais, destacando como normas sociais, regulatórias e de mercado reforçam práticas estabelecidas, muitas vezes em detrimento de alternativas mais sustentáveis. A combinação dessas teorias permite uma abordagem mais abrangente, proporcionando insights sobre as barreiras e facilitadores na adoção de práticas

ambientalmente responsáveis no Design de Interiores e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de mitigação dos impactos ambientais.

2.2 Teoria Neoinstitucional e a Influência das Pressões Institucionais sobre Práticas e Valores

A Teoria Neoinstitucional, fundamentada por Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983), oferece uma estrutura analítica para compreender como pressões regulativas, normativas e cultural-cognitivas moldam comportamentos organizacionais e individuais. Essa abordagem é particularmente útil para investigar a adoção de práticas ambientalmente preferíveis no Design de Interiores, setor caracterizado por desafios institucionais específicos que dificultam a integração de soluções mais sustentáveis. A aplicação dessa teoria permite não apenas identificar barreiras à sustentabilidade, mas também explorar estratégias para superá-las, ampliando o alcance e a relevância da prática profissional.

Os pilares centrais da teoria, conforme estabelecido por Scott (2008), destacam que as instituições moldam comportamentos por meio de regras formais, valores compartilhados e crenças tácitas. No contexto do Design de Interiores, essas dimensões institucionais interagem para criar um ambiente onde práticas em prol da sustentabilidade frequentemente enfrentam resistência. Pressões regulativas, como regulamentações ambientais e incentivos fiscais, são limitadas pela ambiguidade e fragmentação normativa. Gao et al. (2024) destacam que a ausência de normas específicas para iniciativas ambientalmente responsáveis em setores criativos, como o Design de Interiores, cria incertezas que inibem a implementação de inovações. Essa lacuna é agravada pela falta de incentivos financeiros robustos, o que dificulta a superação dos altos custos iniciais associados a produtos e tecnologias mais sustentáveis.

Ademais, as pressões normativas refletem expectativas sociais e culturais que frequentemente priorizam fatores como a estética em detrimento de considerações ambientais. Serrano et al. (2024) argumentam que normas culturais profundamente enraizadas perpetuam padrões tradicionais, criando barreiras a atitudes ambientalmente preferíveis. Isso é corroborado por Ghafoor et al. (2024), que

identificam a fragmentação na colaboração entre os envolvidos como um fator crítico que limita a implementação de soluções em prol da sustentabilidade.

O pilar cultural-cognitivo, por sua vez, enfatiza o impacto de crenças e modelos mentais que influenciam a percepção de viabilidade e valor das práticas mais sustentáveis. Bossio et al. (2021) sugerem que a dissonância cognitiva (quando profissionais reconhecem a importância da sustentabilidade, mas continuam priorizando práticas convencionais) é um dos obstáculos à mudança. Além disso, a falta de dados confiáveis sobre os benefícios econômicos e ambientais de longo prazo de soluções em prol da sustentabilidade perpetua o ceticismo e a hesitação entre profissionais do setor (DOU et al., 2019). Essas barreiras culturais são frequentemente exacerbadas pela falta de treinamento técnico e de acesso a informações detalhadas sobre materiais e tecnologias inovadoras, conforme destacado por Horry et al. (2022).

Um aspecto que se destaca para o Design de Interiores é o papel das pressões miméticas, que incentivam a imitação de práticas consideradas bem-sucedidas ou legítimas. Ghafoor et al. (2024) argumentam que projetos-piloto e parcerias público-privadas são ferramentas eficazes para demonstrar a viabilidade técnica e econômica de soluções ambientalmente favoráveis. Esses exemplos práticos podem catalisar mudanças ao fornecer modelos tangíveis que reduzem o risco percebido e facilitam a adoção de inovações. No entanto, a literatura sugere que a eficácia dessas iniciativas depende da existência de políticas públicas integradas e de incentivos econômicos claros, como subsídios e deduções fiscais, que apoiem a transição para práticas mais sustentáveis (WANG et al., 2023).

A análise de Hofer et al. (2024) sobre o fenômeno do *decoupling* (desconexão entre práticas adotadas formalmente e resultados reais) ilustra um desafio no Design de Interiores. Muitas vezes, práticas favoráveis à sustentabilidade são implementadas de forma simbólica, sem gerar transformações substanciais nos resultados ambientais ou econômicos. Esse comportamento reflete a pressão para atender às expectativas institucionais de legitimidade, mas sem um alinhamento real com os objetivos estratégicos das organizações. Para superar essa desconexão, é fundamental desenvolver métricas claras e mecanismos de monitoramento que garantam a eficácia das práticas adotadas, alinhando-as aos objetivos ambientais de longo prazo.

Outro aspecto da literatura é o impacto das estruturas discursivas na legitimação de iniciativas ambientalmente preferíveis. Boettcher e Kim (2022) destacam que

discursos predominantes sobre custo e eficiência podem limitar a percepção de viabilidade de inovações mais sustentáveis. Em contraste, narrativas que conectam sustentabilidade a valores apreciados (como inovação, exclusividade e impacto social positivo) têm o potencial de reconfigurar normas culturais e incentivar a adoção de práticas alinhadas às demandas contemporâneas. Essa abordagem é reforçada por Gazzola (2022), que sugere que mudanças discursivas são essenciais para alinhar práticas organizacionais às expectativas sociais e culturais emergentes.

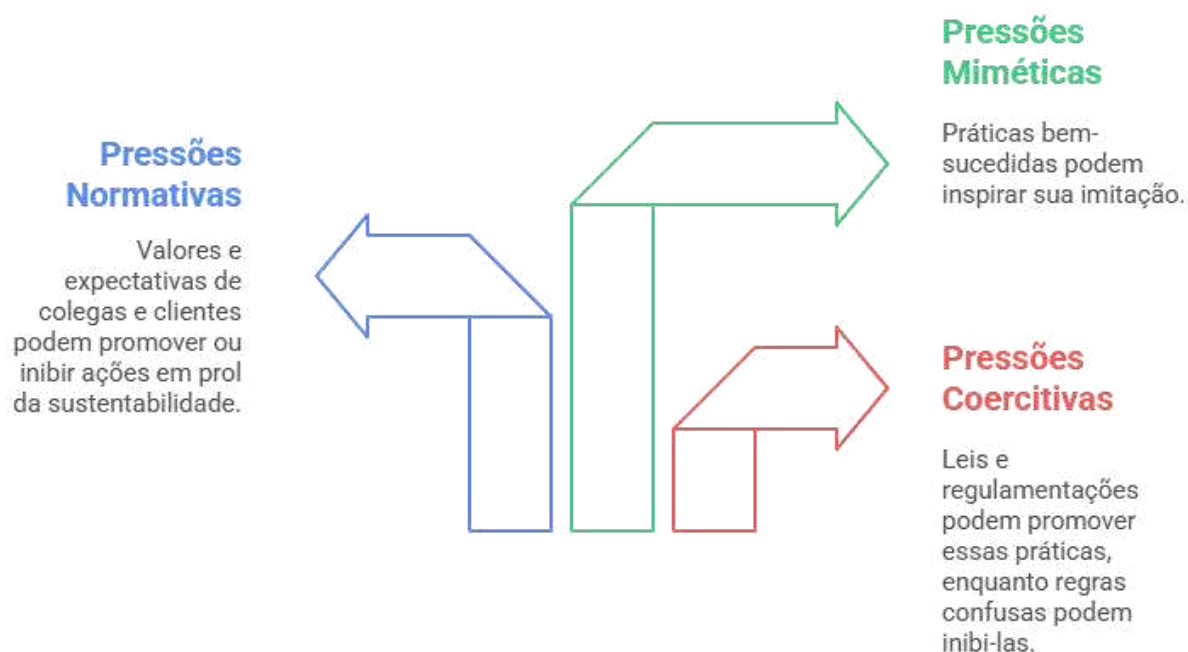
A literatura também destaca lições de setores correlatos, como construção civil e gestão ambiental. Horry et al. (2022) demonstram que sistemas de gestão ambiental (SGAs), como o ISO 14001, poderiam ser adaptados ao Design de Interiores para melhorar a eficiência operacional, reduzir custos e aumentar a credibilidade organizacional. De maneira semelhante, De Gier et al. (2024) enfatizam que a padronização e rastreabilidade de produtos são elementos cruciais para integrar práticas mais sustentáveis em cadeias de valor complexas. Essas abordagens sugerem que iniciativas de certificação específicas para o Design de Interiores poderiam desempenhar um papel transformador, incentivando atitudes favoráveis à sustentabilidade e promovendo a cooperação entre colaboradores.

Apesar dos desafios, os estudos também identificam caminhos possíveis para superar barreiras institucionais. A educação e a conscientização desempenham um papel central na transformação de normas culturais e percepções individuais. Serrano et al. (2024) sugerem que campanhas educativas e treinamentos específicos são relevantes para capacitar profissionais e redesenhar valores organizacionais. Além disso, Wang et al. (2023) argumentam que incentivos financeiros e programas de reconhecimento podem acelerar a transição para essas práticas, criando um ambiente onde a sustentabilidade é percebida como uma vantagem competitiva.

Embora este capítulo explore a aplicação da Teoria Neoinstitucional para compreender barreiras e facilitadores no Design de Interiores, convém enfatizar que uma análise detalhada das barreiras existentes na área será apresentada na seção 2.7. Essa abordagem complementarà a visão teórica aqui desenvolvida, fornecendo uma perspectiva empírica mais específica sobre os desafios e oportunidades para a adoção de práticas ambientalmente preferíveis no setor.

Conforme ilustra a Figura 2, o Design de Interiores é influenciado por diferentes tipos de pressões institucionais, as quais afetam diretamente a adoção de atitudes favoráveis à sustentabilidade.

Figura 2 - Como as forças Neoinstitucionais afetam a sustentabilidade no Design de Interiores



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nesse contexto, as pressões normativas refletem valores compartilhados e expectativas sociais que estimulam a incorporação de soluções mais responsáveis em termos ambientais, enquanto as pressões miméticas levam ao ato de imitar exemplos considerados bem-sucedidos ou legitimados pela comunidade. Por outro lado, as pressões coercitivas decorrem de regulamentações e legislações, podendo tanto impulsionar quanto dificultar a adoção de iniciativas mais sustentáveis, conforme o nível de clareza e a aplicabilidade efetiva dessas normas.

2.3 Obsolescência Programada

A obsolescência programada é um conceito que remonta ao início do século XX, desenvolvido como uma estratégia para impulsionar o consumo por meio da redução deliberada da vida útil dos produtos, forçando os consumidores a substituí-los em ciclos mais curtos (BULOW, 1986). Essa abordagem está profundamente enraizada

na busca incessante por crescimento econômico no sistema capitalista, onde a renovação constante de produtos se traduz em lucros contínuos para as indústrias (PACKARD, 1960). Apesar de seus benefícios econômicos, a obsolescência programada contraria os princípios de sustentabilidade, promovendo um ciclo de consumo insustentável que exacerba o esgotamento de recursos naturais e a geração de resíduos, agravando os impactos ambientais globais (COOPER, 2010). Essa contradição entre crescimento econômico e sustentabilidade levanta questões críticas sobre a viabilidade das práticas atuais de produção e consumo frente às crescentes demandas por responsabilidade ambiental (JACKSON, 2009; SCHOR, 2010).

No setor de Design de Interiores, pode-se observar a influência desse conceito, em especial, como uma forma de “obsolescência estética”, onde produtos são frequentemente substituídos não por falhas técnicas, mas por estarem “fora de moda”. Essa dinâmica é impulsionada por ciclos de tendências acelerados, promovidos pela indústria e pela mídia (JACKSON, 2009). Esses ciclos incentivam a renovação constante dos ambientes, resultando em um consumo insustentável e no aumento da geração de resíduos.

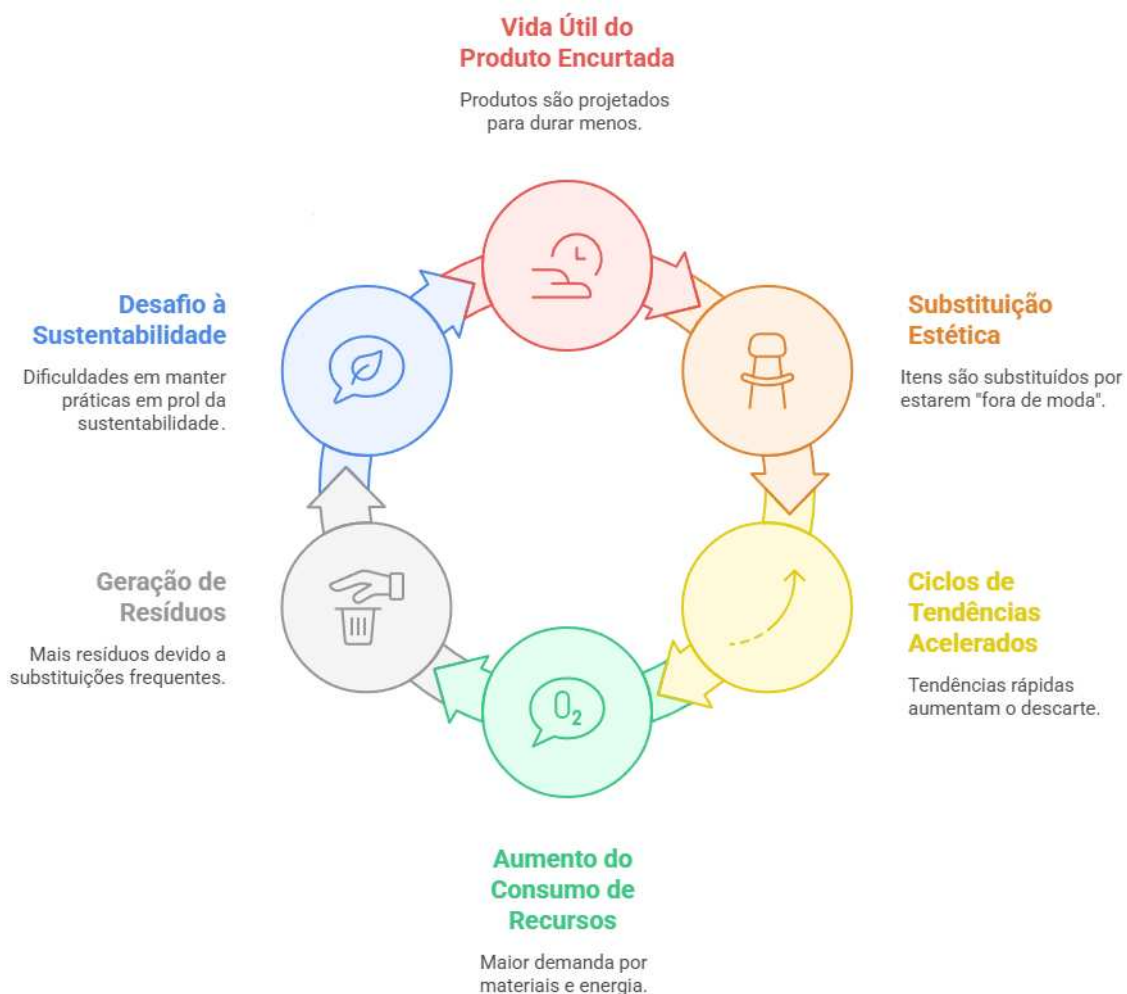
Historicamente, as tendências eram pautadas por padrões estéticos homogêneos e amplamente aceitos, os quais determinavam ciclos de substituição de produtos mais longos e previsíveis. Até a primeira metade do século XX, tendências consolidadas estabeleciam uma espécie de permanência temporal, permitindo que os produtos fossem utilizados por períodos mais extensos antes de serem considerados obsoletos. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, movimentos culturais e econômicos transformaram a lógica do consumo e fragmentaram as tendências em nichos. Essa descentralização resultou em uma dinâmica de consumo mais personalizada, marcada por ciclos de renovação mais rápidos, adaptados a preferências individuais e a contextos culturais diversificados (LIPOVETSKY, 1989).

No Design de Interiores, essa transição para tendências descentralizadas influenciou diretamente a prática profissional. Por um lado, fomentou a criatividade e a individualidade nos projetos, permitindo soluções altamente específicas que atendem às demandas de públicos variados. Por outro, intensificou a obsolescência programada, incentivando o descarte prematuro de produtos e a reformulação constante de espaços. O impacto dessa dinâmica pode ser observado em práticas que valorizam a renovação estética em detrimento da durabilidade, promovendo

ambientes que se tornam “datados” em um curto espaço de tempo. A velocidade dos ciclos frequentemente contradiz princípios como durabilidade e longevidade, pilares de práticas ambientalmente preferíveis. Enquanto a flexibilidade criativa pode ser uma vantagem, a pressão por atualizações constantes costuma resultar em desperdício e exacerba os impactos ambientais. O fenômeno da obsolescência deve ser analisado em seu contexto cultural e econômico contemporâneo, no qual o consumo não é apenas funcional, mas também simbólico. A busca por expressar identidade por meio de escolhas estéticas pode alimentar ciclos acelerados de inovação e descarte.

Conforme ilustra a Figura 3, a obsolescência programada estabelece um ciclo vicioso, no qual a diminuição deliberada da vida útil dos produtos, associada a tendências estéticas passageiras, gera um consumo contínuo de recursos e promove o descarte prematuro de materiais.

Figura 3 - O Ciclo Vicioso da Obsolescência Programada



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao promover a substituição recorrente de materiais, mobiliários e acabamentos com base em padrões estéticos efêmeros, a obsolescência programada favorece ciclos de consumo acelerado que desconsideram critérios de durabilidade e adaptabilidade dos ambientes. Como resultado, há um aumento na extração de recursos naturais, no consumo energético envolvido na produção e transporte de novos produtos e na geração de resíduos sólidos provenientes do descarte prematuro de itens ainda funcionais. Esse processo compromete os princípios de sustentabilidade ambiental ao reforçar modelos de uso descartável e de curto prazo no ambiente construído, exigindo uma reavaliação crítica das práticas profissionais e das dinâmicas culturais que sustentam esse padrão.

2.4 *Modus Operandi* dos Profissionais de Design de Interiores

Os valores pessoais dos profissionais de Design de Interiores influenciam diretamente seu *modus operandi*. Segundo Schwartz (1992), valores pessoais são crenças duradouras que orientam o comportamento humano em diversas situações. Quando os valores desses profissionais estão alinhados com preceitos de sustentabilidade, há maior probabilidade de que eles adotem atitudes ambientalmente responsáveis em seus projetos. No entanto, estudos indicam uma lacuna entre as intenções declaradas e as ações efetivas dos profissionais. Kang e Guerin (2009) descobriram que, embora profissionais de Design de Interiores afirmem valorizar a sustentabilidade, suas ações nem sempre refletem esses valores.

Os valores coletivos e as pressões sociais também influenciam a tomada de decisões relacionadas à prática projetual desses profissionais. O comportamento de cada indivíduo é moldado por normas sociais e expectativas culturais (BOURDIEU, 1984). O sistema econômico vigente é um fator que também deve ser considerado. A economia de mercado e o sistema capitalista incentivam frequentemente práticas que maximizam o lucro e minimizam os custos, o que pode se opor aos princípios de sustentabilidade.

Segundo Oxford (2024), o *modus operandi* pode ser compreendido como o modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve suas atividades ou opera. No contexto do Design de Interiores, esse termo refere-se aos métodos, práticas e comportamentos que caracterizam a maneira como esses profissionais conduzem

suas atividades. Isso inclui desde a abordagem inicial, de avaliação do ambiente, até a concepção de projetos, execução e monitoramento. Este conceito não se limita apenas aos elementos visuais, mas também engloba as decisões éticas, ambientais e econômicas que influenciam diretamente na qualidade e no impacto ambiental dos projetos desenvolvidos.

O ofício do profissional de Design de Interiores é complexo e dinâmico, exigindo uma combinação de habilidades técnicas, criativas e interpessoais. Neste estudo, o *modus operandi* dos profissionais será avaliado a partir dos itens a seguir, compilados das Leis nº 12.378 e 13.369 (BRASIL, 2010; BRASIL, 2016), que dispõe, respectivamente, a profissão de arquiteto e urbanista e o exercício do *designer* de interiores:

1. Concepção e Planejamento de Espaços Internos

O profissional de Design de Interiores é responsável por idealizar e planejar ambientes internos, sejam eles existentes ou em fase de projeto. Esse processo deve envolver a análise das necessidades e objetivos dos usuários e deve visar à criação de espaços que considerem conforto, estética, segurança e bem-estar, sempre em conformidade com legislações e regulamentações vigentes.

2. Desenvolvimento de Representações Técnicas

A elaboração de representações gráficas detalhadas, como plantas, cortes, elevações e perspectivas, também faz parte de suas atribuições. Esses documentos devem abranger elementos não estruturais dos ambientes internos e, quando pertinente, áreas externas adjacentes.

3. Especificação de Materiais e Elementos Decorativos

Cabe ao profissional selecionar e especificar cores, acabamentos, revestimentos, mobiliário e demais itens decorativos que atendam às demandas de uso e estéticas do projeto.

4. Detalhamento e Design de Mobiliário

Esse profissional pode conceber, desenhar e detalhar peças de mobiliário e outros componentes decorativos e funcionais. Esse processo inclui a definição de materiais, dimensões e acabamentos apropriados ao projeto.

5. Planejamento e Gestão de Projetos

Além do planejamento dos ambientes, o profissional pode elaborar orçamentos, orientar a instalação dos elementos projetados e, quando necessário, assumir a gestão da obra. Essa gestão envolve o acompanhamento de cronogramas, controle de custos e coordenação das equipes envolvidas.

Cada projeto apresenta desafios específicos que requerem uma abordagem integrada e adaptável. Dentre os aspectos que colaboram para o sucesso de um profissional de Design de interiores estão sua capacidade em especificar materiais adequados, manter relações interpessoais eficazes, detalhar projetos com precisão e acompanhar a execução da obra de forma diligente. Também é parte de sua atribuição a indicação de lojas, prestadores de serviço e a atualização profissional contínua.

2.4.1 Relações Interpessoais

As relações interpessoais estão presentes em diversas etapas dos projetos de Design de Interiores, tais como a especificação de materiais e elementos decorativos, o detalhamento e *design* de mobiliário e a gestão de projetos. Essas etapas envolvem um contato direto com vendedores e prestadores de serviço envolvidos na obra, permitindo ao profissional avaliar a viabilidade técnica e financeira das opções disponíveis, a compatibilidade dos materiais e produtos selecionados com o conceito do projeto, assim como a solução de possíveis imprevistos que possam surgir na decorrência da obra. A interação constante com clientes também contribui na compreensão de suas necessidades e expectativas, com a finalidade de garantir sua satisfação com o projeto realizado (DE PAULA et al., 2022).

Em se tratando de quesitos de sustentabilidade ambiental por parte dos profissionais de Design de Interiores, identificou-se que a relação entre esses profissionais e seus clientes pode influenciar na adoção de soluções ambientalmente responsáveis. Em pesquisa cujos profissionais da área foram questionados, 35,09% atestam resistência dos clientes quanto à adoção de materiais ambientalmente responsáveis (LINHARES, 2020). Hayles (2015) argumenta que clientes não estão dispostos a sacrificar suas preferências estéticas ou a conveniência dos sistemas tradicionais conhecidos e amplamente disponíveis no mercado. Além disso, a literatura aponta que a resistência

dos profissionais, devido à aparência física desses materiais, é um fator que interfere na adoção de práticas sustentáveis.

Ao se levar em consideração a relação desses profissionais com os vendedores, também foram identificados aspectos que interferem na adoção de materiais ambientalmente preferíveis, já que 64,5% dos profissionais mostraram interesse nesses materiais quando informados sobre os mesmos por vendedores (LINHARES, 2020). Tal observação se alinha aos achados de Hankinson e Breytenbach (2012), que destacaram que o acesso à informação por parte desses profissionais contribui para a adoção de práticas ambientalmente responsáveis. Segundo Hayles (2015), somente uma parcela dos vendedores incentivava ativamente os clientes a adquirirem esses materiais, indicando que a maioria dos profissionais carece de conhecimento suficiente sobre a origem e os benefícios dos materiais favoráveis à sustentabilidade.

2.4.2 Decisões Projetuais

Para Pile (2003), a especificação adequada de materiais e produtos pode determinar o resultado final de um projeto. Critérios-chave na escolha de materiais por parte dos profissionais de Design de Interiores foram definidos em pesquisa realizada no ano de 2020 (LINHARES, 2020), conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Critérios-chave na Especificação de Materiais em Projetos

Critérios-chave	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Funcionalidade	50	87.72%
Praticidade de manutenção	50	87.72%
Durabilidade/resistência	50	87.72%
Aspectos estéticos atrativos	48	84.21%
Preço	39	68.42%
Conforto proporcionado	39	68.42%
Preocupação preservação ambiental	33	57.89%
Disponibilidade do produto	33	57.89%
Seu conhecimento sobre as características do material	31	54.39%
Facilidade de mão de obra qualificada para instalação	28	49.12%
Marca específica de confiança	26	45.61%
Benefício à saúde	22	38.60%
Tempo de instalação	17	29.82%
Preocupação políticas de cunho social	11	19.30%

Fonte: LINHARES (2020)

Três aspectos se destacam para 87,72% dos respondentes, sendo eles a funcionalidade, praticidade de manutenção e durabilidade/resistência dos materiais. Esses critérios indicam que a seleção de materiais é fortemente influenciada por aspectos físicos e de resistência mecânica. Além disso, a atratividade estética dos materiais também é um fator mencionado por 84,21% dos participantes. Isso demonstra que, embora a funcionalidade e a durabilidade sejam prioridades, os aspectos estéticos não são descartados na escolha dos materiais (LINHARES, 2020).

Percebe-se, por meio da tabela, que 57,89% dos profissionais afirmaram se preocupar com aspectos ambientais ao definirem os materiais usados em seus projetos. Porém, há uma lacuna entre o discurso desses profissionais e sua implementação prática (LINHARES, 2020), também observada por Kang e Guerin (2009), Maté (2006) e Maté (2009). Há uma tendência entre os profissionais de reconhecer a sustentabilidade em princípio, mas falhar em traduzir esses valores em ações concretas. Essa incoerência entre o que é considerado relevante e o que é realmente implementado levanta questões sobre as barreiras que impedem a adoção de atitudes ambientalmente responsáveis.

Para além da especificação dos materiais e produtos, outra das atribuições de designers e arquitetos é o posicionamento dos itens selecionados para o projeto. No Design de Interiores, o termo “layout” refere-se à organização e distribuição espacial dos elementos em um ambiente, sendo uma etapa que serve de base para as decisões subsequentes (PEVSNER, 1976).

A partir do layout, outras etapas do projeto são desenvolvidas, como, por exemplo, a planta luminotécnica, onde é definida a disposição e o tipo das luminárias a serem utilizadas no projeto (iluminação focada, iluminação geral, etc.). Exemplos de fatores a serem considerados nessa etapa são as dimensões e o quantitativo de cada item, que pode variar conforme sua disposição no espaço.

2.4.3 Representação Técnica e Gestão de Obra

Em um projeto, as etapas são interdependentes e, frequentemente, se sobrepõem. As perspectivas digitais tratam de simulações realistas do projeto, com o intuito de representar visualmente o seu resultado. São úteis não só para a aprovação do

cliente, mas também para a compreensão do projeto por parte dos demais envolvidos na obra. O detalhamento técnico envolve a elaboração de desenhos técnicos, plantas baixas, cortes e elevações. Segundo Ching (2014), o detalhamento preciso é essencial para a execução do projeto, garantindo que todos os elementos sejam instalados conforme especificado. Ambas as etapas são desenvolvidas por meio de softwares especializados.

Adicionalmente, a documentação técnica abrange outros elementos fundamentais, como listas de materiais, tabelas quantitativas e orientações de montagem. Esses documentos funcionam como instrumentos operacionais que orientam a equipe de obra, delimitam o escopo de cada fornecedor e favorecem a gestão de cronograma e orçamento. A organização dessas informações permite ao profissional controlar com maior precisão o andamento da obra, monitorando prazos, entregas e etapas críticas.

Assim, o acompanhamento de obra é outro fator que influencia a execução de um projeto, envolvendo a supervisão constante de seu progresso. Visitas regulares ao local da obra são necessárias para verificar a conformidade com o projeto e solucionar problemas que possam surgir. O profissional de Design de interiores deve garantir que a qualidade dos materiais e da execução esteja de acordo com os padrões estabelecidos. Esse acompanhamento permite a tomada de decisões mais assertivas e contribui para minimizar retrabalhos, desperdícios e atrasos.

2.5 Reserva Técnica (RT)

A Reserva Técnica (RT) é um tema controverso na discussão sobre ética profissional por parte de designers e arquitetos. Diz respeito à prática de receber comissões de empresas e fornecedores como compensação por indicações a clientes ou pela inclusão de seus produtos e serviços em projetos. Essa conduta merece uma análise crítica no âmbito profissional, pois, apesar de ilegal, é parte do *modus operandi* de muitos desses profissionais (DAUDÉN, 2024).

Segundo Daudén (2024), o recebimento da RT pode ser compreendido como um estímulo para que escolhas de projeto sejam motivadas por interesses financeiros pessoais em detrimento de critérios qualitativos ou de coerência para cada obra, o que, segundo a autora, prejudica a imagem e a credibilidade dos profissionais do

ramo. Essa prática é considerada antiética e ilegal por parte do CAU e da ABD, a partir da legislação que regulamenta o exercício da profissão (WILSON, 2018).

Apesar disso, profissionais defensores dessa prática alegam que os honorários recebidos pelo projeto, por si só, não correspondem à real carga horária de trabalho demandada (DAUDÉN, 2024). Por outro lado, Tatiana Filomeno, arquiteta e presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura de Santa Catarina (AsBEA/SC), acredita que a sobrevivência de arquitetos, escritórios e lojas não depende da RT. Flávia Bastiani, presidente da Associação de Arquitetos de Interiores do Brasil no Rio Grande do Sul (AAI Brasil/RS), entende que o recebimento da RT desvaloriza a profissão. Ela ressalta a necessidade de conscientização dos profissionais quanto aos honorários, à gestão do escritório e ao posicionamento diante dos clientes, para que compreendam o valor de seu trabalho (WILSON, 2018).

Em resumo, enquanto os profissionais contrários à RT enfatizam a ética, a transparência e a qualidade do serviço prestado, os que são a favor defendem a necessidade de compensação financeira adequada pelo trabalho realizado. A questão permanece em debate dentro da comunidade, com diferentes visões sobre o assunto e uma busca por soluções que promovam a integridade profissional e a satisfação do cliente.

Em debate realizado no 23º Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina do CAU, em Porto Alegre, foram apresentadas respostas à consulta pública elaborada pelo CAU, na qual participaram cerca de 3.500 profissionais, de modo anônimo. Aproximadamente 50% dos participantes definiram RT como sendo uma “remuneração decorrente da ação de assistência técnica, assessoria e/ou consultoria ao cliente na aquisição de bens e serviços técnicos”, mas, em contrapartida, 33% identificam a RT como a “remuneração às custas do cliente, indiretamente ou por intermédio de terceiros, sem o conhecimento e/ou conhecimento do cliente”, e 15% identificava na RT uma “remuneração decorrente dos programas de marketing de afiliados dos fornecedores de bens ou serviços de Arquitetura”. Ainda, 62% dos profissionais confirmaram já ter recebido a RT, tendo metade dos inqueridos afirmado que a RT não é parte essencial de sua remuneração. Aproximadamente 70% dos participantes aprovaria uma reforma do Código de Ética do CAU para que a prática seja reconhecida e regulamentada e não apenas proibida (SIMÕES, 2023).

Conforme o levantamento supracitado, percebe-se que a maioria dos profissionais inqueridos demonstra interesse na permanência da RT, sugerindo sua regulamentação junto ao CAU. Mesmo no caso de sua regulamentação, contando com o aceite e consentimento por parte do cliente, há uma questão que pode tornar essa prática um empecilho na busca por projetos ambientalmente responsáveis. A RT é calculada proporcionalmente ao valor final dos produtos e serviços, estimulando a escolha de itens de maior custo e negligenciando critérios relacionados à durabilidade e impacto ambiental, além da possibilidade de especificar esses itens em quantidades superiores às necessárias.

A revisão e regulamentação da prática da RT poderiam ser uma saída para que as decisões dos profissionais de Design de Interiores fossem orientadas por critérios éticos e ambientais, em vez de meros incentivos financeiros (DAUDÉN, 2024). Implementar políticas que incentivem a transparência nas relações comerciais e promovam a responsabilidade social e ambiental pode ajudar a alinhar os interesses econômicos com os princípios de sustentabilidade (SCHOR, 2010). Essas medidas não apenas contribuiriam para a redução do impacto ambiental proveniente das obras, mas também fortaleceriam a integridade ética da profissão.

Conforme ilustra a Figura 4, a discussão acerca da Reserva Técnica (RT) envolve dimensões que vão desde conflitos de interesse até as implicações éticas e legais dessa prática.

Figura 4 - Reserva Técnica - Ética, Sustentabilidade e Transparência



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nesse contexto, questões como a oferta de produtos mais lucrativos reforçam a necessidade de critérios éticos e de transparência na relação com o cliente. A desconfiança que pode surgir ao se descobrir a remuneração indireta pela RT demanda modelos mais claros de prestação de contas, ao passo que as leis e normativas profissionais estabelecem parâmetros para orientar a prática. Em última análise, os impactos na sustentabilidade ambiental advêm da possível priorização de materiais menos duráveis ou de alto impacto, evidenciando a necessidade de alinhar decisões projetuais a valores de responsabilidade socioambiental.

2.6 Práticas Ambientalmente Responsáveis no Design de Interiores

A incorporação de práticas ambientalmente responsáveis no Design de Interiores deve estar alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável, que visam atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987).

Estudos indicam que há uma lacuna, denominada por Steig (2006) como a “lacuna da sustentabilidade”. Ela reflete a discrepância entre o conhecimento percebido pelos profissionais de setor da construção acerca de conceitos e soluções ambientalmente responsáveis e sua aplicação real em projetos. Ao pesquisarem sobre o tema nos EUA, Kang e Guerin (2009) destacaram que, apesar de reconhecerem a necessidade de um Design de Interiores ambientalmente responsável, profissionais não o implementam de forma consistente. Maté (2006) e Maté (2009) encontraram resultados semelhantes ao investigar a percepção dos profissionais na Austrália, assim como Celadin (2020) e Pilatowicz (2015), na Polônia e EUA, respectivamente.

Aye (2003), Hankinson e Breytenbach (2012) e Kineber et al. (2023) identificaram a necessidade de maior acesso à informação, maior conhecimento e experiência para a adoção do Design favorável à sustentabilidade por parte dos profissionais. Esses autores confirmam que, tanto nos EUA quanto na África do Sul e no Egito, esses profissionais têm uma compreensão limitada de conceitos essenciais, tais como eficiência energética e uso de materiais ambientalmente responsáveis. Esse cenário reforça a necessidade de maior educação e conscientização profissional para capacitar designers e arquitetos a incorporar atitudes ambientalmente sustentáveis em seus projetos.

Outro aspecto a considerar é a escolha de materiais favoráveis à sustentabilidade, que desempenham um papel na redução dos impactos ambientais e na promoção de maior saúde pública. Hayles (2015) e Lasani (2016) apontaram que, embora existam opções mais favoráveis ao meio ambiente disponíveis no mercado, os profissionais muitas vezes não incentivam ativamente seus clientes a adotá-las, principalmente devido à falta de informações claras sobre seus benefícios. Giesekam et al. (2014), ao explorar as emissões de gases de efeito estufa associadas ao setor de construção no Reino Unido, sugerem o uso de materiais de baixo carbono incorporado, a reutilização de materiais e a adoção de tecnologias de Design que minimizem o desperdício. Além disso, os autores indicam a minimização da necessidade de remodelações e a adaptação de estruturas existentes. Essas ações podem reduzir os danos causados pelos materiais ao meio ambiente e contribuir para uma economia mais circular e eficiente em termos de recursos.

A influência dos clientes nas decisões para um Design mais sustentável é outro fator que afeta as escolhas projetuais. Estudos como os de Maté (2006) e Peenstra e Silvius

(2017) mostram que os profissionais frequentemente dependem da disposição dos clientes em pagar por alternativas ambientalmente responsáveis. Sem essa demanda clara, profissionais hesitam em propor opções mais sustentáveis, mesmo reconhecendo seus benefícios a longo prazo. Já para Chan et al. (2017), o incentivo ao cliente à adoção de soluções favoráveis à sustentabilidade é responsabilidade dos profissionais da área. Assim, destaca-se a necessidade de conscientização não apenas dos profissionais, mas também dos clientes sobre os benefícios de um Design mais sustentável, com objetivo de criar um ciclo de demanda mais sólido por essas práticas.

Os benefícios de adotar soluções mais sustentáveis vão além do meio ambiente e incluem a saúde humana. Lee et al. (2013) e El-Khatib (2017) destacam os riscos à saúde associados ao uso de materiais tóxicos em projetos de Design de Interiores. A escolha de materiais ambientalmente responsáveis não só reduz os impactos ambientais, mas também protege a saúde dos ocupantes de edifícios.

Em diferentes contextos regionais, a resistência à adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade tem causas similares. Fagundes e Ferreira (2013), no Brasil, e Lasani (2016), no Canadá, identificaram como obstáculos a falta de informações e a percepção de custos mais altos quando se trata de materiais alternativos. Hayles (2015) e Azeem et al. (2017) sugerem que a implementação de políticas públicas e incentivos financeiros pode auxiliar na superação dessas barreiras e ampliar a adoção de soluções mais sustentáveis.

Essa necessidade de regulamentações adequadas e incentivos é reforçada por Stieg (2006) e Azeem et al. (2017), que defendem uma colaboração mais forte entre academia, setor privado e governo. A participação de diferentes atores, como associações profissionais e indústrias, pode contribuir para criar um ambiente que facilite a implementação de atitudes ambientalmente responsáveis.

Finalmente, as barreiras culturais e regionais à adoção de um Design mais sustentável, conforme apontado por Hankinson e Breytenbach (2012) e por Fagundes e Ferreira (2013), indicam que os desafios variam de acordo com o contexto local. A falta de regulamentações, incentivos e conscientização é um obstáculo que dificulta a aplicação de soluções ambientalmente responsáveis em diversas regiões. No entanto, como Azeem et al. (2017) e Peenstra e Silvius (2017) sugerem, a implementação de códigos de conduta, campanhas de conscientização e regulamentações específicas

pode auxiliar tanto profissionais quanto clientes a reconhecer e adotar práticas mais sustentáveis.

Considerando o contexto brasileiro, Camata (2023) buscou investigar a sustentabilidade no Design de Interiores no Brasil, com o objetivo de caracterizar as atitudes ambientalmente responsáveis por parte dos profissionais da área e analisar as diferenças com a literatura científica internacional. Utilizando questionários aplicados a designers de interiores registrados na ABD, a pesquisa revelou que menos de 15% dos profissionais afirmaram implementar soluções favoráveis à sustentabilidade em seus projetos. O estudo também apontou uma carência de pesquisas sobre a seleção de materiais em prol da sustentabilidade no Brasil, assim como a necessidade de maior investigação sobre as barreiras que limitam o engajamento dos designers com práticas ambientalmente preferíveis. Os resultados indicam que o Design de Interiores brasileiro pode contribuir para tornar o setor de construção civil mais sustentável, reforçando a integração dessas iniciativas ao ambiente construído.

Já Lopes (2014) investigou a relação entre cliente, projeto e profissional no contexto de Design de Interiores, com foco em questões relacionadas à sustentabilidade. Foi utilizado um questionário para explorar as percepções dessa relação, buscando avaliar como as decisões de projeto afetam a durabilidade, o descarte, a reciclagem e a sustentabilidade ambiental. O objetivo do estudo foi entender a influência da durabilidade dos projetos, ao se considerar questões ambientais. Os resultados indicaram que a interação entre cliente, projeto e profissional exerce influência nas escolhas que promovem maior sustentabilidade. Projetos que atendem às necessidades dos clientes tendem a ser mais duráveis. No entanto, assim como outros autores, o estudo também identificou a limitação do mercado em oferecer produtos ambientalmente responsáveis.

Em suma, os estudos demonstram a necessidade de abordar a sustentabilidade no Design de Interiores e no setor da construção de maneira holística, considerando fatores como a prática profissional, a demanda dos clientes, a regulamentação e o contexto regional, resultando em uma abordagem integrada para lidar com as barreiras existentes.

Associações como o USGBC e a ASID fornecem diretrizes e ferramentas com o objetivo de orientar os profissionais da área. O LEED (Leadership in Energy and

Environmental Design), criado pelo USGBC, e o REGREEN, criado pelo ASID, são dois sistemas de certificação desenvolvidos para promover práticas de Design e construção favoráveis à sustentabilidade. O LEED é um dos padrões mais reconhecidos e utilizados globalmente para avaliar o desempenho ambiental de edifícios e interiores, abrangendo critérios que vão desde a eficiência energética até o uso de materiais ambientalmente responsáveis. Por outro lado, o REGREEN foca especificamente no Design de Interiores, oferecendo orientações detalhadas para a criação de ambientes que minimizem o impacto ambiental, promovam a saúde e o bem-estar dos ocupantes.

Dentre orientações fornecidas pelo LEED (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e pelo REGREEN (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008), destacam-se as seguintes diretrizes para o desenvolvimento de projetos de Design de Interiores mais sustentáveis:

- Utilizar produtos isentos de elementos tóxicos em sua composição
- Especificar materiais provenientes de fontes rapidamente renováveis
- Considerar a capacidade de reciclagem dos materiais
- Especificar materiais contendo componentes reciclados, evitando o uso de materiais derivados de petróleo
- Especificar materiais produzidos localmente ou em um raio de até 800km para reduzir o consumo de combustíveis à base de petróleo
- Optar por fornecedores de madeira certificada com selo florestal
- Utilizar tintas e revestimentos “ecológicos”, caracterizados por baixos níveis de compostos orgânicos voláteis (COV)
- Especificar eletrodomésticos que atendam ao padrão EnergyStar™, garantindo eficiência no consumo de energia
- Priorizar a utilização de LED e adotar sistemas automáticos de controle de iluminação, coordenando-os para otimizar o uso da luz artificial e economizar energia sempre que possível

- Priorizar projetos com maior longevidade, antecipando possíveis alterações futuras para evitar a necessidade de remodelação, reduzindo o desperdício e o descarte de materiais
- Desenvolver projetos de iluminação flexíveis e menos dependentes do layout atual do ambiente
- Projetar o piso para atender a múltiplos usos e diferentes configurações de mobiliários
- Especificar mobiliários e materiais de alta durabilidade e qualidade, considerando o orçamento disponível
- Priorizar a luz natural, em detrimento da artificial, e proporcionar vistas para a área externa a um número maior de ocupantes do espaço

Em se tratando da prática profissional no Design de Interiores, as diretrizes acima podem ser divididas entre fatores externos e internos à prática profissional. Como fatores externos têm-se, por exemplo, as orientações que abrangem a utilização de produtos isentos de toxinas, materiais reciclados e de fontes rapidamente renováveis, bem como a preferência por fornecedores locais e madeiras certificadas, enfatizando a escolha de materiais ambientalmente responsáveis. O foco na redução do uso de materiais derivados de petróleo e no incentivo ao uso de tintas com baixos níveis de compostos orgânicos voláteis (COV) também demonstra a preocupação com a saúde humana e o meio ambiente.

No entanto, há também diretrizes que consideram o comportamento dos profissionais atuantes no Design de Interiores (fatores internos). Ao projetar espaços que promovam maior longevidade, flexibilidade e durabilidade, esses profissionais minimizam a necessidade de futuras remodelações, reduzindo o desperdício de recursos e materiais. Essa abordagem favorece projetos que não apenas consideram o impacto ambiental imediato, mas também visam sustentabilidade ao longo do ciclo de vida dos espaços, reduzindo o descarte e ampliando a eficiência. A literatura frequentemente foca em barreiras relacionadas à especificação de materiais e tecnologias inteligentes, como sistemas automáticos de controle de iluminação e eletrodomésticos energeticamente eficientes. Embora os fatores externos sejam relevantes, observa-se uma lacuna no estudo de fatores internos, ou seja, derivados

do comportamento dos profissionais de Design de Interiores e como seu modo de agir pode interferir nos impactos ambientais de seus projetos.

Dessa forma, a adoção de práticas ambientalmente responsáveis no Design de Interiores requer uma combinação de fatores. De um lado, o acesso a materiais e tecnologias ambientalmente preferíveis deve ser propiciado pela indústria. De outro, os profissionais precisam estar mais conscientes sobre a relevância de conceber projetos eficientes e com maior ciclo de vida.

2.7 Barreiras para a Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis

A adoção de práticas ambientalmente responsáveis no Design de Interiores é condicionada por um conjunto de barreiras que operam em múltiplas dimensões, envolvendo fatores individuais, institucionais, culturais e estruturais. Estudos apontam que, embora observa-se maior disseminação do discurso sobre sustentabilidade, sua implementação efetiva permanece limitada por aspectos como a priorização de critérios estéticos e financeiros, a disponibilidade restrita de materiais de menor impacto ambiental e a carência de informações técnicas adequadas (AYE, 2003; HES, 2005; PEENSTRA; SILVIUS, 2017). Além disso, normas sociais, expectativas de clientes e dinâmicas culturais influenciam as decisões projetuais, frequentemente em detrimento de soluções ambientalmente orientadas (DE PAULA et al., 2022). Este capítulo tem como objetivo sistematizar essas barreiras, distinguindo entre condicionantes internas e externas ao *modus operandi* dos profissionais, visando compreender melhor os limites operacionais para a incorporação de práticas favoráveis à sustentabilidade no Design de Interiores.

2.7.1 Indústria, Varejo e Prestação de Serviços

De modo geral, Gieseke et al. (2015) identificaram que a ausência de um relacionamento efetivo entre usuários e fabricantes é uma limitação para projetos mais sustentáveis. Tratando-se das limitações impostas pela indústria, Ahn et al. (2013), Ametepey et al. (2015), Azeem et al. (2017), Hayles (2015), Lasani (2016) e Maté (2006) indicaram que a escassez de materiais e tecnologias ambientalmente favoráveis disponíveis no mercado constitui uma barreira para a adoção de um Design de Interiores favorável à sustentabilidade. Azeem et al. (2017), Gieseke et al. (2015),

Lasani (2016) e Olanrewaju et al. (2020) destacaram a indisponibilidade local desses itens.

A falta de informações sobre esses materiais e tecnologias, por parte dos fornecedores, também foi ressaltada por Akadiri (2015), Aye (2003), Hayles (2015), Hes (2005) e Peenstra e Silvius (2017). Giesekam et al. (2015) observaram a carência de estratégias de marketing eficazes nesse mercado. Segundo Hayles (2015), as informações a respeito desses produtos não estão acessíveis aos profissionais ou aos clientes, muitas vezes obrigando os profissionais a dependerem de seu conhecimento pessoal e de informações adquiridas diretamente dos fabricantes para determinar a origem dos itens comercializados. Stieg (2006) argumenta que a indústria deve colaborar, fornecendo informações transparentes, verificáveis e apoiando a educação e a pesquisa.

A falta de dados de desempenho desses produtos também é enfatizada como uma barreira por Giesekam et al. (2015) e Peenstra e Silvius (2017). A ausência de benchmarks ou estudos de caso é descrita como um desafio recorrente (PEENSTRA; SILVIUS, 2017). Além disso, observou-se a ausência de ferramentas informativas apropriadas para a comparação de custos desses itens (AYE, 2003; GIESEKAM et al., 2015; MATÉ, 2006), a falta de ferramentas informativas adequadas para a comparação de suas características (AKADIRI, 2015) e parâmetros de avaliação inconsistentes entre diferentes categorias ou diferentes países de origem (AKADIRI, 2015). Há também uma baixa confiabilidade, por parte dos profissionais da área, das informações provenientes de fornecedores e fabricantes de produtos (LASANI, 2016; MATÉ, 2009; OLANREWAJU et al., 2020).

Em se tratando das limitações referentes à prestação de serviços, Aye (2003) e Giesekam et al. (2015) enfatizaram a ausência de mão de obra qualificada para lidar com esses produtos e tecnologias.

2.7.2 Clientes

A partir dos estudos acerca do tema, identificou-se que fatores culturais e de valor percebido influenciam a baixa adoção de práticas ambientalmente responsáveis por parte de clientes no Design de Interiores. Ahn et al. (2013), Ametepey et al. (2015), Aye (2003), Azeem et al. (2017), Hes (2005), Kineber et al. (2023) e Maté (2009)

destacaram a falta de conhecimento, a escassa demanda e interesse por parte dos clientes como uma das barreiras predominantes. Os profissionais reconheceram que a falta de familiaridade com os conceitos de sustentabilidade e a ausência de informações fornecidas pelos fornecedores dificultam a conscientização dos profissionais em relação aos seus clientes (AYE, 2003). Observa-se que clientes não estão dispostos a comprometer suas preferências estéticas ou a conveniência de materiais e sistemas que não são ecologicamente corretos, porém amplamente oferecidos no mercado (AYDIN et. al., 2019; HAYLES, 2015). Também há resistência em relação aos aspectos estéticos do que é considerado ambientalmente preferível, percebendo-o como pouco atrativo (AKADIRI, 2015; AYDIN et. al., 2019; HAYLES, 2015).

Paralelamente, Maté (2006) indica que profissionais entrevistados só buscam adotar práticas de Design de Interiores ambientalmente responsáveis quando impulsionados pelos clientes. A falta de confiança na capacidade técnica dos designers e arquitetos por parte dos clientes também foi considerada um desafio (GIESEKAM et al., 2015).

Ahn et al. (2013), Akadiri (2015), juntamente com Giesekam et al. (2015), Hankinson e Breytenbach (2012) e Maté (2009), apontaram a percepção de custos elevados desses materiais e tecnologias pelos clientes como um desafio, associando essa situação a fatores como os custos de pesquisa e desenvolvimento, bem como a incapacidade das indústrias de pequeno porte, que produzem alternativas ambientalmente preferíveis, de competir com as indústrias já estabelecidas no mercado. Azeem et al. (2017) ressaltam que aspectos econômicos e de inovação representam barreiras complexas de transposição, especialmente em países em desenvolvimento.

2.7.3 Profissionais Atuantes no Design de Interiores

Ao se levar em consideração as barreiras por parte dos profissionais atuantes no Design de Interiores, a falta de informação e conscientização desses profissionais sobre materiais, tecnologias e conceitos relacionados à sustentabilidade foi identificada como um obstáculo (AHN et al., 2013; AKADIRI, 2015; AYE, 2003; AZEEM et al., 2017; GHAZILLA et al., 2015; KANG; GUERIN, 2009; MATÉ, 2009). Akadiri (2015), Azeem et al. (2017), Ghazilla et al. (2015) e Maté (2009) enfatizam que a

maioria dos profissionais de interiores, mesmo os proativos, também demonstra pouca confiança em seu próprio conhecimento.

Assim como observado nos clientes, os profissionais também demonstram resistência em relação aos aspectos estéticos de alternativas ambientalmente responsáveis (AKADIRI, 2015; AYDIN et. al., 2019; HAYLES, 2015), além de uma percepção de custos mais altos que alternativas convencionais (AHN et al., 2013; AKADIRI, 2015; GIESEKAM et al., 2015; HANKINSON; BREYTENBACH, 2012; MATÉ, 2009).

Giesekam et al. (2015) e Kineber et al. (2023) destacaram a influência da cultura institucional e de práticas estabelecidas, que promovem a preferência por uma variedade de produtos consolidados no mercado. Ahn et al. (2013) observaram que esses profissionais tendem a manter suas práticas atuais. Outra barreira identificada foi que, devido à falta de familiaridade com alternativas ambientalmente responsáveis, há preocupação com a garantia e possíveis riscos ao se utilizar materiais não convencionais (AHN et al., 2013). Ahn et al. (2013) e Aye (2003) também destacaram o tempo de projeto restrito para a pesquisa de novos materiais e treinamento sobre novas tecnologias.

2.8 Classificação de Barreiras Externas, Internas e a Prática da RT

Em suma, conforme descrito acima, as barreiras para a adoção de práticas de Design de Interiores ambientalmente responsáveis identificadas na literatura são:

- 1) Ausência de um relacionamento efetivo entre usuários e fabricantes
- 2) Escassez de materiais e tecnologias ambientalmente favoráveis no mercado
- 3) Falta de informações sobre esses materiais e tecnologias
- 4) Ausência de ferramentas informativas apropriadas para a comparação de características e custos desses materiais e tecnologias, além de parâmetros de avaliação inconsistentes entre diferentes categorias ou diferentes países de origem
- 5) Baixa confiabilidade, por parte dos profissionais da área, das informações provenientes de fornecedores e fabricantes
- 6) Preocupação com a garantia e possíveis riscos ao se utilizar alternativas não convencionais

- 7) Indústrias de pequeno porte, que produzem alternativas ambientalmente preferíveis, não conseguem competir com as indústrias já estabelecidas no mercado
- 8) Ausência de mão de obra qualificada para lidar com esses materiais e tecnologias
- 9) Falta de conhecimento, escassa demanda e interesse por parte dos clientes em torno de alternativas ambientalmente responsáveis
- 10) Resistência por parte dos clientes em se tratando dos aspectos estéticos de alternativas ambientalmente responsáveis
- 11) Percepção de custos elevados desses materiais e tecnologias por parte dos clientes
- 12) Falta de informação e conscientização dos profissionais sobre materiais, tecnologias e conceitos relacionados à sustentabilidade
- 13) Influência da cultura institucional e de práticas estabelecidas pelos profissionais, que promovem a preferência por uma variedade de produtos já consolidados no mercado / tendência em manter práticas atuais
- 14) Resistência por parte dos profissionais em relação aos aspectos estéticos do que é considerado ambientalmente preferível, considerando-o pouco atrativo
- 15) Percepção de custos elevados de alternativas ambientalmente responsáveis por parte dos profissionais
- 16) Tempo de projeto restrito para a pesquisa de novos materiais e treinamento sobre novas tecnologias

Observa-se que há barreiras externas (mencionadas nos itens 2.7.1 e 2.7.2), provenientes da indústria e por parte dos clientes, às quais os profissionais são submetidos, sem que estes detenham o poder de ultrapassá-las, por si só. Porém, há, também, limitações internas (mencionadas no item 2.7.3), de natureza pessoal, que são passíveis de modificação individual por parte dos profissionais de Design de Interiores, tais como os itens de número 12 ao 16, supracitados.

Observa-se que as barreiras identificadas na literatura giram em torno da especificação de materiais, produtos e tecnologias ambientalmente favoráveis (tais como sistemas inteligentes para controle de iluminação, temperatura etc.). Paralelamente, ao avaliar medidas indicadas para a concepção de projetos

ambientalmente responsáveis, nota-se que a seleção de materiais, produtos e tecnologias abrange apenas uma parcela das diretrizes sugeridas, evidenciando uma lacuna na literatura no que se refere às barreiras impostas pelo comportamento dos próprios profissionais de Design de Interiores.

Dessa forma, foi identificado que 9 dentre as 14 orientações para projetos ambientalmente responsáveis, por meio do LEED (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e do REGREEN (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008) (mencionadas no item 2.6), estão associadas, em maior parte, a fatores ligados à indústria e à disponibilidade de materiais e tecnologias ambientalmente preferíveis, enquanto 5 delas estão associadas diretamente às atitudes tomadas pelo profissional de Design de Interiores. Quatro delas se destacam por terem como objetivo a concepção de projetos inteligentes, duradouros, flexíveis e que priorizem a longevidade, reduzindo a necessidade de futuras remodelações, o consumo de materiais e, conseqüentemente, o impacto ambiental.

Diante disso, conclui-se que: a) um projeto desenvolvido a partir dessa premissa pode, em consequência, reduzir o volume de possíveis projetos futuros (remodelações) a serem captados pelos profissionais atuantes no Design de Interiores e, portanto, reduzir seu faturamento; b) tendências e modismos pontuais devem ser evitados na concepção de projetos.

Conforme ilustra a Figura 5, ambas barreiras externas e internas para a adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade no Design de Interiores devem ser consideradas, avaliando tanto fatores que fogem ao controle imediato dos profissionais (indústria e clientes) quanto aqueles relacionados a comportamentos e escolhas individuais.

Figura 5 - Equilibrando Barreiras à Adoção Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Porém, a partir da literatura avaliada, percebe-se que fatores associados às barreiras “internas”, ligados ao comportamento desses profissionais, não foram amplamente considerados, incluindo as possíveis motivações financeiras para a manutenção de seu *modus operandi*. Além do fato de que, teoricamente, mais projetos e mais remodelações podem significar maior faturamento (e maior impacto ambiental), a RT é também um fator a ser considerado nessa problemática.

É possível que a prática da RT seja uma barreira para a adoção de práticas ambientalmente responsáveis pelos profissionais de Design de Interiores, uma vez que o incentivo financeiro oferecido pelas lojas pode favorecer produtos que não sejam os mais ambientalmente responsáveis ou adequados para o cliente. Quando as decisões de projeto são influenciadas por interesses financeiros, o foco na sustentabilidade ambiental e qualidade dos materiais pode ser comprometido, pois os profissionais podem priorizar produtos que ofereçam maior comissão. Além disso, a possível especificação excessiva de produtos, motivada pela proporção da RT, pode levar ao aumento do desperdício e do impacto ambiental de projetos, contrariando princípios de sustentabilidade. Esse conflito ético entre a integridade profissional e a necessidade de complementação salarial via RT reforça a revisão das práticas do

setor, incentivando uma cultura mais alinhada aos valores de transparência e responsabilidade ambiental.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta seção apresenta a abordagem metodológica adotada para responder à seguinte questão de pesquisa: “Como os aspectos do *modus operandi* dos profissionais de design de interiores influenciam sua atuação na mitigação de impactos ambientais?”. O objetivo do estudo é examinar como o *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores pode limitar uma atuação em prol da mitigação de impactos ambientais, considerando dinâmicas que envolvem os valores e hábitos desses profissionais, assim como suas relações interpessoais. A pesquisa fundamenta-se principalmente na coleta de dados qualitativos por meio de entrevistas e questionários, seguindo normas éticas que asseguram a integridade dos participantes. Os dados coletados foram analisados de forma interpretativa, buscando identificar possíveis padrões. Esses procedimentos fornecem o embasamento para as análises e discussões apresentadas nos capítulos seguintes.

3.1 Amostra e Estratégia de Seleção

A pesquisa contou com dois grupos distintos de participantes, diretamente envolvidos no setor de Design de Interiores na região de Belo Horizonte: 34 vendedores de lojas especializadas e 49 profissionais de Design de Interiores. A composição da amostra foi definida de acordo com critérios que buscavam capturar práticas, percepções e desafios relacionados à sustentabilidade no setor.

Os 49 profissionais de Design de Interiores responderam a questionários estruturados que abordaram aspectos como valores, práticas profissionais e barreiras à adoção de práticas ambientalmente responsáveis. A seleção desses profissionais priorizou participantes de eventos como a CasaCor e profissionais vinculados a escritórios de maior porte, com presença institucional ativa, como sites ou portfólios digitais. Essa estratégia visou alcançar um grupo que estivesse diretamente envolvido na especificação de produtos para projetos residenciais e comerciais, permitindo a análise de fatores técnicos, estéticos e ambientais que influenciam suas escolhas.

Os 34 vendedores de lojas especializadas participaram de entrevistas semiestruturadas. Esses participantes foram selecionados por sua atuação como intermediários entre fabricantes, clientes e profissionais de Design, desempenhando a função de apresentar produtos e soluções técnicas. As lojas selecionadas estavam localizadas em centros comerciais especializados, abrangendo segmentos como acabamentos, iluminação e mobiliário. A inclusão desse grupo buscou explorar outra perspectiva das práticas profissionais no Design de Interiores, compreendendo sua relação com esses vendedores, com os clientes, suas decisões projetuais, a influência da RT em suas escolhas, além da compreensão desses profissionais e vendedores acerca de conceitos de sustentabilidade e da adoção de produtos ambientalmente preferíveis.

A escolha dos vendedores como parte do recorte amostral foi fundamentada na proposição de que sua interação frequente com múltiplos profissionais proporciona uma visão abrangente das dinâmicas do mercado, podendo fornecer dados diversificados e detalhados sobre suas práticas. Essa perspectiva amplia o alcance dos dados coletados, oferecendo informações complementares às fornecidas pelos profissionais.

Os participantes foram selecionados por conveniência, considerando a acessibilidade e a viabilidade de coleta de dados, em consonância com o objetivo exploratório do estudo. Embora não seja possível estender os achados para toda a população de profissionais de Design de Interiores ou vendedores do setor, essa composição amostral permitiu uma análise aprofundada das práticas e percepções relacionadas à sustentabilidade.

3.2 Métodos e Técnicas

O tópico de Métodos e Técnicas descreve as considerações éticas e os instrumentos específicos utilizados para coletar dados nesta pesquisa. Inicialmente, aborda-se o consentimento informado e a confidencialidade. Em seguida, detalha-se o uso de questionários para capturar informações sobre valores e práticas ambientalmente preferíveis dos profissionais de Design de Interiores, além de entrevistas com vendedores de lojas do setor, que oferecem uma perspectiva adicional sobre a relação

desses profissionais com questões como a Reserva Técnica e produtos favoráveis à sustentabilidade.

3.2.1 Considerações Éticas

Aspectos como consentimento informado e confidencialidade foram adotados neste estudo, com intuito de garantir a integridade e a ética do processo de pesquisa. O consentimento informado foi o processo pelo qual os participantes foram comunicados sobre o propósito, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa antes de concordarem em participar. Os participantes precisaram compreender a natureza do estudo e suas implicações para tomar uma decisão informada sobre sua participação (BRYMAN, 2016).

A confidencialidade referiu-se à garantia de que as informações fornecidas pelos participantes não seriam divulgadas de maneira que pudessem ser associadas a eles. A confidencialidade foi mantida em todas as etapas da pesquisa, desde a coleta de dados até a publicação dos resultados (KVALE, 2007). No presente estudo, em que os dados incluíram opiniões pessoais e práticas profissionais sensíveis, a proteção da identidade dos participantes foi essencial.

3.2.2 Questionário com Profissionais de Design de Interiores

Foi proposto, por meio desta pesquisa, o desenvolvimento de um questionário estruturado para capturar uma ampla gama de informações, incluindo os valores dos profissionais, seu nível de conscientização ambiental, os critérios utilizados na seleção de materiais, as barreiras percebidas na implementação de práticas ambientalmente responsáveis e a influência de fatores externos, como clientes e fornecedores, nas decisões de Design.

Foram identificadas as principais questões e lacunas por meio da revisão da literatura e, em seguida, formuladas perguntas com base nos insights obtidos. Após a qualificação do projeto, foi conduzido um pré-teste com profissionais, visando avaliar a clareza das questões. Com base no feedback recebido durante o pré-teste, foram feitas revisões e ajustes para aprimorar o questionário. O instrumento foi organizado

em quatro seções principais, conforme Quadro 1, e a transcrição completa está disponível no Apêndice A.

Quadro 1 - Distribuição das Perguntas por Seção

Seção	Tópico Principal	Objetivo	Nº de Perguntas	Tipo de Resposta
Seção 1	Características Demográficas	Identificar o perfil dos participantes	5	Múltipla Escolha
Seção 2	Valores e Prática Profissional	Identificar os valores e hábitos na prática profissional	9	Múltipla Escolha
Seção 3	Conhecimento e Práticas Profissionais Ambientalmente Responsáveis	Compreender o nível de conhecimento e adoção de práticas ambientalmente responsáveis	10	Múltipla Escolha
Seção 4	Comentários Adicionais	Obter insights qualitativos adicionais	1	Questão Aberta

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na Seção 1, busca-se caracterizar o perfil dos participantes por meio de 5 perguntas que abordam fatores como idade, experiência profissional e âmbito de atuação. A Seção 2, composta por 9 perguntas, investiga valores e hábitos ligados à prática de Design, incluindo critérios de escolha de materiais e interações com clientes. Já a Seção 3, com 10 perguntas, aprofunda as práticas e o conhecimento dos profissionais em relação à sustentabilidade ambiental. Por fim, a Seção 4 traz 1 pergunta aberta, possibilitando captar insights qualitativos adicionais, contribuindo para a compreensão das motivações e desafios enfrentados na prática profissional.

3.2.3 Entrevistas com Vendedores

Vendedores de lojas do ramo também foram entrevistados, com o intuito de compreender sua relação com os profissionais de Design de Interiores por sua ótica, além da prática da RT e suas controvérsias. Eles frequentemente interagem diretamente com esses profissionais, trocando informações sobre projetos e oferecendo produtos e sugestões. Esse ponto de vista possibilitou a coleta de informações que não puderam ser obtidas diretamente com os profissionais de Interiores. As entrevistas foram conduzidas seguindo um protocolo semiestruturado e foram gravadas, com o consentimento dos participantes.

Os participantes foram selecionados por conveniência, e as lojas escolhidas estavam localizadas em centros comerciais especializados no ramo, frequentados por esses profissionais. O Quadro 2 descreve o processo de entrevista com os vendedores de lojas do setor. As entrevistas foram organizadas em seções que contaram com perguntas específicas para explorar diferentes aspectos da prática profissional dos vendedores e sua relação com os profissionais de Design de Interiores, além da relação entre esses profissionais, seus clientes e a RT. Essa estrutura visou obter uma compreensão abrangente dos fatores que influenciam a atuação dos vendedores no contexto do Design de Interiores, assim como sua perspectiva a respeito da prática da RT no setor.

Quadro 2 - Estrutura de Entrevista com Vendedores de Lojas (continua ...)

Seção	Pergunta
Questões Demográficas	
1 Idade	Qual sua idade?
2 Nível de escolaridade	Qual seu nível de escolaridade?
3 Experiência profissional	Quanto tempo possui de experiência como vendedor?
4 Localização da loja	Em qual região é localizada a loja?
5 Tipo de produto da loja	A loja é especializada em qual tipo de produto?
Questões sobre a Relação com Profissionais de Design de Interiores	
6 Relação com profissionais de Design	Como é sua relação com profissionais de Design de Interiores?
7 Critérios dos profissionais	Quais critérios esses profissionais consideram ao te solicitar um produto? (Exclusividade, estética, funcionalidade, tendência, etc.)
8 Sugestões e dicas aos profissionais	Você costuma dar sugestões e dicas enquanto atende esses profissionais? De qual tipo?
Questões sobre a Reserva Técnica e Profissionais de Design de Interiores	
9 Oferecimento de RT	Sua loja oferece RT aos profissionais?
10 Importância da RT	Você acredita que a RT seja importante para eles?
11 Influência da RT na escolha de lojas	Você acredita que a RT é determinante na escolha de lojas por parte desses profissionais?
12 Negociação de RT	Eles costumam cobrar ou negociar a RT?
13 Recusa de RT	Algun profissional já recusou a RT?
14 Influência da RT na escolha de produtos	Você acredita que a RT influencia na escolha de determinados produtos por parte desses profissionais? De que forma?
15 Influência da RT na quantidade de produtos	Você acredita que a RT influencia na quantidade de produtos que esses profissionais especificam? De que forma?
16 Relação dos profissionais com a RT	Poderia descrever como é a relação desses profissionais com a RT? (Qual seu comportamento quanto à RT, se a RT interfere em seus projetos, etc.)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 3 - Estrutura de Entrevista com Vendedores de Lojas (continuação)

Seção		Pergunta
Questão sobre a Relação dos Profissionais com seus Clientes		
17	Relação de profissionais com clientes	Como é a relação entre profissionais de Design de Interiores e seus clientes?
Questões sobre Conhecimento, Oferta e Demanda de Produtos Sustentáveis		
18	Nível de conhecimento sobre sustentabilidade	Qual seu nível de conhecimento sobre conceitos de sustentabilidade ambiental?
19	Importância da sustentabilidade ambiental	Você acredita que a sustentabilidade ambiental seja importante?
20	Oferta de produtos sustentáveis	Sua loja possui produtos sustentáveis? Se sim, você costuma apresentá-los aos profissionais e clientes? Qual é a receptividade deles?
21	Demanda por produtos sustentáveis	Os profissionais e clientes procuram produtos sustentáveis?
Comentários Adicionais		
22	Insights adicionais	Por favor, compartilhe quaisquer outros comentários ou insights que possam ajudar a entender melhor sua relação com os profissionais de Design de Interiores e a relação que eles têm com a RT.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com base nas orientações de Fontanella et al. (2011), o procedimento para alcançar a saturação teórica foi realizado em etapas estruturadas, que asseguram uma análise detalhada e transparente dos dados coletados. Inicialmente, foi adotada a “imersão” da pesquisadora em cada entrevista, revisando minuciosamente cada registro para identificar temas emergentes e padrões nas respostas.

No decorrer das entrevistas, observou-se uma redução progressiva na emergência de novos temas e categorias, indicando a proximidade da saturação teórica. De acordo com Fontanella et al. (2011), a saturação teórica ocorre quando não surgem novos elementos que acrescentem valor interpretativo às categorias existentes. No caso presente, essa ausência de novos insights ocorreu na 34ª entrevista, o que justificou a finalização da coleta de dados. Esse marco assegurou que os dados fossem suficientes para uma análise representativa.

3.3 Abordagens de Pesquisa

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, com o uso pontual de técnicas quantitativas para complementar a análise e ilustrar possíveis interrelações.

Os métodos quantitativos foram empregados como ferramentas auxiliares, mas o caráter qualitativo da investigação predominou ao longo do estudo.

A abordagem qualitativa permitiu explorar, de forma detalhada, as percepções e atitudes dos participantes. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com vendedores de lojas especializadas, baseadas em uma revisão da literatura. Essa abordagem possibilitou que os participantes compartilhassem suas experiências e perspectivas, revelando nuances improváveis de serem captadas por outros métodos.

A análise qualitativa seguiu uma abordagem interpretativa, identificando padrões e relações nos discursos dos participantes. Esse procedimento proporcionou uma compreensão das dinâmicas profissionais e da interação entre vendedores e profissionais de Design de Interiores, particularmente no que tange aos seus hábitos e práticas projetuais.

Técnicas de análise descritiva foram utilizadas para mapear tendências e interrelações preliminares, sem a intenção de generalizar os resultados além da amostra considerada. Esse uso pontual de recursos quantitativos buscou apenas identificar padrões e relações potenciais, mantendo-se coerente com o caráter predominantemente qualitativo do estudo.

4 RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva do Questionário com Profissionais

4.1.1 Perfil dos Respondentes e Características Demográficas

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o perfil demográfico dos profissionais de Design de Interiores que participaram da pesquisa, analisando variáveis como idade, gênero, formação acadêmica e tempo de experiência profissional. A compreensão desse perfil contextualiza as respostas e possibilita melhor entendimento das percepções e práticas relatadas. A caracterização também auxilia na identificação de possíveis variações de opiniões e comportamentos entre diferentes grupos, como faixas etárias ou distintos níveis de experiência profissional.

Em continuidade, a Tabela 2 apresenta o perfil básico dos profissionais participantes e evidencia como aspectos demográficos, como idade, gênero, formação e tempo de experiência podem influenciar as percepções e práticas mencionadas no estudo. A

análise dessas características permite reconhecer possíveis padrões que impactam atitudes ambientalmente responsáveis ou, em certos casos, apontam barreiras a essa adoção. Assim, a Tabela 2 contribui para uma visão mais ampla do *modus operandi* dos profissionais e oferece subsídios para as análises posteriores.

Tabela 2 - Características Demográficas dos Respondentes

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Idade	25-34 anos	24	49%
	35-44 anos	18	37%
	45-54 anos	4	8%
	55-64 anos	2	4%
	65 anos ou mais	1	2%
Gênero	Feminino	37	76%
	Masculino	12	24%
Formação Acadêmica	Engenharia e Perícias Técnicas	2	4%
	Graduação em Arquitetura e Urbanismo	20	41%
	Graduação em Design de Interiores	11	22%
	Pós-graduação em Arquitetura e Design	16	33%
Tempo de Experiência Profissional	5-10 anos	27	55%
	11-15 anos	11	22%
	16-20 anos	7	14%
	Mais de 20 anos	4	8%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que concerne à idade e experiência profissional, 49% dos respondentes têm entre 25 e 34 anos, seguidos por 37% na faixa de 35 a 44 anos. Essas duas faixas constituem a maioria dos participantes. Em contraste, observa-se uma menor representatividade de profissionais nas faixas de 45 a 54 anos (8%), de 55 a 64 anos (4%) e de 65 anos ou mais (2%), indicando uma presença reduzida de profissionais em faixas etárias mais elevadas.

Em relação ao gênero, há uma predominância feminina na amostra, com mulheres representando 76% dos respondentes e homens, 24%. Estudos como o de Chan et al. (2017) associam uma maior presença feminina a influências positivas na adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade, sobretudo quanto à seleção de materiais.

Assim, os dados sugerem que o perfil demográfico pode moldar, em algum grau, as abordagens referentes à implementação de iniciativas ambientalmente responsáveis.

A formação acadêmica dos participantes revela forte presença de graduados em Arquitetura e Urbanismo (41%) e Design de Interiores (22%), havendo ainda 33% cursando pós-graduação nessas áreas. Essa qualificação técnica sugere uma maior familiaridade com conceitos de sustentabilidade e uma base potencialmente favorável para atitudes mais sustentáveis.

No tocante ao tempo de experiência, observa-se concentração em profissionais com atuação de 5 a 10 anos (55%), seguidos por aqueles com 11 a 15 anos (22%). Estudos anteriores, como o de Linhares (2020), apontam correlação entre formação técnica e abertura à sustentabilidade, sugerindo que profissionais com muitos anos de atuação podem apresentar resistência a novas práticas devido ao uso de métodos consolidados. A pesquisa mostra que 8% dos respondentes têm mais de 20 anos de experiência e, de acordo com Kang e Guerin (2009), costumam ter uma visão consolidada, possivelmente demonstrando maior resistência a mudanças.

4.1.2 Preferências e Abordagens Profissionais no Desenvolvimento de Projetos

Este capítulo explora as práticas e preferências dos profissionais de Design de Interiores, focando em elementos como abordagens de remodelação, prioridades de projeto e o intervalo ideal para atualizações dos espaços. A análise desses elementos contribui para mapear o *modus operandi* dos profissionais e verificar de que modo esses fatores influenciam suas escolhas, especialmente no que tange ao Design favorável à sustentabilidade. A identificação dessas preferências permite observar suas implicações na durabilidade, adaptabilidade e impacto ambiental dos projetos.

Em sequência, a Tabela 3 apresenta detalhes sobre as abordagens e preferências dos profissionais, evidenciando como essas práticas podem favorecer ou dificultar a busca por um Design mais sustentável. A avaliação das escolhas permite correlacioná-las às hipóteses de pesquisa, observando se as preferências dos profissionais se inclinam para práticas que privilegiem a durabilidade e a flexibilidade, conforme sugerido por entidades como o USGBC (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e a ASID (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008), ou que favoreçam tendências passageiras e intervenções mais frequentes. Nesse sentido, o panorama

pode auxiliar na percepção de barreiras e oportunidades para aprimorar a adoção de práticas ambientalmente responsáveis no setor.

Tabela 3 - Preferências e Abordagens no Design de Interiores

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Abordagens de Remodelação	Remodelações Extremas	29	59%
	Abordagem Conservadora	20	41%
Estilo de Projeto	Projetos Atemporais	45	92%
	Tendências do Momento	4	8%
Prioridades de Projeto	Projetos Flexíveis para Longo Prazo	41	84%
	Demandas Específicas para Curto Prazo	8	16%
Intervalo Ideal para Remodelação	3 anos	3	6%
	5 anos	15	31%
	7 anos	9	18%
	Mais de 10 anos	15	31%
	Condicional ao Cliente e ao Tipo de Projeto	7	14%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação a abordagens de remodelação, 59% dos profissionais optam por uma postura mais extrema, enquanto 41% adotam soluções mais conservadoras. Essa escolha por remodelações intensivas pode estar associada a práticas menos sustentáveis, pois implica em substituições mais frequentes de materiais e mobiliário, gerando maior desperdício de recursos e impacto ambiental. Além disso, esses dados podem indicar uma preferência a tendências de mercado, onde a pressão para acompanhar novos estilos ou produtos leva a remodelações completas e recorrentes, reforçando um ciclo de consumo que contribui para a rápida substituição de itens, muitas vezes em boas condições de uso.

Por outro lado, a abordagem conservadora em remodelações pode demonstrar um alinhamento maior com os princípios de sustentabilidade, uma vez que foca na preservação e na utilização de materiais e estruturas já existentes, evitando a necessidade de substituições frequentes. Ao optar por um Design conservador, os profissionais podem contribuir para reduzir o desperdício de materiais e a demanda

por recursos naturais, minimizando o impacto ambiental dos projetos, conforme sugerido por entidades como o USGBC (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e a ASID (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008).

A análise de estilo de projeto revela uma maior inclinação por projetos “atemporais” (92%), enquanto apenas 8% indicam inclinação para incorporar as últimas tendências. Profissionais que favorecem projetos atemporais tendem a priorizar a longevidade estética, característica que muitas vezes se alinha com a sustentabilidade, ao reduzir a necessidade de remodelações frequentes e, conseqüentemente, o consumo de materiais. Por outro lado, a pequena parcela que prefere projetos alinhados com tendências emergentes pode estar mais alinhada ao conceito de obsolescência programada, que se refere ao estímulo para a substituição periódica de produtos antes do final de sua vida útil (COOPER, 2010). No contexto do Design de Interiores, essa prática se manifesta na atualização constante dos ambientes para atender a modismos passageiros, o que pode comprometer a durabilidade e a adaptabilidade dos espaços. Ao priorizar mudanças frequentes e amplas, os profissionais acabam favorecendo uma cultura de descarte, o que vai na contramão de práticas do Design favorável à sustentabilidade, que valorizam a longevidade, a flexibilidade e o uso racional de recursos.

Sobre prioridades de projeto, 84% demonstram interesse em soluções flexíveis para longo prazo, ao passo que 16% se concentram em demandas específicas de curto prazo. Profissionais que priorizam a flexibilidade tendem a desenvolver propostas adaptáveis, com maior potencial para suportar ajustes ao longo do tempo, uma prática que se alinha aos princípios de sustentabilidade ao reduzir a necessidade de grandes reformas e, por consequência, os resíduos gerados. Essa abordagem converge com princípios de sustentabilidade, ao minimizar o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos projetos, conforme orientado pelo USGBC (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e pela ASID (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008). Focar em demandas imediatas, por outro lado, pode levar a adaptações frequentes, aumentando o consumo de recursos.

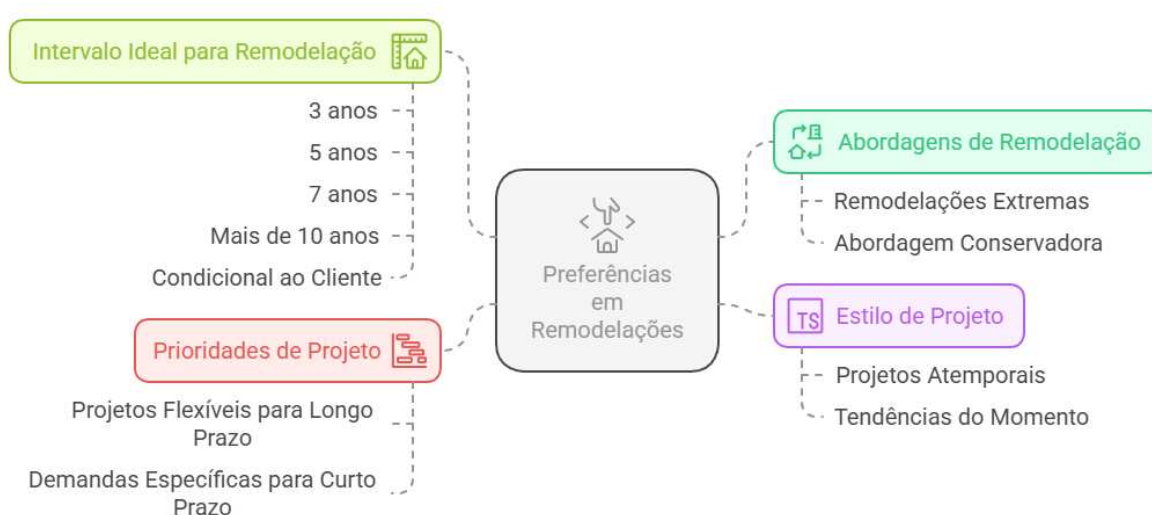
A análise do intervalo ideal para remodelações revela distribuição equilibrada, com 31% dos profissionais preferindo um intervalo de 5 anos, 31% mais de 10 anos, 18% optando por 7 anos, e 14% considerando o intervalo ideal como condicional ao cliente e ao tipo de projeto. Uma parcela menor (6%) indica preferência por intervalos de 3

anos. Aqueles que escolhem prazos mais longos de remodelação tendem a promover soluções mais duráveis, indicando um alinhamento com o Design ambientalmente responsável, conforme defendido pelo USGBC (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e a ASID (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008). Em contraste, intervalos mais curtos podem refletir a adoção de tendências e, assim, incentivar atualizações mais frequentes e maior consumo de recursos.

Esses resultados evidenciam que o setor de Design de Interiores abrange abordagens variadas, capazes de fomentar ou dificultar a implementação de práticas ambientalmente responsáveis. As escolhas refletem visões distintas sobre durabilidade e adaptabilidade, criando um cenário em que o Design ambientalmente preferível é moldado pelas prioridades e expectativas individuais de cada profissional e seu público-alvo. Assim, analisar tais preferências ajuda a compreender melhor os desafios e oportunidades na busca de projetos que funcionem em prol da sustentabilidade.

Conforme ilustra a Figura 6, as abordagens dos profissionais quanto a remodelações podem divergir em relação ao intervalo ideal para renovação, prioridades de projeto e estilo adotado.

Figura 6 - Preferências e Abordagens em Remodelações de Projetos

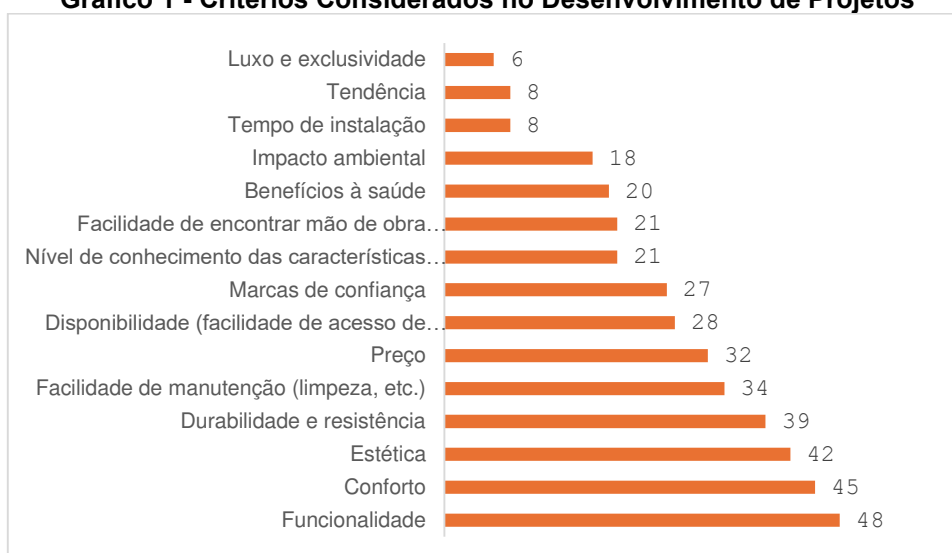


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No eixo “Intervalo Ideal para Remodelação”, aparecem períodos de três, cinco, sete e mais de dez anos, podendo ainda depender da demanda do cliente. Em “Estilo de Projeto”, verifica-se a opção por propostas “atemporais”, que priorizam a longevidade, ou por tendências atuais, que podem estimular maior consumo e descarte. Finalmente, as “Abordagens de Remodelação” variam entre intervenções mais extremas e posturas conservadoras, que mantêm elementos existentes.

A seguir, o Gráfico 1 mostra os principais critérios que norteiam as escolhas de Design dos profissionais, incluindo fatores não ambientais, como luxo e custo, permitindo avaliar em que medida há preocupação com práticas favoráveis à sustentabilidade ou maior ênfase em aspectos financeiros e estéticos.

Gráfico 1 - Critérios Considerados no Desenvolvimento de Projetos



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Constatou-se que “Funcionalidade” (48) e “Conforto” (45) são os critérios mais pontuados, sugerindo prioridade para aspectos de praticidade e bem-estar. “Impacto ambiental” (18) e “Benefícios à saúde” (20) ocupam posição intermediária, mostrando que, embora sejam considerados, não se destacam como prioridade para a maioria dos profissionais. Esse resultado pode indicar um desafio para o avanço de práticas mais sustentáveis, uma vez que critérios relacionados à aparência e ao uso aparentam ter um peso maior nas decisões.

Em paralelo, “Estética” (42), “Durabilidade e resistência” (39) e “Facilidade de manutenção” (34) também apresentam relevância, indicando a busca por soluções que atendam tanto às expectativas de durabilidade quanto às demandas estéticas e

de fácil manutenção dos clientes. No entanto, a ênfase em aspectos estéticos pode interferir na adoção de soluções favoráveis à sustentabilidade caso estas não atendam às preferências visuais predominantes.

Dando prosseguimento à análise dos fatores que influenciam as decisões de Design, a Tabela 4 investiga a remuneração por RT e como ela pode influir nas decisões dos profissionais. O objetivo é avaliar a importância e o impacto da prática como um potencial fator de conflito entre interesses financeiros e ambientais, visando entender em que medida a RT pode direcionar os profissionais a optar por produtos que ofereçam maior comissão, em detrimento de alternativas mais sustentáveis.

Tabela 4 - Percepções sobre a RT

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Opinião sobre RT	Concordo, pois é uma compensação justa	35	71.43%
	Discordo, pode desvalorizar a profissão	14	28.57%
Oferta de RT pelas Lojas	A maioria, não	9	18.37%
	A maioria, sim	40	81.63%
Importância da RT na Renda	Sim, acredito que a RT seja uma boa parcela	30	61.22%
	Não, acredito que seja apenas um complemento	19	38.78%
Influência da RT na Escolha de Produtos/Lojas	Concordo totalmente	20	40.82%
	Concordo parcialmente	24	48.98%
	Discordo parcialmente	4	8.16%
	Discordo totalmente	1	2.04%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os resultados revelam que 71,43% dos respondentes enxergam a RT como remuneração justa, ao passo que 28,57% a interpretam como um potencial de desvalorização da profissão. Essa diferença de opinião reflete um dilema no setor, onde a RT é valorizada por muitos como um complemento financeiro legítimo, mas também é vista por outros como uma prática que pode comprometer a percepção de independência profissional.

Quanto à oferta de RT pelas lojas, a maioria dos profissionais (81.63%) relata que a RT é amplamente oferecida, contra 18,37% que não a percebem como habitual. Essa distribuição sugere que a RT é uma prática comum, moldando as relações entre profissionais e vendedores e possivelmente influenciando a seleção de produtos de maneira a comprometer critérios ambientais.

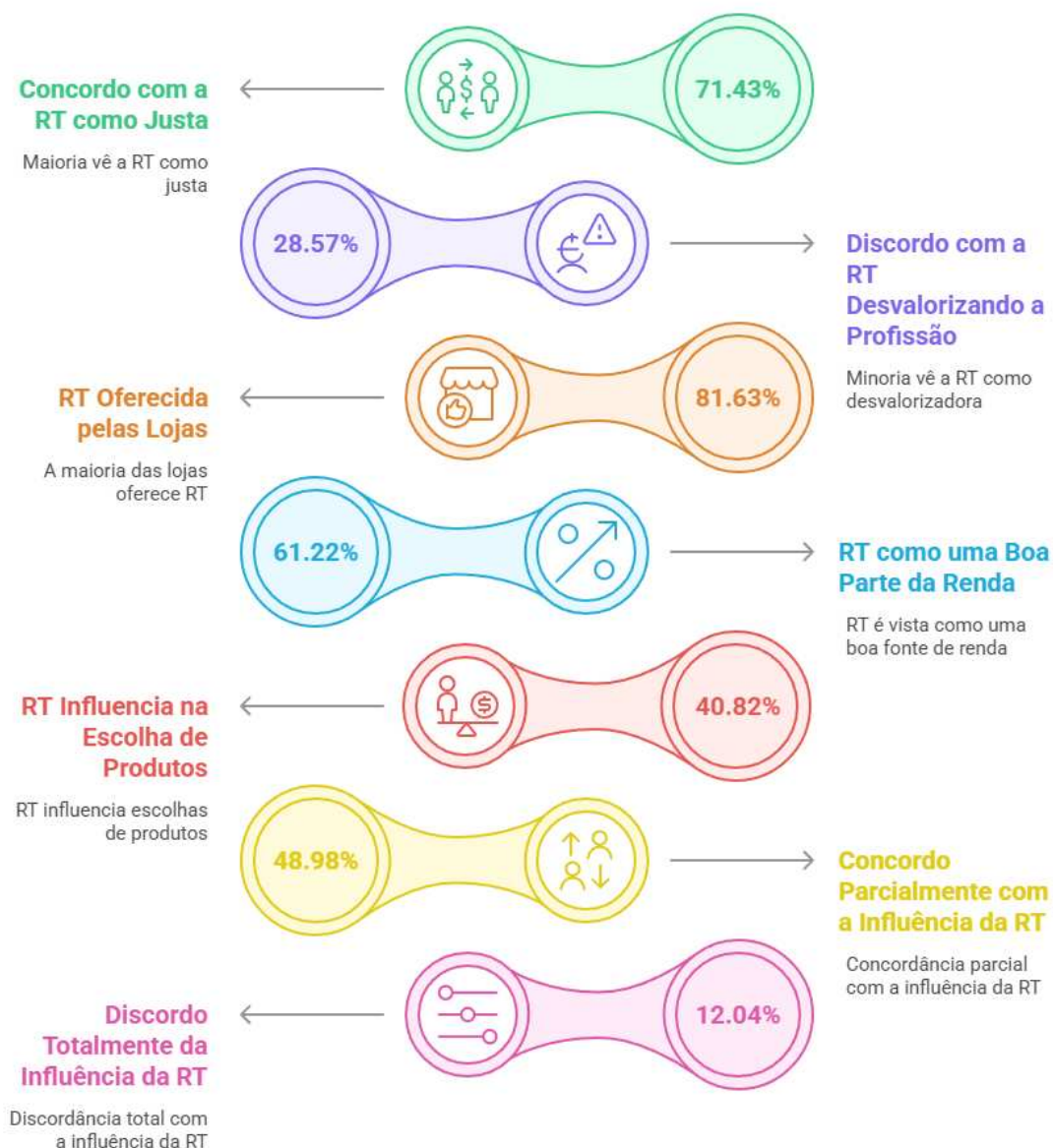
No que diz respeito à importância da RT na composição da renda dos profissionais, 61.22% indicam que a RT representa uma parcela relevante de sua remuneração, enquanto 38.78% a veem apenas como um complemento. Esse dado possibilita entender as motivações financeiras que orientam as escolhas dos profissionais, pois sugere que, para muitos, a RT desempenha um papel considerável em sua estabilidade econômica. A dependência de uma renda adicional por meio da RT pode criar um incentivo para priorizar produtos que oferecem esse benefício, mesmo quando outras alternativas se mostram mais adequadas ao projeto ou a uma maior sustentabilidade ambiental.

Em relação à influência da RT na escolha de produtos e lojas, 40,82% dos respondentes concordam totalmente que a RT afeta suas decisões, enquanto 48,98% expressam concordância parcial. Apenas 8,16% discordam parcialmente e 2,04% discordam totalmente. Esses resultados indicam que, para grande parte dos profissionais, a RT exerce um impacto direto ou indireto na seleção de produtos e lojas, possivelmente direcionando as escolhas para opções que proporcionam um retorno financeiro adicional.

A análise revela uma tensão entre a estabilidade financeira proporcionada pela RT, o comprometimento ético e a responsabilidade ambiental. Para Boltanski e Chiapello (2009), a partir do momento que incentivos financeiros são colocados como prioridade, valores sociais e ambientais passam a ficar em segundo plano, conforme discutido nas hipóteses.

A Figura 7 sintetiza a forma como os profissionais de Design de Interiores percebem a Reserva Técnica (RT) e o grau de influência que essa prática exerce em suas escolhas de projeto.

Figura 7 - Percepções sobre a RT e seu Impacto



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A maior parte dos participantes (71,43%) considera a RT justa, e 28,57% acreditam que pode desvalorizar a profissão. Ademais, 81,63% indicam receber ofertas de RT nas lojas, ao passo que 61,22% declaram que essa comissão representa parcela significativa de sua renda. Em relação à influência da RT na escolha de produtos, 40,82% concordam que é total e 48,98% apontam influência parcial. Apenas 2,04% discordam totalmente de seu impacto. Esses dados mostram uma prática disseminada, potencialmente capaz de afetar critérios de seleção de modo a gerar tensões entre interesses financeiros e ambientais.

4.1.3 Conhecimento, Adoção e Barreiras para Práticas Ambientalmente Responsáveis

Este subcapítulo investiga o nível de conhecimento dos profissionais de Design de Interiores sobre práticas ambientalmente responsáveis, a extensão de sua adoção efetiva e as barreiras que dificultam a incorporação dessas práticas. Ao observar o nível de conhecimento e a importância atribuída à sustentabilidade, torna-se viável mensurar de que forma essa percepção atua como motivadora ou inibidora de práticas ambientalmente responsáveis no Design de Interiores.

A Tabela 5, a seguir, apresenta dados sobre o nível de conhecimento dos profissionais em relação à sustentabilidade ambiental, bem como suas percepções sobre os benefícios de atitudes favoráveis à sustentabilidade em seus projetos e o nível de adoção efetiva dessas práticas no setor.

Tabela 5 - Nível de Conhecimento e Percepção sobre Sustentabilidade

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Nível de Conhecimento Sobre Sustentabilidade	Baixo	6	12.24%
	Médio	26	53.06%
	Alto	13	26.53%
	Muito alto	4	8.16%
Práticas Sustentáveis Agregam Valor ao Projeto	Discordo parcialmente	2	4.08%
	Concordo parcialmente	18	36.73%
	Concordo totalmente	29	59.18%
Nível de Adoção de Práticas Sustentáveis	Muito baixo	1	2.04%
	Baixo	7	14.29%
	Médio	26	53.06%
	Alto	13	26.53%
	Muito alto	2	4.08%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No que se refere ao nível de conhecimento sobre sustentabilidade, observa-se que a maior parte dos respondentes diz possuir um conhecimento intermediário, com 53.06% reportando um nível "Médio". Uma parcela menor dos profissionais considera ter um conhecimento "Muito alto" (8.16%) ou "Alto" (26.53%), enquanto 12.24% indicam um nível "Baixo" de familiaridade com o tema. O fato de que a maioria possui

apenas um conhecimento mediano sobre conceitos de sustentabilidade evidencia uma barreira potencial, pois o nível de conhecimento limitado pode reduzir a confiança e o interesse na adoção de práticas ambientalmente responsáveis (AHN et al., 2013; AKADIRI, 2015; AYE, 2003; AZEEM et al., 2017; GHAZILLA et al., 2015; KANG; GUERIN, 2009; MATÉ, 2009).

Em relação à percepção sobre os benefícios dessas práticas em seus projetos, observa-se que 59.18% dos profissionais concordam totalmente que as práticas favoráveis à sustentabilidade geram impacto positivo, enquanto 36.73% expressam concordância parcial, e uma pequena parcela (4.08%) discorda em parte dessa visão. Esses resultados indicam uma percepção predominantemente positiva sobre o valor de práticas mais sustentáveis, embora ainda exista uma falta de consenso sobre sua importância e eficácia no setor. A baixa discordância sugere que, para a maioria dos profissionais, essas práticas são vistas de maneira positiva, mas ainda assim possivelmente limitadas por fatores diversos, dentre eles estruturais e culturais.

No nível de adoção de práticas ambientalmente responsáveis entre os profissionais revela que 4.08% indica um grau "Muito alto" e 26.53% "Alto". A maioria dos profissionais (53.06%) indica um nível "Médio" de adoção, enquanto 16.33% afirmam ter uma adoção "Baixa" ou "Muito baixa". Esse nível de adoção aponta para um distanciamento entre o conhecimento e a prática efetiva de sustentabilidade no Design de Interiores, sugerindo que, mesmo entre aqueles que reconhecem parcialmente o impacto positivo de práticas mais sustentáveis, há desafios substanciais que impedem sua implementação, acarretando na denominada "lacuna da sustentabilidade", identificada por Steig (2006) e observada também por Celadin (2020), Kang e Guerin (2009), Maté (2009) e Pilatowicz (2015).

O Quadro 3 oferece uma visão das percepções dos profissionais de Design de Interiores no Brasil em relação às atitudes ambientalmente responsáveis. As respostas dos participantes proporcionam uma perspectiva prática que pode ser contrastada com o referencial teórico apresentado, oferecendo uma base para a análise comparativa entre a literatura e as experiências reais dos profissionais. Essa análise busca identificar padrões comportamentais e barreiras enfrentadas por esses profissionais no contexto brasileiro, conforme discutido por autores como Camata (2023) e Lopes (2014), de modo a compreender melhor os desafios e as oportunidades para a adoção de práticas mais sustentáveis no setor.

Observam-se respostas equivocadas, que demonstram desconhecimento por parte de determinados profissionais. Porém, também há respostas que demonstram certa familiaridade com o tema. Alguns deles, por exemplo, ressaltam a importância do uso de materiais duráveis e recicláveis, mostrando uma adesão aos princípios de práticas ambientalmente responsáveis abordados na literatura, conforme apontado por Hayles (2015), Lasani (2016) e Gieseke et al. (2014). Os profissionais brasileiros, semelhantes aos descritos em estudos internacionais, enfrentaram restrições quanto à disponibilidade de produtos favoráveis à sustentabilidade e à sua resistência por parte dos clientes. Algumas respostas enfatizaram a durabilidade e o Design “atemporal” como uma estratégia para reduzir a geração de resíduos, em linha com a abordagem de Pilatowicz (2015), que associa o Design de longa duração à minimização do descarte. Dessa forma, a ênfase na longevidade dos materiais reflete uma tendência de incorporar atitudes mais sustentáveis, alinhando-se ao objetivo de minimizar o impacto ambiental dos projetos de Interiores.

As respostas que destacam a integração de luz e ventilação naturais refletem uma prioridade para fontes mais sustentáveis de conforto ambiental, em concordância com os achados de Chan et al. (2017) e Lee et al. (2013), que exploram os benefícios dessas práticas para a saúde e o bem-estar dos ocupantes. A preferência por luz natural e ventilação cruzada está associada a uma redução no uso de iluminação e sistemas de climatização artificiais, promovendo maior eficiência energética. Essa abordagem está alinhada com as diretrizes do LEED (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e do REGREEN (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008), que recomendam a otimização dos recursos naturais nos ambientes de Interiores para minimizar o consumo de energia e melhorar a qualidade de vida dos ocupantes. Assim, as respostas indicam uma conscientização sobre a necessidade de criar ambientes que não apenas atendam a critérios de uma maior sustentabilidade, mas também proporcionem benefícios diretos para a saúde e o bem-estar dos usuários.

As respostas que mencionam o uso de tecnologias mais sustentáveis e a eficiência energética, como sistemas automáticos de iluminação e eletrodomésticos energeticamente eficientes, refletem uma busca por práticas que maximizem a economia de energia nos projetos de Interiores. Essa prática está em conformidade com as diretrizes propostas por Hankinson e Breytenbach (2012) e Aye (2003), que

recomendam a integração de tecnologias para reduzir o consumo energético e promover maior sustentabilidade. No entanto, existe uma distinção notável entre a compreensão dessas tecnologias e sua aplicação prática, conforme indicado por Kineber et al. (2023), que destacam a necessidade de educação e treinamento para que profissionais possam implementar essas soluções de forma consistente e eficaz. Essa lacuna entre conhecimento teórico e execução prática sugere que a integração de tecnologias mais sustentáveis ainda enfrenta barreiras relacionadas à capacitação dos profissionais, limitando o potencial de tais práticas na rotina do Design de Interiores.

Quadro 4 - Percepções dos Profissionais sobre Características de Projetos Ambientalmente Responsáveis (continua ...)

Nº	Resposta
1	Ele deve considerar todos os âmbitos da sustentabilidade (econômico, social, ambiental e cultural). Contribuir com o descarte adequado e o reaproveitamento de peças, sempre que possível. Buscar fomentar a economia local, sem onerar os empresários, buscando alternativas próximas ao local da obra (reduzindo o deslocamento) e focando em minimizar o impacto ambiental.
2	Uso de materiais duráveis, naturais e recicláveis (se possível).
3	Um projeto sustentável deve reduzir o impacto ambiental, promover a saúde e o bem-estar do usuário.
4	Aquele que prioriza eficiência, funcionalidade e estética.
5	Acredito que um projeto de Interiores sustentável deva partir da busca pelo aproveitamento dos materiais existentes no contexto da obra, que se encontram em bom estado de conservação. Quando é necessária a troca, penso que buscar materiais de qualidade, com Design atemporal, é a melhor opção para este contexto. Assim, a chance de se manterem no espaço por um longo período é maior, evitando trocas constantes e produção de resíduos.
6	Que tenha boa eficiência energética, aproveitamento de luz e ventilação natural, uso de materiais sustentáveis e fornecedores que tenham alguma preocupação sustentável, gerando o mínimo de resíduo possível na obra.
7	Inteligente e funcional.
8	Custo e manutenção dentro da normalidade.
9	Tentando aproveitar, ressignificar e restaurar materiais já usados. Analisar a construção de acordo com a localização para fins de conforto ambiental.
10	Limpo, contemporâneo e arborizado.
11	Deve estar em concordância com as condições elementares do local (luz natural, ventilação), conter materiais de origem sustentável e não tóxicos, energia renovável e espaços verdes, se possível.
12	Sustentável com bom gosto.
13	Ele deve levar em conta o mobiliário existente em boa condição e adequá-lo à demanda imediata do cliente, considerando matéria-prima local e de fácil acesso, além de estimular a mão de obra nativa.
14	Projeto eficiente energeticamente, com bom aproveitamento da iluminação natural e ventilação cruzada, focado em materiais naturais e recicláveis, escolha de móveis de longa durabilidade e processos de fabricação éticos.
15	Aproveitamento de águas pluviais, áreas de permeabilidade dentro do terreno/edificação, materiais reutilizados, descarte adequado de resíduos, evitar desperdícios etc.
16	Considera a manutenção daquilo que não precisa ser eliminado, o aproveitamento e a restauração de itens pessoais do cliente. Que ao fazer demolições e descartes, seja pensado o menor impacto. Que considere a vida útil do que se especifica.
17	Pensando em soluções simples, usar melhor o aproveitamento da luz natural e escolher materiais que oferecem conforto térmico.
18	Com menor intervenção e com produtos mais atemporais e duráveis.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 3 - Percepções dos Profissionais sobre Características de Projetos Ambientalmente Responsáveis (continuação)

Nº	Resposta
19	Deve buscar materiais ecológicos e duráveis, priorizar o reuso.
20	Qualidade, bom gosto, uso em momentos certos, preservando o meio ambiente, sem perder a qualidade do projeto e a estética.
21	Racionalizado, sem desperdícios, materiais ecológicos e certificados, mão de obra feliz.
22	O projeto precisa ser funcional e acessível.
23	Um projeto que preze por materiais naturais, eliminando o máximo de sintéticos. Um exemplo é o uso de bancadas em pedra natural ao invés de bancadas de materiais sintéticos, como o quartzo. Ele deve pensar nos materiais a serem usados e seu impacto ambiental na produção e descarte. Deve gerar o mínimo de resíduo não reciclável ou reutilizável possível, ter longa durabilidade, tanto em vida útil quanto em atendimento das projeções de demandas atuais e futuras. Deve ser projetado para gastar o mínimo de energia possível e, sempre que possível, ser auto sustentável, com o maior uso de luz e ventilação natural e materiais com conforto termoacústico.
24	Eu sempre oriento o cliente para algumas práticas de sustentabilidade que também ajudam financeiramente, como produção de energia, reaproveitamento de itens existentes e uso de torneiras com timer em ambientes comerciais.
25	Com vegetação, uso de materiais renováveis (madeira, por exemplo) e reforma de móveis existentes.
26	Um projeto inteligente que visa aproveitamento de materiais, evita desperdício e faz uso de tecnologias.
27	Desde a concepção, preocupado com o descarte, reaproveitando o que for possível e uso de materiais mais sustentáveis e atemporais para evitar mudanças em curto período.
28	Aquele que tem menor impacto na nossa natureza e saúde.
29	Deve potencializar o uso da luz e ventilação natural, promover melhorias na estrutura existente evitando descartes imprudentes, usar com muito cuidado as tendências para evitar descartes futuros, etc.
30	Atemporal, pois não gera mudanças em curto prazo.
31	Reaproveitar móveis existentes do cliente, aproveitar materiais de obra, doar materiais que serão descartados para pessoas que precisam, utilizar sistemas de economia de água e energia, buscar novas formas de usar materiais antigos/garimpados para personalizar o ambiente. Aproveitar da melhor forma a ventilação natural cruzada e a iluminação natural.
32	Acredito que, para ser sustentável, deve haver equilíbrio com o custo. Se um material sustentável custa 10x o valor da outra opção, ele não é sustentável financeiramente.
33	Um projeto de Interiores que leve em conta elementos naturais para melhor aproveitamento do espaço, como ventilação, insolação, reutilização de mobiliários e revestimentos produzidos com o menor impacto ao meio ambiente.
34	Ter boa ventilação e iluminação, fazer um projeto que não tenha retrabalho, energia sustentável, aproveitamento de água, materiais com boa durabilidade.
35	Para mim, a sustentabilidade está na atemporalidade dos projetos e durabilidade (técnica e estética) dos materiais. Também está na sustentabilidade social, e não apenas ambiental, por meio do investimento mais em mão de obra do que em materiais e móveis de luxo.
36	Atemporal, econômico, que gere pouco entulho e opte por materiais que não venham de desmatamento.
37	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 4 relaciona as práticas favoráveis à sustentabilidade adotadas pelos profissionais de Design de Interiores, oferecendo uma perspectiva sobre as ações concretas realizadas no setor.

Quadro 5 - Práticas Ambientalmente Responsáveis Adotadas

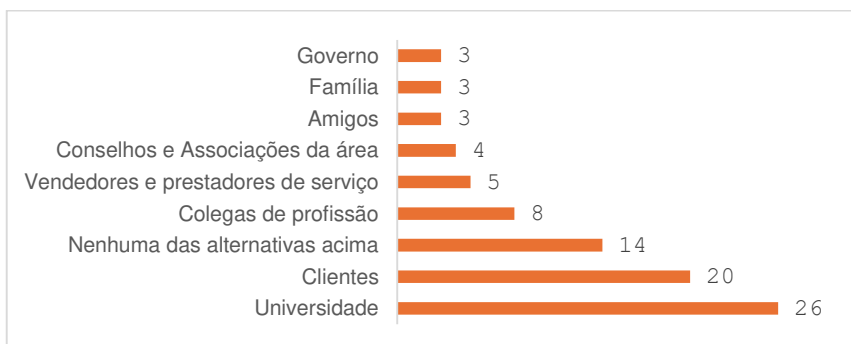
Nº	Resposta
1	Soluções adaptáveis, para que não seja necessária outra obra em curto intervalo de tempo; escolha de materiais sustentáveis e aproveitamento de peças existentes.
2	Eficiência energética, sempre propondo painéis solares, reservatório de água e reaproveitamento de água cinza. Ambientes flexíveis, com vários usos e materiais naturais.
3	Evitar a troca de materiais em bom estado de conservação e que sejam coerentes com o briefing de projeto. Optar por soluções de Design atemporal. Evitar o uso de pedras sintéticas em mobiliários que envolvam marmoraria.
4	Aproveitamento de luz e ventilação natural, energia fotovoltaica, aquecimento solar.
5	Captação de água pluvial, uso de materiais sustentáveis.
6	Materiais que impactam pouco no ambiente durante a cadeia de produção.
7	Ventilação cruzada, orientação solar, uso de materiais naturais, reaproveitamento de parte do entulho gerado pela construção.
8	Uso de vegetação nativa, cuja adaptação e desenvolvimento requerem pouco manejo.
9	Redução de desperdício.
10	Iluminação e revestimento com baixo impacto ambiental.
11	Captação de água da chuva, revitalização de mobiliário existente em boas condições e painel solar.
12	Construção com tijolo ecológico, projeto energeticamente eficiente, bom aproveitamento de iluminação natural e ventilação cruzada, placas fotovoltaicas, aquecimento solar, materiais naturais e recicláveis.
13	Reaproveitamento de materiais, mínima geração de entulhos.
14	Renovação de móveis e itens de decoração do cliente, especialmente os de valor sentimental, evitando o descarte de itens em boas condições.
15	Uso pontual de materiais sustentáveis.
16	Nenhuma prática sustentável adotada.
17	Escolha criteriosa de materiais sustentáveis, reuso de mobiliários e reforma de elementos antigos.
18	Uso de iluminação natural, materiais biodegradáveis, brises para ventilação e entrada de luz natural.
19	Projeto racionalizado, sem desperdícios, com materiais ecológicos e certificados, mão de obra valorizada.
20	Uso de materiais que apresentem sustentabilidade.
21	Materiais com baixo impacto ambiental na produção e descarte, durabilidade elevada, conforto termoacústico e uso máximo de luz e ventilação natural.
22	Reforma de mobiliário e uso de vegetação adaptada ao ambiente.
23	Recomendação de energia fotovoltaica e aquecimento solar, incentivo ao aproveitamento de áreas verdes.
24	Em projetos de reforma, reaproveitamento máximo do que já existe.
25	Resistência de alguns clientes à adoção de práticas sustentáveis.
26	Uso de materiais claros para maximizar a luz natural, estratégias para reduzir uso de ar-condicionado, polimentos e impermeabilizações em pedras naturais e madeira, reforma de armários.
27	Implementação de práticas sustentáveis dependendo do nível de consciência do cliente, como iluminação e ventilação natural, aproveitamento de móveis, e uso de eletrodomésticos eficientes.
28	Materiais duráveis, valorização de arte e decoração de pequenos produtores e artistas locais.
29	Projetos duradouros com conforto térmico, reutilização de móveis.
30	Compatibilização de projetos para evitar retrabalho e desperdício, uso de energia sustentável, arquitetura com boa iluminação e ventilação, reutilização de água, uso de materiais atemporais.
31	Energia solar, captação de água de chuva, revestimentos com baixo impacto ambiental.
32	Reutilização de materiais.
33	Atemporalidade nos projetos, uso de materiais locais e adequados às técnicas e orçamento disponíveis.
34	Projetos duráveis que maximizam a iluminação e ventilação natural.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As respostas do questionário que destacam a importância de abordar múltiplos aspectos da sustentabilidade (econômico, social, ambiental e cultural) refletem uma compreensão abrangente sobre princípios sustentáveis na prática do Design de Interiores, alinhando-se com autores como Hayles (2015), Lasani (2016) e Gieseke et al. (2014). Há respostas que incluem a escolha de materiais duráveis, o uso de iluminação e ventilação natural, e a integração de tecnologias favoráveis à sustentabilidade. Essas práticas estão alinhadas com as recomendações de entidades como o USGBC (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e a ASID (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008), que incentivam a utilização de recursos naturais e a seleção de materiais com alta durabilidade para minimizar o impacto ambiental. No entanto, ao comparar essas práticas com a compreensão teórica de sustentabilidade destacada anteriormente, observa-se um alinhamento parcial. Embora os profissionais demonstrem familiaridade com os conceitos, há barreiras internas e externas, tais como as barreiras culturais, estruturais e financeiras, evidentes para a implementação completa dessas práticas. Adicionalmente, Kineber et al. (2023) destacam a importância da educação e do treinamento como fatores essenciais para que os profissionais de Design de Interiores possam aplicar consistentemente tecnologias e iniciativas favoráveis à sustentabilidade, reduzindo a lacuna entre o conhecimento e a prática.

Na sequência, o Gráfico 2 analisa os fatores externos que estimulam a adoção de práticas ambientalmente responsáveis, observando seu papel na superação das barreiras previamente identificadas.

Gráfico 2 - Fontes de Incentivo para Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Buscou-se analisar quais seriam as principais fontes de incentivo para a adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade entre profissionais de Design de Interiores, destacando o papel de diferentes atores externos, como clientes, universidades, associações e redes de contato pessoal e profissional. Os dados mostram que as universidades são a fonte de incentivo mais relevante, mencionada por 26 profissionais, sugerindo que a formação acadêmica e o suporte institucional podem atuar como impulsionadores para a integração de atitudes ambientalmente responsáveis. Esse dado indica que o conhecimento disseminado nas universidades desempenha um papel relevante na implementação dessas práticas, refletindo a importância de uma base acadêmica sólida para preparar os profissionais. Tal influência reforça os achados do USGBC (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e da ASID (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008), que destacam como a educação, as regulamentações e diretrizes podem estruturar e facilitar a transição para atitudes mais sustentáveis, por meio de parâmetros claros e incentivos.

A fonte mais citada são os clientes (20), indicando que sua demanda pode ser uma força motriz importante, atuando como um impulsionador direto para os profissionais de setor. A sensibilização e a conscientização dos clientes sobre a sustentabilidade refletem uma relação direta entre a pressão do mercado consumidor e a adaptação dos profissionais, alinhando-se com os achados da literatura.

A rede de relacionamentos pessoais e profissionais, incluindo colegas de profissão (8 menções), aparece como fonte de incentivo secundária, mas significativa, refletindo o papel que as interações interpessoais têm na formação de atitudes e na validação dessas práticas. A importância do apoio social recebido vai ao encontro das normas subjetivas, que fazem parte da Teoria do Comportamento de Ajzen (1991), que considera a pressão da sociedade e de pares, além das expectativas sociais, como incentivos para que um indivíduo adote ou não certo comportamento.

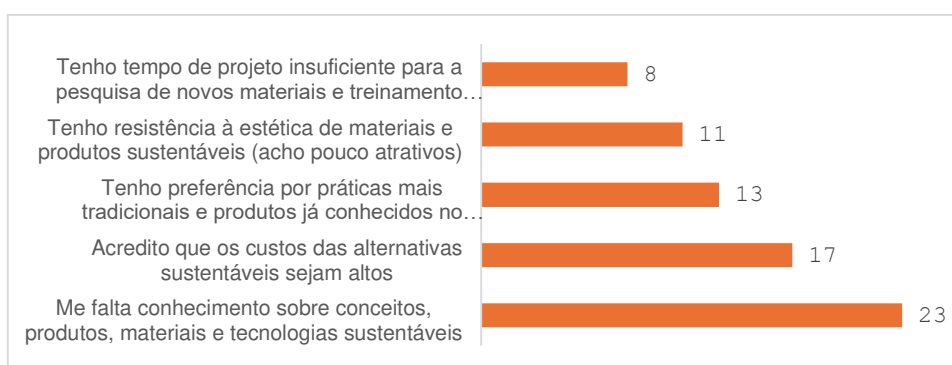
Em contrapartida, vendedores e prestadores de serviço aparecem com uma influência menor (5), o que pode indicar uma limitação na atuação desses agentes como promotores de iniciativas mais sustentáveis. Conforme observado por Azeem et al. (2017) e Gieseke et al. (2015), essa falta de incentivo direto e alinhamento com atitudes ambientalmente responsáveis é uma barreira institucional que reflete o descompasso entre os interesses de mercado e preceitos de sustentabilidade,

especialmente quando não há apoio ou incentivo governamental ou regulatório para tal.

Somente 3 profissionais mencionaram o governo como fonte de incentivo, evidenciando a necessidade de atuação ativa das políticas públicas na promoção de iniciativas mais sustentáveis no setor. A pouca relevância atribuída ao governo como incentivador ressalta um possível descompasso entre as regulamentações existentes e a percepção dos profissionais sobre sua efetividade no estímulo a uma maior sustentabilidade. Esse cenário sugere que, conforme apontado por Azeem et al. (2017), medidas governamentais mais robustas e direcionadas poderiam fortalecer o papel do governo como um agente promotor de atitudes ambientalmente responsáveis, complementando o impacto das universidades e dos clientes como possíveis impulsionadores dessa mudança. Em síntese, o gráfico revela que os incentivos para práticas favoráveis à sustentabilidade são multifacetados, com um papel central desempenhado pelas universidades e reforçado por clientes, associações e redes de apoio social.

Após a análise dos incentivos externos que podem auxiliar na promoção da sustentabilidade no Design de Interiores, o Gráfico 3 explora as dificuldades internas que limitam a adoção dessas práticas entre os profissionais. Este gráfico destaca barreiras internas, como preferências por práticas tradicionais, percepção de custos elevados das alternativas mais sustentáveis, restrições de tempo e apelo estético. A identificação das barreiras internas é útil para a compreensão dos desafios que os profissionais enfrentam dentro do próprio processo criativo e operacional, refletindo resistências e limitações estruturais e pessoais em seu *modus operandi*.

Gráfico 3 - Barreiras Internas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A maior barreira identificada no Gráfico 3 é a falta de conhecimento sobre conceitos, produtos, materiais e tecnologias ambientalmente responsáveis, mencionada por 23 respondentes. Esse dado indica que muitos profissionais ainda não possuem familiaridade com essas práticas, o que limita sua aplicação em projetos de Design de Interiores. Essa falta de conhecimento técnico representa um desafio, pois atitudes favoráveis à sustentabilidade exigem não apenas familiaridade com os materiais e sistemas, mas também uma compreensão dos benefícios e limitações dessas alternativas. Este ponto de vista é corroborado por Aydin et al. (2019) e Hayles (2015), que destacam que o conhecimento insuficiente é uma barreira fundamental para iniciativas mais sustentáveis, pois muitos profissionais não têm acesso a informações adequadas sobre as alternativas disponíveis.

Outro fator limitador é a percepção de que os custos de alternativas favoráveis à sustentabilidade são altos, apontada por 17 profissionais. Essa visão pode estar associada à falta de informações sobre o custo-benefício a longo prazo ou à possibilidade dessas alternativas apresentarem um custo inicial mais elevado em comparação com produtos ou tecnologias convencionais. Tal percepção reflete uma barreira estrutural que, como observado por Akadiri (2015) e Maté (2009), tende a limitar a disposição dos profissionais em adotar atitudes favoráveis à sustentabilidade, principalmente em contextos em que os clientes são sensíveis ao orçamento.

A preferência por práticas mais tradicionais e produtos amplamente conhecidos no mercado também se destaca, sendo mencionada por 13 respondentes. Profissionais que preferem práticas tradicionais podem sentir-se mais seguros ao trabalhar com produtos que já conhecem, evitando os riscos associados a alternativas menos estabelecidas. Este conservadorismo está alinhado com a análise de Peenstra e Silvius (2017), que apontam que a disposição dos profissionais para iniciativas mais sustentáveis está diretamente ligada à familiaridade com essas alternativas, indicando que tanto profissionais quanto clientes tendem a optar por métodos mais conhecidos, cujos resultados e benefícios são mais garantidos.

Além disso, a resistência estética a materiais e produtos favoráveis à sustentabilidade foi mencionada por 11 respondentes, indicando que, para alguns profissionais, a percepção visual dessas alternativas ainda é um obstáculo. Aydin et al. (2019) e Hayles (2015) corroboram essa observação, destacando a percepção estética como

uma das principais barreiras, pois muitos desses produtos são percebidos como visualmente menos atrativos ou sofisticados.

Por fim, o tempo insuficiente para a pesquisa de novos materiais e treinamento em novas tecnologias foi citado por 8 respondentes. Esse dado evidencia uma limitação estrutural, uma vez que a restrição de tempo para a pesquisa de alternativas mais sustentáveis impede que os profissionais explorem essas opções, conforme citado por Ahn et al. (2013) e Aye (2003). Em síntese, o gráfico revela que as barreiras internas à adoção de práticas mais sustentáveis no Design de Interiores estão intimamente ligadas à falta de conhecimento, restrições financeiras, preferência por métodos tradicionais, considerações estéticas e limitações de tempo.

Além das barreiras internas, também se deve analisar obstáculos externos que limitam iniciativas mais sustentáveis no setor. O gráfico a seguir examina as principais barreiras e dificuldades externas enfrentadas por esses profissionais, abrangendo fatores como a escassez de mão de obra qualificada, a falta de informações sobre produtos favoráveis à sustentabilidade, a resistência estética dos clientes e a percepção de altos custos associados a essas alternativas. A análise desses aspectos auxilia na compreensão das limitações estruturais e mercadológicas que impactam a implementação de atitudes ambientalmente responsáveis, evidenciando como o ambiente externo pode influenciar nas escolhas e limitar as ações dos profissionais.

Gráfico 4 - Barreiras Externas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 4 destaca que a ausência de mão de obra qualificada para lidar com materiais, produtos e tecnologias ambientalmente preferíveis representa a principal barreira, mencionada por 32 respondentes, o que aponta para a necessidade de treinamento específico e o desenvolvimento de habilidades técnicas relacionadas a essas alternativas.

Outra barreira significativa é a falta de informações sobre esses produtos, materiais e tecnologias, mencionada por 28 respondentes. A escassez de dados confiáveis sobre essas alternativas pode limitar a tomada de decisão dos profissionais, uma vez que informações detalhadas e acessíveis sobre esses produtos propiciam maior segurança para que esses profissionais adotem iniciativas mais sustentáveis. Esse fator evidencia a necessidade de um sistema informacional que permita aos profissionais acessar dados técnicos e certificações ambientais, promovendo maior confiança e segurança na escolha de produtos. As respostas dissertativas, contidas no Quadro 5 também indicam a escassez de informações confiáveis, além da disponibilidade limitada de produtos ambientalmente preferíveis, como barreiras significativas para a adoção de práticas ambientalmente responsáveis (ex.: respostas 19, 20, 23). Akadiri (2015) e Gieseke et al. (2015) abordam essa problemática, ressaltando que a falta de informações precisas dificulta a escolha de alternativas mais sustentáveis. A ausência de dados de desempenho e de certificações ambientais reduz a confiança dos profissionais, que muitas vezes evitam utilizar esses produtos por receio de comprometer a qualidade do projeto ou de incorrer em custos adicionais. A desinformação, portanto, limita a capacidade dos profissionais de oferecer alternativas seguras e viáveis, impactando negativamente a implementação de soluções ambientalmente responsáveis no Design de Interiores.

A falta de conhecimento, de demanda e de interesse por parte dos clientes em relação a iniciativas favoráveis à sustentabilidade é outro elemento destacado no gráfico, com 25 menções, reforçando a relevância de estratégias que incentivem tanto a oferta quanto a procura por essas soluções. A resistência estética dos clientes em relação a alternativas ambientalmente preferíveis aparece como um fator limitador, citado por 22 respondentes. Esse aspecto ressalta a relevância de produtos que, além de mais sustentáveis, atendam aos padrões estéticos esperados pelos consumidores. O Quadro 5 também mostra, por meio de respostas dissertativas, a resistência dos

clientes em relação a essas alternativas (ex.: respostas 5, 6, 11, 17, 25). Esse comportamento está alinhado com estudos que identificam uma forte preferência dos clientes por práticas tradicionais e um receio a respeito de atitudes favoráveis à sustentabilidade (HAYLES, 2015; AYDIN et al., 2019).

Por fim, a percepção de custos elevados para materiais e tecnologias favoráveis a sustentabilidade (21 menções) figura como outra barreira expressiva, sugerindo que incentivos financeiros ou políticas públicas poderiam favorecer a visão de longo prazo sobre os benefícios econômicos e ambientais de alternativas mais sustentáveis, tornando-as mais viáveis e atraentes para os profissionais de setor. Esse contexto sugere que, embora os profissionais possam buscar alternativas ambientalmente responsáveis, suas escolhas são moldadas pelas demandas dos clientes, que priorizam familiaridade e custo.

O Quadro 5 exhibe as respostas dissertativas referentes à influência das barreiras externas na adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade, aprofundando a compreensão de questões como custos, limitações estéticas, disponibilidade de materiais e preferências dos clientes.

Quadro 6 - Respostas Dissertativas sobre a Influência das Barreiras Externas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis (continua ...)

Nº	Resposta
1	Quando um produto exige um profissional especializado e geralmente é mais caro, o cliente prefere usar o tradicional.
2	Percebo que os produtos sustentáveis são mais caros, muitas vezes justamente por serem sustentáveis, o que agrega valor ao material. Além disso, alguns materiais têm estética que não me agrada ou apresentam características que considero inferiores aos produtos tradicionais.
3	Às vezes não conheço para propor no projeto ou não tenho conhecimento suficiente para convencer o cliente.
4	Principalmente pela estética dos materiais sustentáveis, que geralmente não são visualmente atraentes.
5	Trabalho de acordo com os gostos e necessidades do cliente, visando economia, segurança e qualidade.
6	A escolha final é opção do cliente.
7	Gosto de usar materiais naturais, orgânicos e simples. Isso torna meus projetos delicados, elegantes e agradáveis.
8	Uma obra muitas vezes aumenta proporcionalmente o custo durante a execução. Nesse sentido, o cliente nem sempre vê o valor agregado a longo prazo de um produto ou tecnologia, analisando apenas o preço de implantação e o custo da mão de obra especializada, somado a outros gastos que já extrapolaram o orçamento.
9	A balança demanda x expectativa tende a afastar a adoção de práticas mais sustentáveis, uma vez que o cliente normalmente se espanta com os valores do investimento inicial.
10	O tempo para pesquisa e conversas com fornecedores de materiais, equipamentos e demais recursos é atualmente meu maior gargalo.
11	Se o cliente não adere, não tenho como adotar uma prática na obra dele. O que é possível fazer, além da decisão dele, pesquisamos e aplicamos.
12	Como disse, ainda não há demanda nem interesse dos clientes na adoção dessas práticas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 5 - Respostas Dissertativas sobre a Influência das Barreiras Externas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis (continuação)

Nº	Resposta
13	Escolha do cliente.
14	Não sei especificar.
16	Ainda vejo muita divulgação, mas pouca aplicação prática.
17	O cliente acaba sendo o fator determinante para muitas soluções projetuais e nem sempre tem a visão da necessidade de práticas sustentáveis. Nosso dever é tentar direcionar, mas nem sempre conseguimos.
18	Pouca aplicação das práticas.
19	A falta de informação, a rotina do dia a dia, a necessidade de parar para pesquisar, buscar fornecedores e o alto custo de muitas soluções fazem com que eu acabe usando materiais tradicionais que funcionam.
20	Não vejo muita divulgação de materiais e tecnologias mais sustentáveis; com isso, acabamos especificando produtos mais "tradicionais", já conhecidos por nós.
21	Material de custo altíssimo! Meus clientes são de classe média e optam por produtos mais em conta.
22	Confesso que é algo pouco discutido no escritório. Prezamos pela atemporalidade justamente para evitar retrabalhos, que geram descartes e outras necessidades.
23	Acho que informações incorretas ou insuficientes prejudicam muito. Muitas marcas promovem seus materiais como sustentáveis, mas na verdade não são. Por exemplo, muitas marcas de porcelanato alegam sustentabilidade, mas a extração da matéria-prima é agressiva ao meio ambiente, a queima da argila libera muito calor e consome muita energia, e o material não permite manutenção. A vantagem, entretanto, é que é fácil de encontrar, tem preço acessível, alta durabilidade e baixa manutenção, proporcionando um ciclo de vida longo.
24	Quanto mais barreiras, maior o prazo de execução, o que gera mais custos.
25	Por falta de informação no mercado, o cliente não aceita tanto.
26	Sem conhecimento sobre esses materiais, é difícil utilizá-los.
27	Como faço projetos para a classe média baixa, o preço dos produtos influencia as decisões do meu público.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

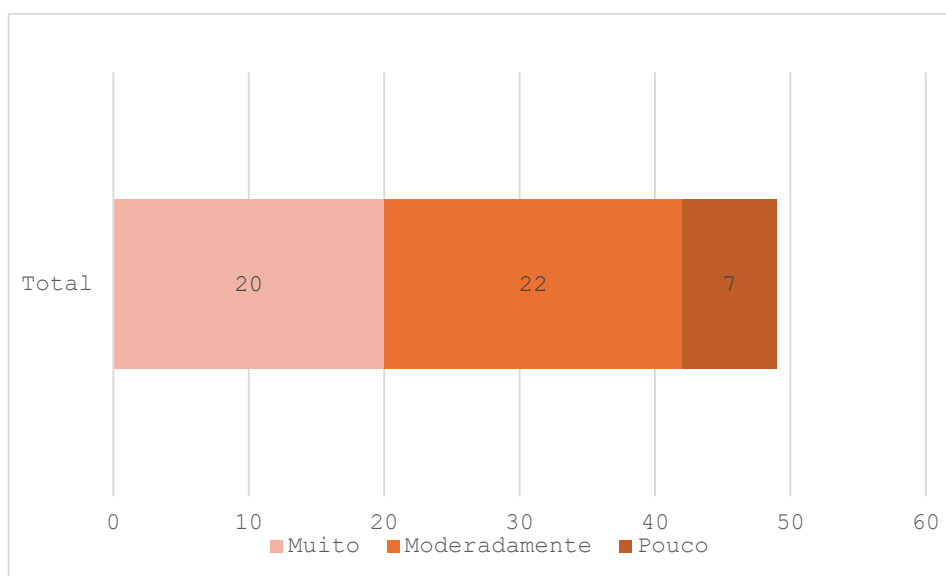
A análise qualitativa das respostas dissertativas busca aprofundar a compreensão das barreiras enfrentadas por profissionais de Design de Interiores na adoção de atitudes ambientalmente preferíveis. Essas respostas complementam a análise anterior, fornecendo insights sobre desafios como custos, limitações estéticas, disponibilidade de materiais e influência das preferências dos clientes. O objetivo é comparar essas barreiras práticas com aquelas descritas na literatura, identificando pontos de convergência e divergência.

As respostas dissertativas destacam o custo elevado como uma barreira significativa para a adoção de práticas mais sustentáveis. Diversos participantes (respostas 1, 2, 8, 9, 19, 21, 27) mencionaram que o valor agregado aos produtos ambientalmente responsáveis tende a ser mais alto, o que desestimula seu uso em projetos. Esse ponto converge com a literatura, que identifica a percepção de alto custo como um dos principais obstáculos para a integração de alternativas mais sustentáveis (AHN et al., 2013; MATÉ, 2009).

A falta de tempo para pesquisa e a carência de conhecimento sobre alternativas mais sustentáveis também foi citada como uma barreira substancial (ex.: respostas 3, 10, 19, 20, 26). A literatura reforça essa dificuldade, destacando que a atualização sobre práticas ambientalmente favoráveis é prejudicada pela limitação de tempo e pela escassez de materiais informativos acessíveis (PEENSTRA; SILVIUS, 2017; STEIG, 2006).

Para finalizar a análise descritiva, o Gráfico 5 oferece uma visão abrangente sobre o grau de impacto que as barreiras externas exercem nas decisões dos profissionais de Design de Interiores, relacionando as limitações observadas com a questão de pesquisa, que investiga o efeito das práticas estabelecidas no setor sobre a adoção do Design ambientalmente responsável.

Gráfico 5 - Influência das Barreiras Externas na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

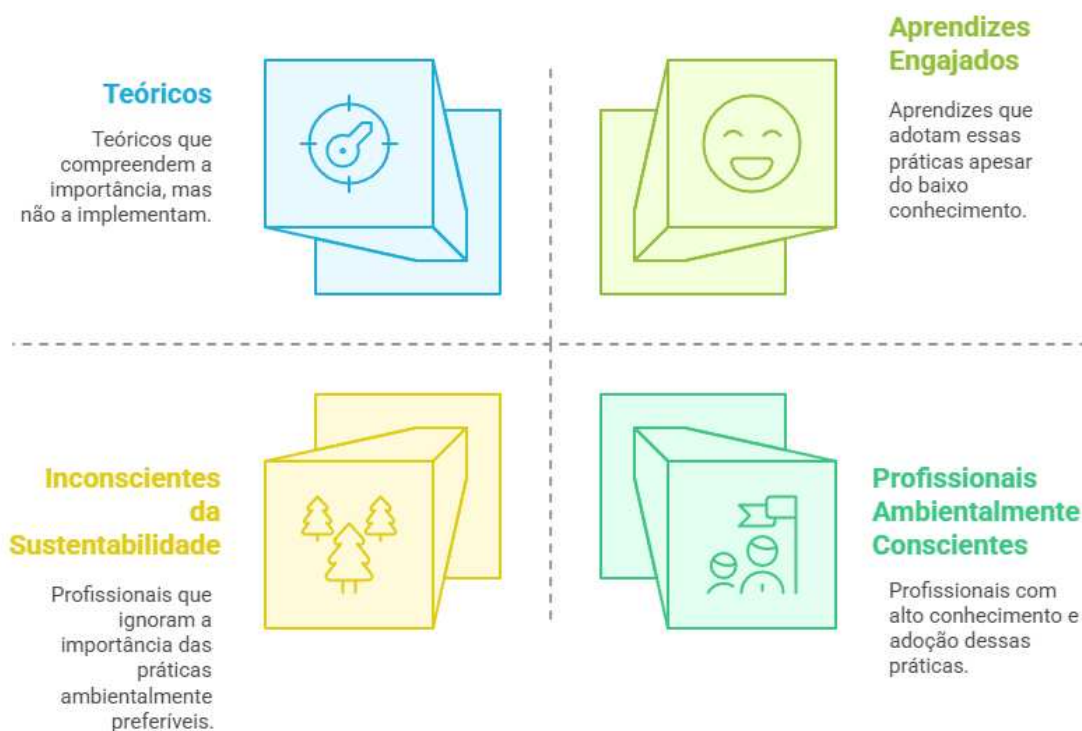
O Gráfico 5 indica que a maior parte dos profissionais avalia que barreiras externas influenciam “Moderadamente” (aproximadamente 44%) e “Muito” (cerca de 40%). Esses resultados mostram o peso expressivo de fatores alheios à prática individual na implementação de soluções ambientalmente responsáveis. Assim, percebe-se que, embora possa haver interesse em iniciativas mais sustentáveis, esses obstáculos externos dificultam a adoção efetiva dessas práticas.

Cerca de 14% dos profissionais consideram que essas barreiras influenciam “Pouco”, possivelmente indicando maior flexibilidade ou menor sensibilidade a esses impedimentos. Por outro lado, pode representar também aqueles que não se sentem afetados porque não têm intenção de adotar essas práticas, independentemente das barreiras.

A análise geral do Gráfico 5 reforça a conclusão de Steig (2006) de que há uma lacuna entre o conhecimento sobre conceitos de sustentabilidade ambiental e sua aplicação efetiva no Design de Interiores. Esse cenário sinaliza a necessidade de políticas institucionais, incentivos econômicos e iniciativas educacionais para promover práticas ambientalmente responsáveis em maior escala, exigindo ação conjunta de profissionais, educadores, legisladores, fornecedores e clientes.

Conforme ilustra a Figura 8, coexistem perfis diversos de profissionais no que se refere à adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade, variando desde os que reconhecem a importância, mas não aplicam, até os que possuem conhecimento aprofundado e implementação efetiva dessas soluções.

Figura 8 - Disparidade de Adoção de Práticas Favoráveis à Sustentabilidade



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observa-se, assim, que os profissionais de *Design* de Interiores apresentam múltiplos níveis de familiaridade e adoção em relação a práticas favoráveis à sustentabilidade,

refletindo diferenças significativas entre conhecimento teórico e aplicação efetiva de soluções ambientalmente responsáveis.

4.2 Análise da Influência de Questões Projetuais nas Práticas Ambientalmente Responsáveis

Este capítulo apresenta uma análise das relações entre variáveis que influenciam a adoção de práticas ambientalmente responsáveis no *Design* de Interiores, examinando as associações entre o *modus operandi* dos profissionais e o nível de comprometimento com iniciativas favoráveis à sustentabilidade.

Os gráficos iniciais expõem essas relações, investigando como aspectos da prática profissional, incluindo decisões de projeto e a influência da RT, impactam a seleção de produtos e possíveis iniciativas em prol da sustentabilidade. Em uma etapa final, a regressão logística foi aplicada para quantificar e interpretar as relações significativas, identificando variáveis críticas para a sustentabilidade nas práticas desses profissionais. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada das barreiras e facilitadores para iniciativas ambientalmente responsáveis, contribuindo para o debate sobre a compatibilização entre ética profissional e responsabilidade ambiental.

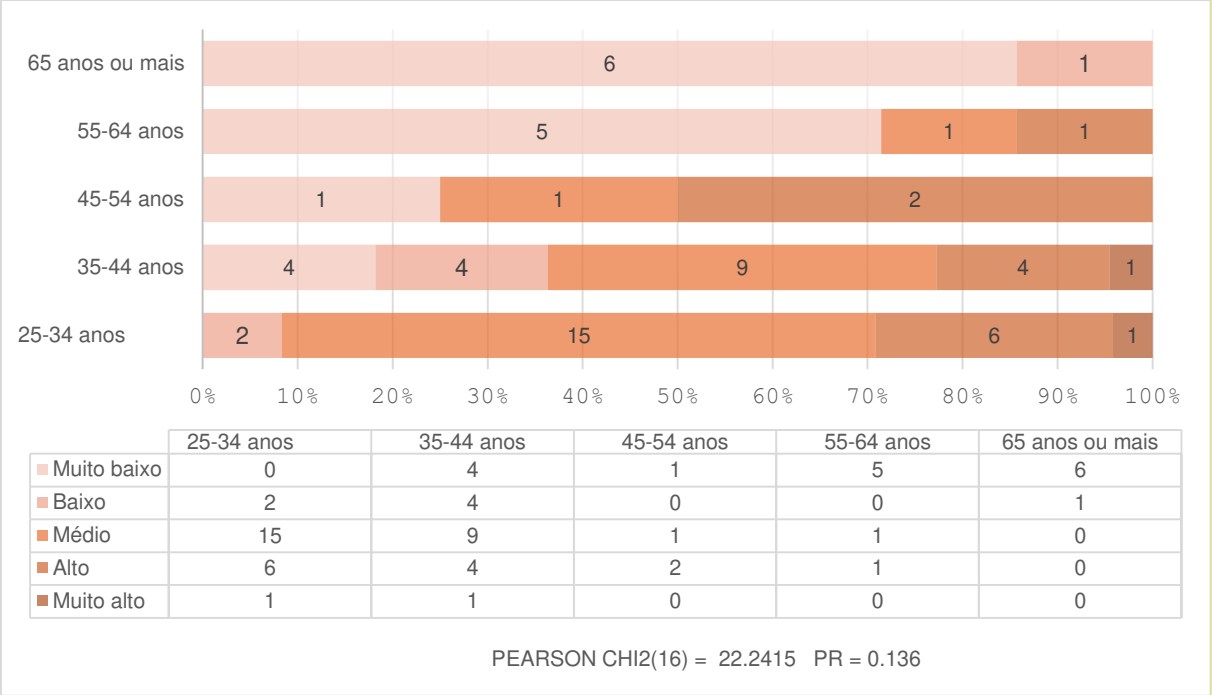
4.2.1 Heterogeneidade nas Práticas Profissionais e a Sustentabilidade

Esta seção examina a heterogeneidade entre profissionais de *Design* de Interiores em atitudes favoráveis à sustentabilidade. O objetivo é avaliar como variáveis demográficas e de formação, como idade, área de formação acadêmica e gênero, influenciam o nível de comprometimento com essas práticas.

A análise abrange faixas etárias desde jovens profissionais até os mais experientes, bem como a formação acadêmica dos entrevistados. Também são incluídas variáveis de gênero, considerando possíveis variações de comportamento em prol da sustentabilidade. Ao correlacionar esses fatores com o nível de adoção de atitudes ambientalmente preferíveis (baixo, médio ou alto), busca-se uma compreensão mais detalhada sobre a diversidade nas práticas profissionais e as implicações dessa diversidade para o avanço da sustentabilidade ambiental na área. O Gráfico 6

apresenta a distribuição dos níveis de iniciativas sustentáveis entre diferentes faixas etárias, facilitando a visualização da diversidade em meio a essas iniciativas.

Gráfico 6 - Faixa Etária dos Profissionais e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

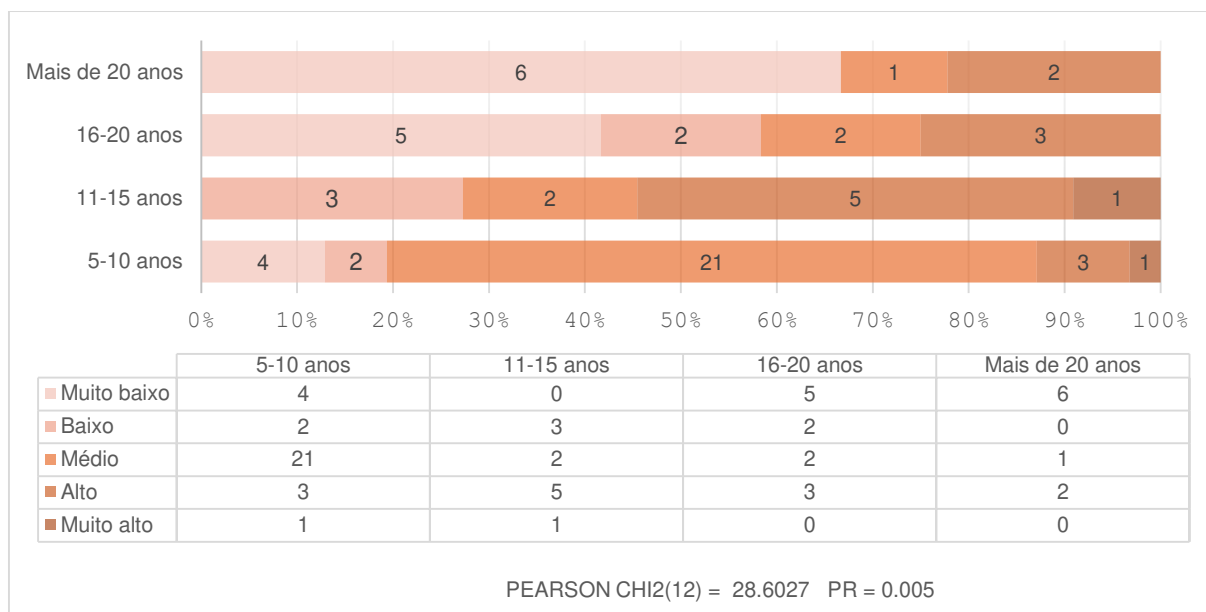
Observa-se que a distribuição dos níveis de atitudes ambientalmente favoráveis varia conforme a faixa etária. Profissionais na faixa de 25 a 34 anos concentram-se majoritariamente nos níveis “Médio” e “Alto” de adoção de práticas mais sustentáveis, enquanto aqueles na faixa de 35 a 44 anos apresentam uma distribuição que abrange desde níveis “Baixo” até “Muito alto”. As faixas etárias superiores, especialmente entre 55 e 64 anos, exibem uma concentração maior nos níveis “Baixo” e “Muito baixo”, com menor representação em níveis mais altos. Profissionais com 65 anos ou mais também apresentam uma tendência a níveis “Muito baixo” e “Baixo”, indicando uma possível redução no comprometimento com iniciativas mais sustentáveis nessa faixa etária.

Apesar disso, o teste de Pearson ($\chi^2 = 22,2415$; $p = 0,136$) indica que essas variações não são estatisticamente significativas. Em outras palavras, embora haja diferenças aparentes, não se observou significância suficiente para afirmar que a idade, por si só, seja fator determinante na adoção de práticas ambientalmente preferíveis. Tais

resultados sugerem que a diversidade existente não se traduz necessariamente em distinções estatisticamente relevantes relacionadas à idade.

O Gráfico 7 explora a relação entre o tempo de experiência profissional e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

Gráfico 7 - Tempo de Experiência Profissional e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



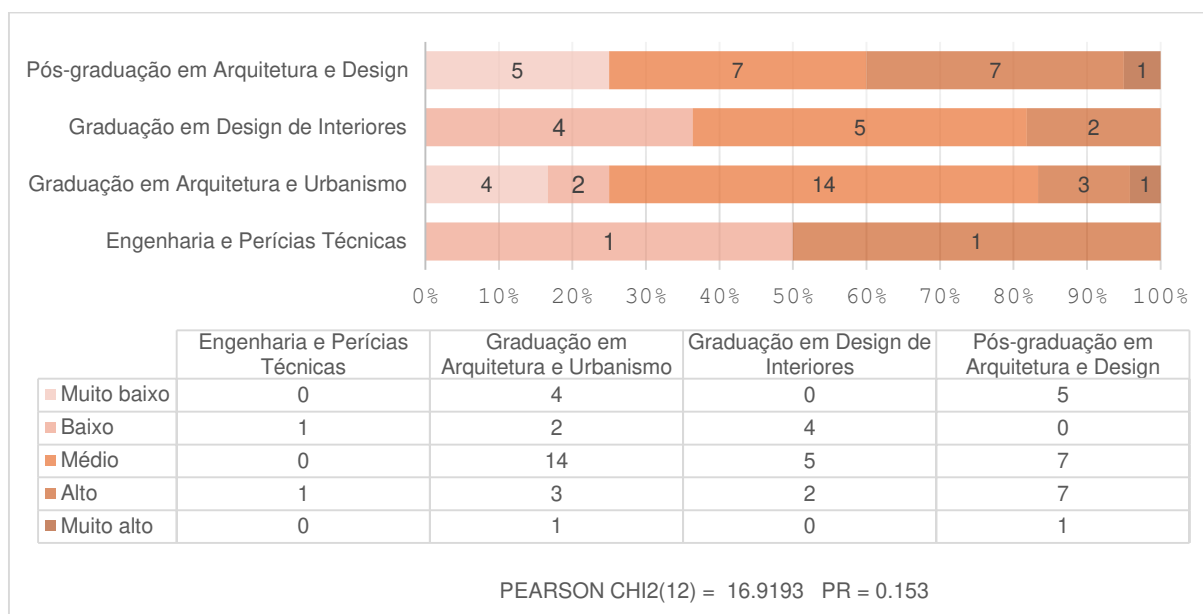
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O teste de Qui-quadrado (PEARSON CHI2(12) = 28.6027; $p = 0.005$) revela associação estatisticamente significativa entre as variáveis. Há maior diversidade de níveis de iniciativas em prol da sustentabilidade entre profissionais com 5 a 20 anos de experiência. Aqueles com 5 a 10 anos se concentram sobretudo no nível “Médio” de adoção, sugerindo abertura inicial para práticas mais sustentáveis e maior receptividade a novos conhecimentos. Em contrapartida, profissionais com mais de 20 anos de atuação apresentam distribuição variada, com ênfase nos níveis “Muito baixo” e “Baixo”, mas também alguma representação em níveis mais elevados.

Essa observação sugere que, embora a experiência acumulada contribua para abordagens diversas, os profissionais mais jovens podem estar mais inclinados a ter iniciativas ambientalmente favoráveis, possivelmente devido à maior exposição a conceitos atuais e à conscientização crescente sobre sustentabilidade no início de suas carreiras.

O Gráfico 8 investiga como a formação acadêmica dos profissionais se relaciona ao nível de adoção de práticas ambientalmente responsáveis, incluindo graduação e pós-graduação em *Design* de Interiores, Arquitetura e outras áreas.

Gráfico 8 - Formação Acadêmica e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis

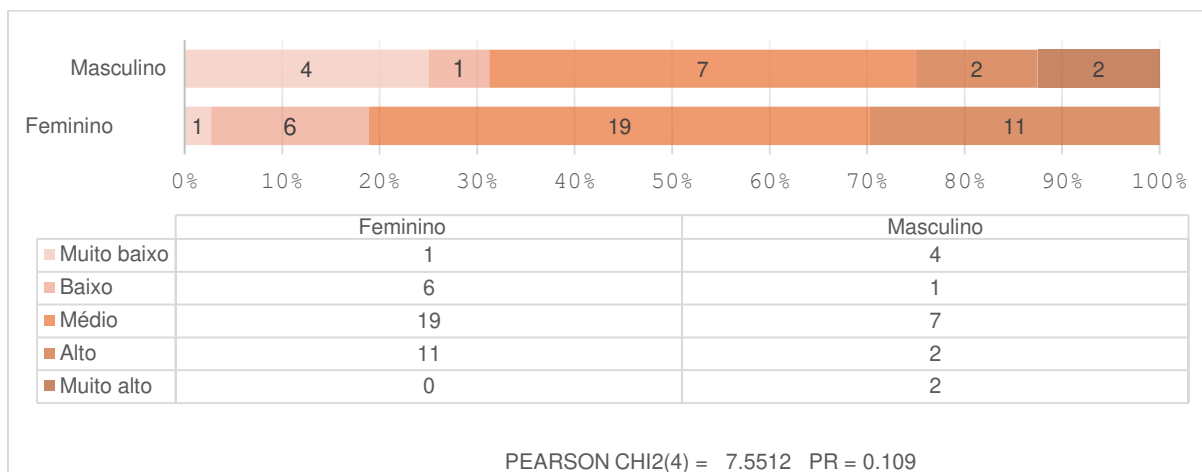


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme o gráfico, profissionais com pós-graduação em Arquitetura e *Design* se situam majoritariamente nos níveis “Médio” e “Alto” de iniciativas em prol da sustentabilidade, enquanto graduados em *Design* de Interiores mostram distribuição variada, abrangendo níveis “Baixo” e “Alto”. Profissionais graduados em Arquitetura concentram-se no nível “Médio”, mas também aparecem nos níveis “Baixo” e “Alto”. Aqueles com formação em Engenharia e Perícias Técnicas figuram exclusivamente no nível “Alto”.

O teste de Pearson ($\chi^2 = 16,9193$; $p = 0,153$) mostra que tais diferenças não têm significância estatística. Assim, a formação acadêmica, por si só, não se configura como fator determinante para o comprometimento ambiental desses profissionais. Apesar das variações observadas, a análise não comprova relação sólida entre a área de formação e o nível de adesão a práticas favoráveis à sustentabilidade.

O Gráfico 9 aborda a relação entre gênero e o nível de iniciativas em prol da sustentabilidade, comparando profissionais que se identificaram como “feminino” ou “masculino”.

Gráfico 9 - Gênero dos Profissionais e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Verifica-se que profissionais do gênero feminino estão sobretudo nos níveis “Médio” e “Alto”, com menor incidência em “Baixo” e “Muito baixo”. Profissionais masculinos mostram ampla variação, abrangendo “Muito baixo”, “Baixo”, “Médio” e “Alto”, com alguma frequência em níveis mais extremos.

O teste de Pearson ($\chi^2 = 7,5512$; $p = 0,109$) revela que essas diferenças de atitudes em prol da sustentabilidade por gênero não são estatisticamente significativas. Portanto, não se confirmou correlação consistente entre identidade de gênero e grau de comprometimento com práticas ambientalmente responsáveis nesta amostra.

4.2.2 Influência das Práticas Profissionais em Atitudes Favoráveis à Sustentabilidade

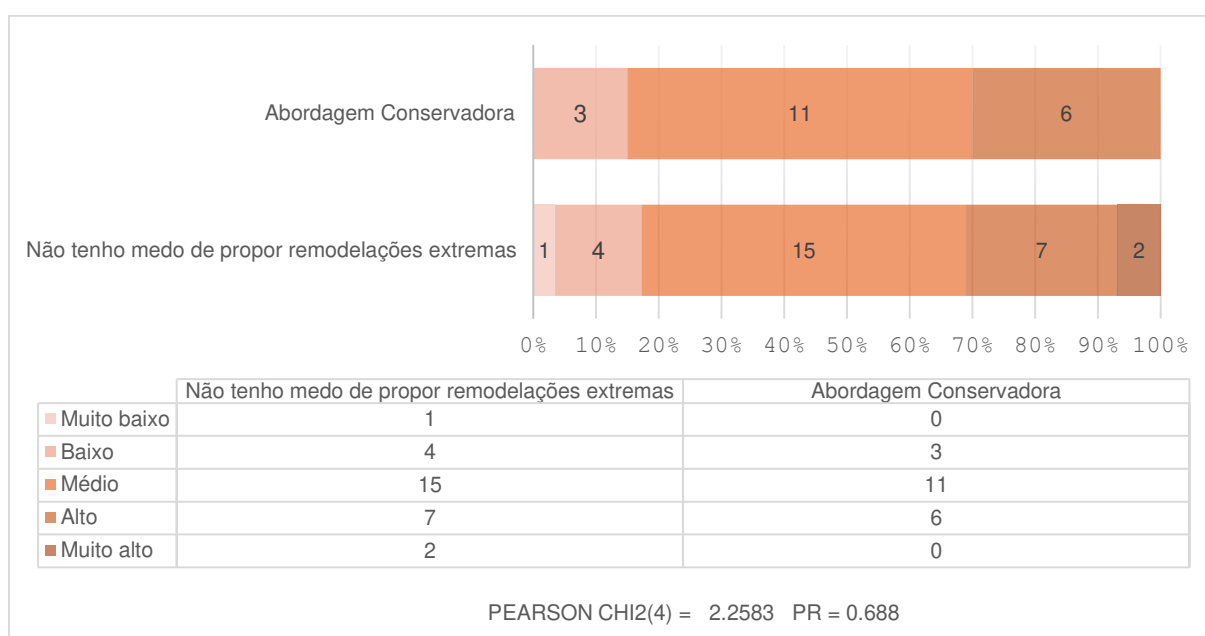
Esta seção examina como diferentes práticas profissionais no *Design* de Interiores impactam atitudes favoráveis à sustentabilidade. A análise foca em variáveis que refletem escolhas estratégicas dos profissionais, como abordagens em remodelações (conservadora vs. extrema), estilo de projeto (atemporal vs. tendências atuais) e prioridades de projeto (flexibilidade vs. demandas específicas), e como essas escolhas se associam ao nível de comprometimento com iniciativas mais sustentáveis.

A análise das variáveis estruturais busca revelar se determinadas orientações projetuais estão mais alinhadas ou distantes de práticas ambientalmente preferíveis,

classificando o nível de adoção em categorias de baixo, médio e alto. Esses achados contribuem para compreender de que forma as escolhas projetuais podem influenciar a responsabilidade ambiental no exercício profissional.

O Gráfico 10 explora a relação entre a adoção de práticas ambientalmente preferíveis e as abordagens de remodelação dos profissionais de *Design* de Interiores, segmentando-os entre aqueles que seguem uma abordagem conservadora e aqueles que não demonstram receio em propor remodelações mais extremas. Essa análise busca entender como diferentes atitudes no processo projetual podem influenciar no impacto ambiental das práticas adotadas.

Gráfico 10 - Abordagens de Remodelação e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



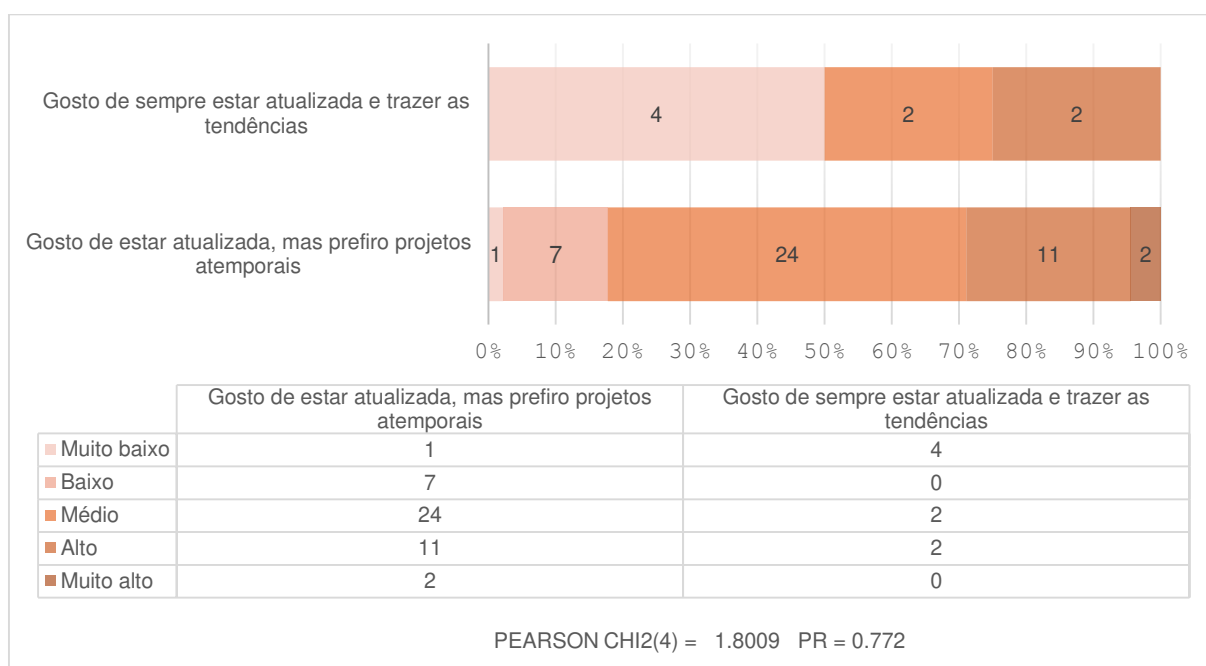
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observa-se que profissionais com abordagem conservadora apresentam concentração de iniciativas ambientais nos níveis “Médio” e “Alto”. Entre aqueles que propõem remodelações extremas, também há concentração em “Médio” e “Alto”, embora surjam ocorrências em níveis mais baixos e em “Muito alto”. O teste de Pearson ($\chi^2 = 2,2583$; $PR = 0,688$) não indica associação significativa entre abordagem de remodelação e nível de práticas favoráveis à sustentabilidade, sugerindo que a escolha por um estilo conservador ou mais radical não tem correlação clara com o comprometimento percebido em atitudes ambientais nesta amostra. De acordo com Gieseke et al. (2014), abordagens conservadoras favorecem a

sustentabilidade por se alinharem a ciclos de vida mais longos, prolongando a vida útil dos materiais e minimizando remodelações frequentes e com alto impacto ambiental.

O Gráfico 11 examina a relação entre a preferência dos profissionais de *Design* de Interiores por projetos “atemporais” ou alinhados às tendências e o nível de adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade, examinando se o estilo de projeto do profissional impacta seu grau de comprometimento com atitudes ambientalmente responsáveis.

Gráfico 11 - Estilo de Projeto e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

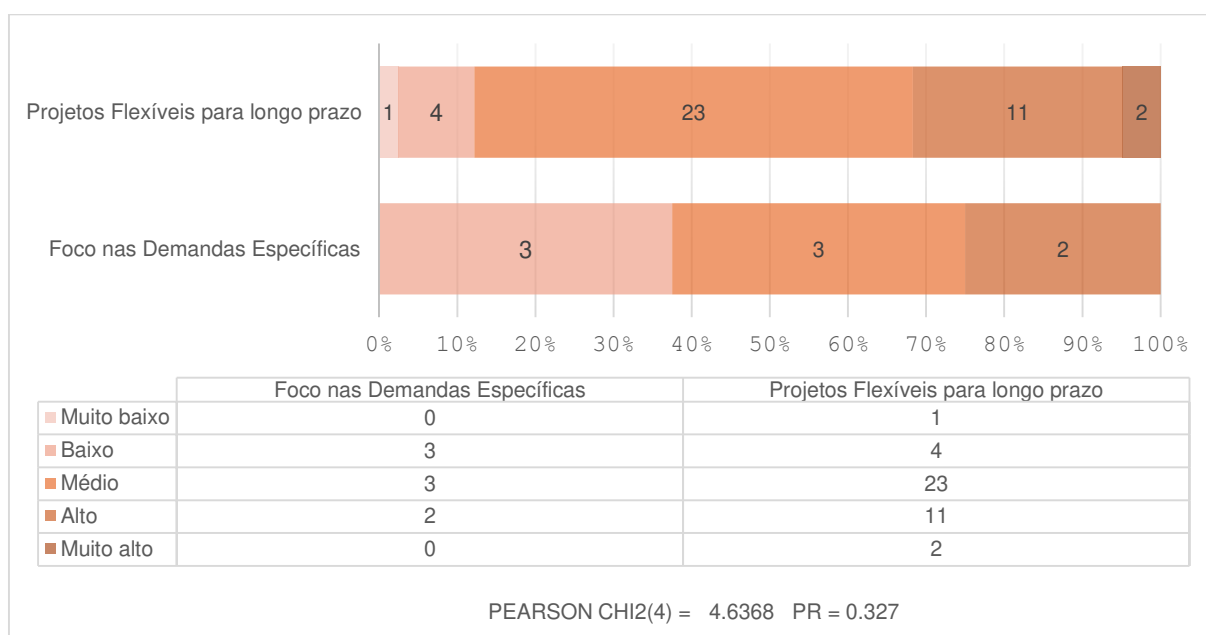
Nota-se que profissionais que preferem projetos “atemporais” apresentam concentrações mais pronunciadas nos níveis “Médio” e “Alto” de iniciativas favoráveis à sustentabilidade. Já aqueles que incorporam tendências revelam distribuição predominantemente em “Muito baixo” e “Alto”. O teste de Pearson ($\chi^2 = 1,8009$; $PR = 0,772$) não indica relevância estatística, sugerindo que a adoção de um estilo “atemporal” ou de tendências não determina, por si só, o nível de comprometimento ambiental.

A literatura sugere que uma abordagem “atemporal” tende a reduzir substituições de materiais e remodelações frequentes, favorecendo uma maior sustentabilidade ao prolongar a vida útil dos projetos e minimizar o consumo de recursos, entretanto, neste

estudo, não se observou correlação significativa entre a preferência de estilo e a percepção de práticas ambientalmente preferíveis.

O Gráfico 12 explora a relação entre as prioridades de projeto (ênfase em demandas específicas vs. flexibilidade a longo prazo) e o nível de atitudes ambientalmente favoráveis entre os profissionais de *Design* de Interiores. Busca-se entender como a abordagem projetual, seja ela direcionada a atender demandas pontuais ou a possibilitar adaptações futuras, impacta o compromisso com a sustentabilidade.

Gráfico 12 - Prioridades de Projeto e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados mostram maior concentração nos níveis “Médio” e “Alto” entre profissionais que priorizam a flexibilidade a longo prazo. Aqueles focados em demandas específicas tendem a se situar em “Baixo” e “Médio”. O teste de Pearson ($\chi^2 = 4,6368$; $PR = 0,327$) não revela associação estatística significativa, possivelmente devido ao fato de a maioria dos profissionais ter assinalado uma preferência por projetos flexíveis, o que reduz a variabilidade entre as categorias e pode limitar a detecção de uma associação estatística significativa.

De acordo com o USGBC (US GREEN BUILDING COUNCIL, 2021) e a ASID (AMERICAN SOCIETY OF INTERIOR DESIGNERS, 2008), a flexibilidade em projeto reduz a necessidade de remodelações frequentes e o consumo de recursos. Contudo,

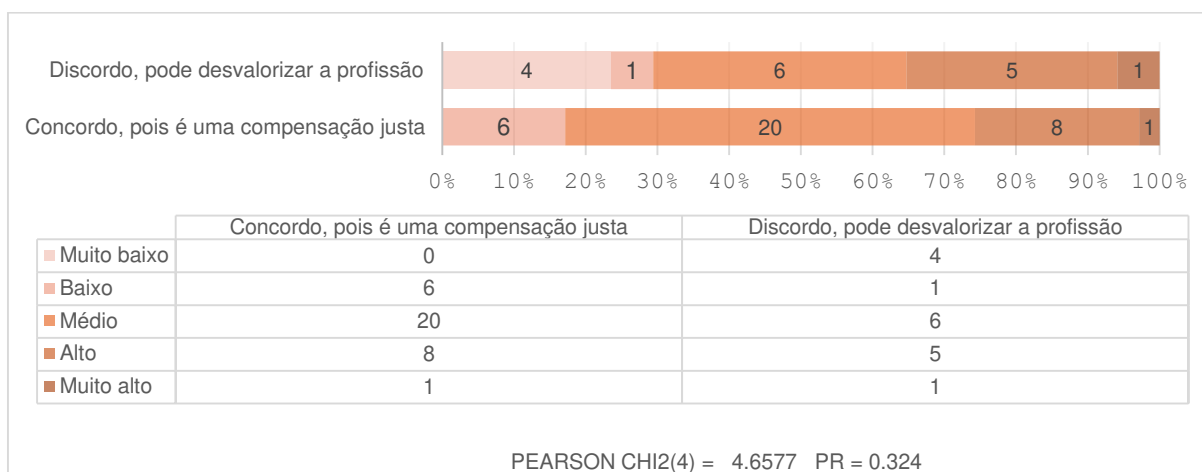
a ausência de relação estatística observada aqui indica que, mesmo que os profissionais priorizem projetos flexíveis, isso não se traduz necessariamente em atitudes efetivas em prol da sustentabilidade. Essa lacuna entre intenção e prática também é observada na literatura, sendo conhecida como “lacuna da sustentabilidade” (STEIG, 2006).

4.2.3 Impacto da Reserva Técnica (RT) nas Escolhas de Produtos

Esta seção examina a influência da RT na escolha de produtos e em práticas adotadas pelos profissionais de *Design* de Interiores, com o objetivo de investigar até que ponto essa remuneração condiciona as decisões projetuais em termos de sustentabilidade ambiental. Para Daudén (2024), ao recompensar o uso de determinados produtos, a RT pode representar um incentivo que potencialmente desvia o foco de soluções ambientalmente responsáveis para alternativas mais lucrativas, o que torna crucial avaliar sua influência no processo decisório desses profissionais.

A análise explora variáveis relacionadas à opinião dos participantes sobre a RT, desde concordância total a discordância total, e mede como essa opinião se associa ao nível de atitudes ambientalmente favoráveis, categorizado em baixo, médio e alto. Os dados obtidos ilustram as possíveis tensões entre interesses financeiros e a responsabilidade ambiental no setor, contribuindo para uma compreensão mais profunda das barreiras que o sistema de remuneração impõe a uma maior sustentabilidade no *Design* de Interiores.

O Gráfico 13 ilustra a relação entre o nível de iniciativas mais sustentáveis pelos profissionais de *Design* de Interiores e as opiniões quanto à RT, observando como as diferentes percepções influenciam escolhas projetuais alinhadas ou desalinhadas com a sustentabilidade. A análise foca em identificar a RT como um fator que pode operar tanto como barreira quanto como facilitador na adoção de atitudes ambientalmente responsáveis.

Gráfico 13 - Opiniões sobre a RT e Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Verifica-se que aqueles que concordam com a RT como “compensação justa” aparecem em níveis variados atitudes favoráveis à sustentabilidade, com concentração em “médio” e “alto”. Entre os que discordam, por entenderem que a RT “pode desvalorizar a profissão”, a concentração também recai em “médio” e “alto”, com presença menor em níveis extremos. Simões (2023) argumenta que, apesar do uso controverso da RT, há apoio entre os profissionais para uma regulamentação mais rigorosa, que possa mitigar os impactos negativos e fortalecer as práticas éticas.

O teste estatístico (Pearson Chi2(4) = 4,6577; PR = 0,324) não indica correlação significativa entre opinião sobre a RT e adoção de iniciativas mais sustentáveis. Esses resultados podem refletir a natureza autorrelatada dos dados, em que as intenções declaradas nem sempre correspondem às condutas efetivas.

Outro ponto relevante é a elevada proporção de participantes que consideram a RT justa, reduzindo a variabilidade e dificultando a detecção de diferenças significativas. Essa homogeneidade pode mascarar a influência de outros fatores que moldam as escolhas projetuais e o nível de práticas ambientalmente preferíveis, caso as opiniões sobre a RT sejam amplamente convergentes.

A utilização de autorrelato para avaliar a adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade apresenta limitações, conforme apontado por Celadin (2020), Kang e Guerin (2009), Maté (2009), Pilatowicz (2015) e Steig (2006). Estes estudos salientam que há uma discrepância entre o nível de conhecimento e adoção de práticas ambientalmente responsáveis que os profissionais pensam ter e o que

realmente têm. Profissionais com maior domínio técnico costumam ser mais críticos em suas próprias avaliações, enquanto aqueles com menor formação podem considerar ações pontuais suficientes para indicar um nível elevado de sustentabilidade ambiental. Tais diferenças de autopercepção dificultam a captação da realidade das práticas efetivas.

A análise das respostas que apontam a RT como fonte de renda adicional encontra respaldo na Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991), segundo a qual atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido influenciam a intenção e a execução de comportamentos. Quando a remuneração por comissão pesa consideravelmente na renda, as normas subjetivas podem incentivar a busca de ganhos imediatos, possivelmente diminuindo a atenção à questões de sustentabilidade. Nesse sentido, o componente das atitudes sugere que, ao valorizar mais a compensação financeira, os profissionais podem atenuar a relevância atribuída aos critérios ambientais, mesmo reconhecendo os benefícios de soluções mais sustentáveis.

Sob a ótica do controle comportamental percebido, a RT pode tanto influenciar ou não práticas em prol da sustentabilidade, a depender de como os profissionais avaliam sua capacidade de conciliar interesses econômicos e princípios ambientais. Se a percepção de viabilidade para propor soluções ambientalmente responsáveis permanece alta, a RT não necessariamente impede essas práticas. No entanto, segundo Gao et al. (2024), a pressão por resultados financeiros de curto prazo tende a influenciar decisões projetuais, restringindo a adoção de inovações voltadas a uma maior sustentabilidade ambiental. Esse cenário reforça a importância de incentivos e estruturas de suporte que mantenham a confiança para adotar soluções ambientalmente responsáveis, mesmo diante de pressões econômicas.

4.2.4 Síntese das Associações Analisadas

Esta seção consolida os principais achados da análise, apresentando as associações entre variáveis demográficas, comportamentais e atitudes ambientalmente responsáveis entre profissionais de *Design* de Interiores. O teste qui-quadrado foi utilizado para explorar possíveis associações entre variáveis categóricas e a adoção

de práticas favoráveis à sustentabilidade, avaliando padrões e relações preliminares observados nos dados.

Identificou-se que profissionais com menor tempo de atuação (5 a 10 anos) demonstraram maior frequência de adesão a atitudes ambientalmente preferíveis, possivelmente em razão de maior familiaridade com o tema na formação recente, além de indicarem uma predisposição maior à inovação, característica de profissionais em início de carreira. Esse resultado sugere que aspectos geracionais e de experiência podem ser determinantes na adoção de práticas mais sustentáveis.

Por outro lado, variáveis como faixa etária, formação acadêmica e gênero não apresentaram associações claras com atitudes ambientalmente preferíveis quando analisadas de forma isolada. Foram percebidas algumas tendências, como maior concentração de profissionais do gênero feminino em níveis mais altos de sustentabilidade, enquanto os do gênero masculino mostraram maior variabilidade em suas práticas. Entretanto, tais achados podem depender de fatores contextuais não captados diretamente na análise.

O uso de autorrelato para aferir atitudes favoráveis à sustentabilidade evidenciou limitações metodológicas, uma vez que estudos prévios relatam a possibilidade de divergência entre a percepção do conhecimento e a prática efetiva (Celadin, 2020; Kang e Guerin, 2009; Maté, 2009; Pilatowicz, 2015; Steig, 2006). Essa lacuna pode explicar por que variáveis como abordagem de remodelação, estilo de projeto, prioridades de projeto e opinião sobre a RT não apresentaram associações estatísticas relevantes com atitudes ambientalmente preferíveis, pois as respostas podem refletir mais as intenções declaradas do que a realidade prática.

Nota-se, ainda, a subjetividade na forma como os participantes se classificam em termos de adesão a práticas em prol da sustentabilidade, variando conforme background técnico, valores pessoais e experiências. Enquanto alguns consideram poucas medidas ambientais suficientes para se definirem como muito comprometidos, outros adotam critérios mais rigorosos e se avaliam de forma mais modesta. Esse contraste dificulta a identificação de padrões consistentes e reforça a necessidade de métodos mais objetivos para mensurar a adoção dessas práticas.

Ademais, o viés de aceitabilidade social pode ter influenciado as respostas, levando participantes a reportarem maior preocupação ambiental do que aquela efetivamente

praticada. Fenômeno semelhante foi observado em entrevistas com vendedores de lojas, que afirmaram valorizar a sustentabilidade, embora suas ações diárias nem sempre refletissem esse discurso. Esse viés pode resultar em superestimação do comprometimento ambiental, dificultando a análise de fatores como a influência da RT.

Sob a perspectiva da Teoria Neoinstitucional, a RT pode ser entendida como prática reforçada por pressões miméticas e normativas que atuam no setor de *Design* de Interiores (DI MAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 2008). A normalização institucionalizada pode contribuir com a dissociação entre o discurso e a prática, na qual a adesão declarada a conceitos de sustentabilidade não se traduz em resultados concretos, uma vez que a remuneração baseada em comissões tende a favorecer a escolha de produtos com maior retorno financeiro.

4.3 Análise dos Resultados das Entrevistas com Vendedores

Nesta subseção, analisam-se os dados coletados nas entrevistas com vendedores, buscando identificar o modo de agir dos profissionais de *Design* de Interiores e possíveis barreiras e facilitadores para a adoção de práticas ambientalmente responsáveis. A análise, orientada pela questão de pesquisa, investiga as interações entre vendedores, clientes e profissionais, com enfoque em como tais relações influenciam as escolhas projetuais e os desafios associados à sustentabilidade.

O estudo estrutura-se em quatro tópicos principais. Primeiramente, examina-se a interação entre vendedores e profissionais, bem como critérios os quais esses profissionais priorizam na busca por produtos. Em seguida, explora-se a prática da Reserva Técnica (RT), com ênfase em seu papel nas recomendações aos clientes e em suas implicações éticas. A terceira parte versa sobre a relação entre esses profissionais e seus clientes. Por último, aborda-se o nível de conhecimento acerca de conceitos de sustentabilidade, a oferta e demanda por produtos ambientalmente responsáveis, destacando as barreiras de acesso e a aceitação desses materiais por parte dos profissionais e clientes.

Estudos como Hankinson e Breytenbach (2012) associam a falta de incentivo e informação em conceitos de sustentabilidade a obstáculos para sua incorporação. Esses dados, em conjunto com a análise das entrevistas, sugerem que práticas de

incentivo financeiro, como a RT, podem contribuir para a baixa demanda por produtos ecologicamente responsáveis. A relação entre vendedores e profissionais evidencia, assim, um contexto em que interesses financeiros exercem influência direta sobre as escolhas projetuais.

4.3.1 Perfil dos Participantes

A Tabela 6 apresenta o perfil demográfico dos vendedores entrevistados nos setores de móveis, acabamentos, marmoraria, iluminação e outros segmentos decorativos, como cortinas e papéis de parede. Esse perfil engloba o setor de atuação, gênero, idade, escolaridade e experiência profissional dos entrevistados.

Tabela 6 - Síntese do Perfil Demográfico dos Vendedores Entrevistados nos Setores de Móveis, Iluminação e Itens Decorativos

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Setor	Móveis	15	44%
	Acabamentos	8	24%
	Marmoraria	3	9%
	Iluminação	5	15%
	Outros (Cortinas e papéis de parede)	3	9%
Gênero	Feminino	24	89%
	Masculino	10	11%
Idade	18-30 anos	7	21%
	31-45 anos	15	44%
	46-60 anos	9	27%
	Acima de 60 anos	3	9%
Nível de Escolaridade	Médio Completo	14	41%
	Superior Completo	20	59%
Tempo de Experiência	1 a 5 anos	4	12%
	6 a 10 anos	6	18%
	11 a 20 anos	10	29%
	21 a 30 anos	9	27%
	Acima de 30 anos	5	15%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na distribuição setorial, observa-se uma predominância de vendedores do setor de móveis (44% dos entrevistados). Setores como acabamentos e iluminação representam 24% e 15%, respectivamente, enquanto marmoraria e outros segmentos, como cortinas e papéis de parede, correspondem a 9% cada. Esse perfil sugere que

as percepções sobre o relacionamento com esses profissionais e o conhecimento acerca de conceitos de sustentabilidade na amostra podem ser mais influenciadas pelo setor de móveis.

Em termos de gênero, 89% dos entrevistados são mulheres, refletindo a composição do setor de decoração e mobiliário, historicamente com maior participação feminina. Quanto à faixa etária, a maior parte dos entrevistados está entre 31 e 45 anos (44%), seguida por 46 a 60 anos (27%), enquanto 21% têm entre 18 e 30 anos, e 9% têm mais de 60 anos. A variação etária permite captar diferentes perspectivas, abarcando diferentes gerações e percepções de mundo.

Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos entrevistados possui ensino superior completo (59%), enquanto 41% concluíram o ensino médio. Esse perfil educacional é relevante, pois indica uma base de conhecimento que pode afetar a compreensão das práticas ambientalmente responsáveis. Profissionais com ensino superior tendem a ter maior exposição a conceitos de sustentabilidade, seja pela formação acadêmica ou por treinamentos específicos, o que, segundo a teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991), pode auxiliar a moldar atitudes e decisões em prol da sustentabilidade. Por fim, a experiência profissional dos entrevistados varia: 12% possuem entre 1 a 5 anos de experiência, enquanto 18% estão na faixa de 6 a 10 anos, 29% entre 11 e 20 anos, e 27% entre 21 e 30 anos, com 15% possuindo mais de 30 anos de atuação.

O perfil demográfico da amostra revela uma diversidade significativa, marcada pela predominância do setor de móveis, maioria feminina, faixa etária intermediária, elevado nível de escolaridade e ampla experiência profissional. Essa variação de características contribui para uma análise mais abrangente das relações entre vendedores, profissionais e clientes, além da disposição por atitudes em prol da sustentabilidade por parte dos entrevistados.

4.3.2 Relação entre Vendedores e Profissionais de *Design* de Interiores

A análise das entrevistas indica uma relação multifacetada, por vezes ambígua, entre vendedores, profissionais de *Design* de Interiores e clientes, com percepções que variam quanto à colaboração e aos desafios enfrentados. A Tabela 7, a seguir, sistematiza os principais padrões e categorias identificadas nas respostas:

Tabela 7 - Frequência das Percepções dos Vendedores sobre a Relação com Profissionais de *Design* de Interiores, Abertura para Sugestões e Critérios de Escolha de Produtos

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Relação com os Profissionais	Em geral, boa, mas depende do profissional	21	62%
	Difícil	8	24%
	Depende do profissional	5	15%
Vendedores dão Sugestões Durante o Atendimento?	Geralmente, sim	9	27%
	Somente quando o profissional dá abertura	17	50%
	Prefiro seguir o projeto	8	24%
Critérios de Escolha de Produtos pelos Profissionais	Estética	24	71%
	Produtos caros	17	50%
	Exclusividade	10	29%
	Funcionalidade	9	27%
	Qualidade	5	15%
	Depende	5	15%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A Tabela 7 evidencia a complexidade da relação entre vendedores e profissionais de *Design* de Interiores, ressaltada tanto por percepções positivas quanto por desafios interacionais. Aproximadamente 62% dos entrevistados consideram essa relação positiva, enquanto 24% relatam dificuldades e 15% mencionam uma variação que depende do profissional específico. Esse dado ilustra uma interação multifacetada, em que, por um lado, há colaboração e parceria e, por outro, surgem atritos relacionados a atitudes percebidas como arrogância ou à prioridade dada à RT.

Dos vendedores entrevistados, cinco (15%) mencionaram que a relação entre eles e os profissionais é de parceria, pois ambos possuem o mesmo objetivo, que é o cliente fechar o pedido na loja. Desses vendedores, três (9%) consideram que os profissionais são mais importantes para a loja do que os próprios clientes, pois estes últimos costumam comprar apenas uma vez, enquanto os profissionais conduzem diversos clientes à loja. Por outro lado, quatro vendedores (12%) descreveram os

profissionais como “arrogantes”, enquanto três deles (9%) disseram que os profissionais não se preparam suficientemente, deixando-lhes boa parte do trabalho.

Em termos de abertura para sugestões, 50% dos vendedores indicam que as oferecem quando há sinalização de receptividade, 27% as fazem de modo geral e 24% preferem seguir rigorosamente o projeto, sem interferências. Dois vendedores (6%) consideram que a venda é uma ação conjunta e outros dois (6%) acreditam que a maioria dos profissionais rejeita sugestões. Em dois relatos (6%), mesmo quando o profissional desconhecia tecnicamente o produto adquirido, não aceitava interferência. As interações, portanto, variam de colaboração a receio de interferência.

Em relação aos principais critérios de escolha de produtos, percebe-se uma preferência pela estética e exclusividade, elementos identificados como fundamentais para os profissionais de *Design* de Interiores. Conforme observado, 71% dos entrevistados mencionaram a estética como o fator central, seguido pela seleção de produtos caros (50%) e exclusivos (29%). Esses dados são complementados com o fator RT, mencionado pelos vendedores como um dos motivos pelos quais esses profissionais especificam produtos de maior valor. Percebe-se que não há menção acerca de critérios de sustentabilidade pelos entrevistados. Esses resultados mostram que a relação entre vendedores e profissionais pode ser simultaneamente colaborativa e conflituosa, influenciada por interesses econômicos e preferências estéticas. O ambiente heterogêneo das interações destaca a relevância de estratégias que equilibrem os desejos do cliente, a lógica de mercado e preocupações ambientais no setor de *Design* de Interiores.

4.3.3 Impacto da Reserva Técnica (RT)

A prática da RT traz complexidade adicional à interação entre vendedores e profissionais, tendo sido relatada espontaneamente por quatro vendedores (12%) ainda no início das entrevistas. Esta seção analisa a relevância atribuída à RT pelos entrevistados, indicando como esse incentivo financeiro molda relações comerciais no *Design* de Interiores. Por meio da sistematização das respostas, busca-se compreender a frequência com que a RT pesa nas decisões de compra e a intensidade de seu impacto na seleção de produtos e lojas. O estudo evidencia não apenas a difusão dessa prática, mas também suas implicações éticas e comerciais,

ilustrando o papel da RT na escolha de produtos e na interação entre profissionais e vendedores.

A Tabela 8 apresenta um panorama sobre a importância atribuída à RT pelos entrevistados, detalhando a frequência absoluta e relativa das respostas obtidas. Os dados sugerem que a RT é um fator valorizado no setor, com 47% dos entrevistados afirmando considerá-la importante e 41% a classificando como “muito importante”. Três vendedores (9%) relataram profissionais que alegam que a RT compõe a maior parte de seus rendimentos, ultrapassando até mesmo o valor recebido pelo projeto. Esses profissionais argumentam que sem a RT o trabalho se torna inviável, pois o cliente se recusa a pagar um valor justo por seus serviços. Esses dados evidenciam que a RT se encontra enraizada nas operações comerciais, influenciando decisões de compra e preferências de fornecedores.

Tabela 8 - Frequência e Importância da Reserva Técnica (RT) nas Práticas Comerciais

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
RT é importante para profissionais?	Sim	16	47%
	Muito	14	41%
	Não	3	9%
	Depende	1	3%
Eles cobram/negociam RT?	Cobram	20	59%
	Não	12	35%
	Negociam	2	6%
RT é determinante na escolha de lojas?	Muito	17	50%
	Sim	14	41%
	Não	3	9%
RT influencia na escolha de produtos?	Sim	22	65%
	Não	12	35%
RT influencia na quantidade desses produtos?	Não	20	59%
	Sim	12	35%
	Não opinou	2	6%
Profissionais já recusaram RT?	Nunca	17	50%
	Sim, poucos	13	38%
	Somente um profissional	4	12%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados coletados mostram a consolidação da RT no setor. Dos entrevistados, 59% afirmaram que os profissionais ligam para a loja cobrando o depósito da RT, outros 6% relatam que eles entram em contato para negociar esses valores, enquanto 35% atestam que esses profissionais não cobram ou negociam a RT. Em muitos casos, a prática é essencial, a ponto de alguns profissionais telefonarem para cobrar a RT antes mesmo do pagamento do cliente, segundo três dos vendedores (9%). Um deles relatou casos de profissionais que estipulam quanto querem receber e, caso a loja não ofereça o valor, conduzem o cliente a outro local.

Os dados coletados sugerem que a RT é um incentivo financeiro que opera como uma prática estruturada entre profissionais e fornecedores. Segundo 50% dos entrevistados, a RT é “muito determinante” na escolha das lojas pelos profissionais, enquanto 41% a consideram “determinante”, e 9% entendem que não influencia significativamente. Nove entrevistados (27%) relataram que os profissionais só frequentam lojas que oferecem RT, e seis (18%) informaram que eles chegam a perguntar sobre a RT antes de levar o cliente.

Além da cobrança direta, há negociação ativa em torno dos valores e condições de pagamento, com profissionais procurando parcerias estratégicas para otimizar o retorno financeiro. Essas parcerias frequentemente envolvem lojas que oferecem prazos de pagamento de RT mais curtos e condições exclusivas, como programas de fidelidade, que beneficiam os profissionais com incentivos adicionais. Tais programas, ao recompensarem com benefícios extras, acabam por direcionar as escolhas das lojas e modelar a dinâmica de recomendações de produtos. Para ilustrar essa dinâmica, o Quadro 6 apresenta relatos que evidenciam como a RT influencia as decisões de compra e a seleção de lojas.

Quadro 7 - Importância da RT e Influência na Escolha de Lojas e Produtos

Loja	Citação
8	"Costumam preferir lojas de boutique, de <i>Design</i> assinado, porque os produtos são mais caros e eles ganham mais com a RT. Alguns não frequentam nem lojas daqui do shopping, porque julgam serem muito medianas."
9	"Tudo gira em torno da RT. Eles ligam para as lojas antes de levar os clientes, perguntam se pagam RT e, se não pagam, nem entram."
20	"A maioria especifica produtos mais caros e muitos preferem produtos de lojas exclusivas, porque essas pagam uma RT maior. Eles especificam linhas de produtos que só existem nessas lojas, para que os clientes sejam obrigados a comprar lá."
25	"Além da RT, eles escolhem lojas que têm grupos de fidelidade que dão benefícios para eles, por meio do acúmulo de pontos. Lá, eles podem ganhar prêmios que vão de viagens internacionais até carros!"

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise dos dados indica que a prática da RT influencia diretamente a escolha de produtos por parte dos profissionais, orientando suas preferências para itens de maior valor e exclusividade. Dois vendedores (6%) observam que, em certos casos, profissionais aceitam uma RT menor para garantir o fechamento da venda, ao passo que 65% mencionam que os profissionais tendem a priorizar itens mais caros em setores com margem elevada, como mobiliário, onde o retorno financeiro advindo da RT é mais elevado. Essa prática sugere uma potencial sobreposição das motivações financeiras sobre as necessidades e preferências dos clientes, impactando a adequação do projeto e, eventualmente, as escolhas relacionadas a maior sustentabilidade ambiental.

O impacto da RT pode estender-se também à quantidade de produtos especificados em determinados projetos, especialmente em marcenaria e marmoraria. Cinco vendedores (15%) identificaram um aumento na quantidade de produtos especificados para esses setores, impulsionado pelo potencial de um retorno financeiro mais substancial, que varia de 5% a 10% de comissão. Três vendedores de acabamentos relataram que os profissionais tendem a direcionar mais investimento à marcenaria, justificando que esse segmento “faz um diferencial maior no projeto” e, ao mesmo tempo, oferece uma RT mais vantajosa. Assim, a análise indica que a prática de RT não só influencia a seleção de produtos específicos, mas também impacta a quantidade de itens recomendados, evidenciando um viés de incentivo financeiro que, por vezes, se sobrepõe às necessidades funcionais e orçamentárias do cliente. Além disso, esse cenário ilustra o impacto de incentivos financeiros na

adoção de práticas ambientalmente responsáveis, tendo em vista que uma maior quantidade de materiais demanda uma maior quantidade de matéria prima e gera uma maior quantidade de resíduo.

Ao serem questionados se já presenciaram profissionais que recusassem a RT, 50% dos entrevistados responderam “nunca”. Em contrapartida, 38% disseram que profissionais recusam a RT em raros casos, enquanto 12% citaram apenas um profissional que recusou o incentivo. Em um exemplo específico, o profissional era conhecido por cobrar honorários mais elevados e seus projetos e se dedicar integralmente a um único cliente, sem recorrer a RT.

Esses dados demonstram que, embora a aceitação da RT seja majoritária, há uma minoria que questiona sua pertinência, optando por abrir mão do incentivo financeiro em prol de uma abordagem ética ou de uma relação comercial que não dependa desse benefício. Essa parcela de profissionais pode estar sinalizando uma preocupação com a transparência e com a percepção dos clientes, preferindo alinhar suas práticas comerciais às necessidades e no orçamento do projeto. Assim, embora a RT seja uma prática predominante, a existência de profissionais que recusam o incentivo revela que há uma singela variação na abordagem ética e comercial adotada no setor, indicando possíveis tensões entre incentivos financeiros e a integridade profissional na recomendação de produtos e lojas.

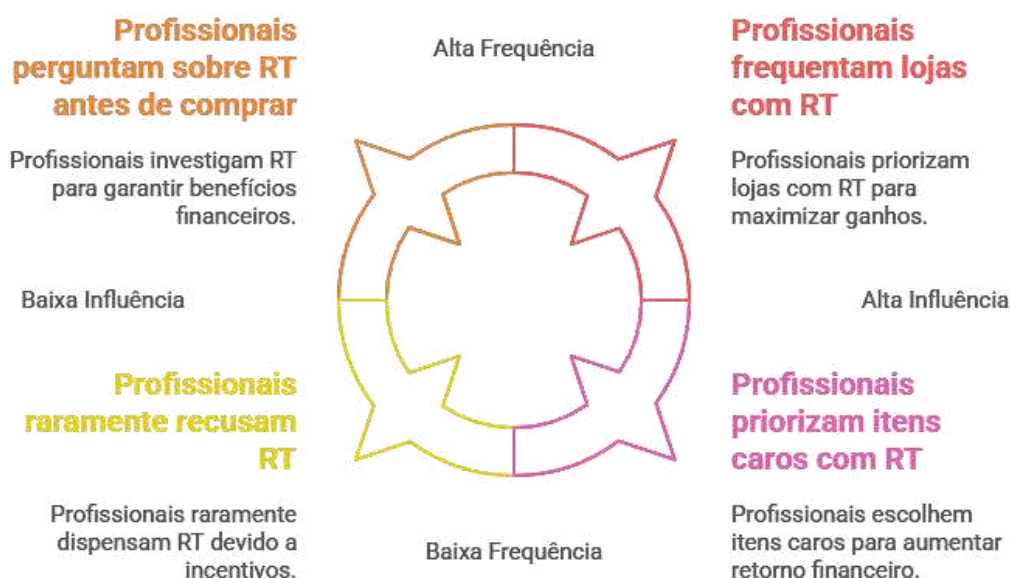
A prática da RT suscita opiniões divergentes entre os vendedores entrevistados, tendendo a serem negativas. Há aqueles que a consideram uma compensação justa para os profissionais e os que veem nela problemas éticos. Entre os entrevistados, 29% percebem que os profissionais de *Design* estão “presos à RT”, indicando uma dependência significativa desse recurso financeiro. Quatro vendedores (12%) atestaram que a área estava “prostituída” e que tudo girava em torno da comissão. Em contraste, 15% dos vendedores expressaram visões positivas, considerando a RT uma forma justa de remuneração.

Os relatos ilustram essas visões contrastantes, onde a RT é percebida, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de fidelização de profissionais e como um ponto de tensão ética. Os depoimentos destacam situações de descontentamento dos vendedores quanto à falta de transparência na aplicação da RT, refletindo os dilemas que emergem quando o incentivo financeiro se sobrepõe à responsabilidade com o cliente. Quatro entrevistados (12%) entendem que a RT deveria funcionar como uma

parceria, o que nem sempre ocorre, já que, em alguns casos, o cliente vai sozinho à loja e, posteriormente, o profissional solicita a comissão. Assim, a RT, enquanto mecanismo de incentivo, reflete uma tensão entre a compensação financeira e a manutenção de práticas éticas, apontando para a necessidade de regulamentações que estabeleçam parâmetros de transparência na relação entre profissionais e clientes.

A Figura 9 sintetiza como a Reserva Técnica (RT) afeta a seleção de fornecedores e a escolha de produtos no *Design* de Interiores.

Figura 9 - Importância e Influência da Reserva Técnica nas Práticas Comerciais



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A representação salienta que a RT exerce influência na seleção de produtos e lojas, constituindo fator-chave nas relações comerciais. A recusa à RT ocorre em poucos casos, o que reforça a consolidação dessa prática. Assim, a RT apresenta implicações éticas e comerciais complexas, ocupando lugar central no processo decisório do setor.

A partir da Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991), a prática da RT no *Design* de Interiores pode ser explicada pela combinação de atitudes favoráveis ao incentivo financeiro, normas sociais que legitimam sua adoção e percepções reduzidas de controle sobre alternativas viáveis. Muitos profissionais consideram a RT uma forma necessária de complementar a renda, sobretudo diante da dificuldade de

negociação de honorários com os clientes. A normalização da prática no setor consolida normas subjetivas que favorecem sua continuidade. Além disso, fatores estruturais como a competitividade do mercado e a dependência econômica reduzem a percepção de autonomia dos profissionais para recusar a prática. Dessa forma, a RT se mantém como conduta predominante, mesmo quando seus impactos éticos são reconhecidos.

Sob a ótica da Teoria Neoinstitucional, a prática pode ser compreendida como um comportamento institucionalizado, sustentado por pressões normativas, miméticas e coercitivas (Meyer & Rowan, 1977; DiMaggio & Powell, 1983). A ampla aceitação da RT entre profissionais e fornecedores reflete uma norma organizacional informal, internalizada como prática legítima no setor, mesmo diante de dilemas éticos. A replicação de condutas por profissionais que buscam alinhamento com práticas predominantes indica a presença de pressões miméticas, enquanto a dificuldade em obter honorários justos evidencia pressões coercitivas associadas às condições estruturais do mercado. Além disso, observa-se um processo de dissociação entre discurso e prática, no qual valores como ética e sustentabilidade são afirmados institucionalmente, mas frequentemente negligenciados nas decisões cotidianas, que priorizam ganhos financeiros. Essa análise evidencia como a RT se mantém não apenas por interesse individual, mas por lógicas institucionais que legitimam e perpetuam a prática.

4.3.4 Relação entre Profissionais de *Design* de Interiores e Clientes

Cerca de 91% dos vendedores relatam que a RT define as lojas onde os clientes fazem suas compras, o que pode comprometer a confiança nas recomendações dos profissionais de *Design* de Interiores. Doze vendedores (35%) indicam que profissionais e clientes frequentemente entram em conflito a respeito do valor dos produtos; os primeiros orçam itens caros e são contestados pelos clientes, o que resulta, na maioria das vezes, em uma versão mais econômica do projeto. Quatro vendedores (12%) apontam que muitos profissionais ignoram o limite financeiro do cliente, gerando constrangimento pela disparidade entre o orçamento inicial e o custo que o cliente pode arcar.

Outro fator de atrito é a inclinação que os profissionais têm em levar seus clientes em suas lojas de preferência. Sete vendedores (21%) disseram que os profissionais “forçam” determinadas lojas, motivados pela RT. Cinco (15%) relataram que, quando o cliente escolhe uma loja diferente, o profissional se recusa a acompanhá-lo. Quatro (12%) mencionaram casos em que o cliente praticamente fecha a compra sozinho, mas o profissional intervém depois para direcionar a venda a outra loja que favoreça sua comissão.

Em contraste, três vendedores (9%) informaram que os clientes confiam muito nos profissionais, e sete (21%) alegaram que clientes, conscientes da RT, fazem compras sozinhos na tentativa de conseguir descontos. Desse modo, a RT pode se tornar um ponto de tensão e influir na percepção de imparcialidade do profissional, afetando a relação de confiança com o cliente.

4.3.5 Percepção e Práticas Ambientalmente Responsáveis

Os entrevistados acreditam ter um nível de conhecimento variado sobre sustentabilidade, sendo desde um domínio limitado até maior familiaridade. A Tabela 9 evidencia esse padrão, indicando que 47% dos entrevistados acreditam possuir um nível médio de conhecimento sobre sustentabilidade, enquanto 41% se avaliaram como pouco conhecedores, e apenas 12% se consideram bem-informados sobre o assunto, embora todos (100%) dizem considerar a sustentabilidade importante. Durante a entrevista, em alguns casos, foi observada uma discrepância entre o nível de conhecimento de conceitos de sustentabilidade que os vendedores acreditavam possuir e o que realmente possuem. Um dos entrevistados, por exemplo, que descreveu seu nível de conhecimento como “médio”, citou seus móveis de varanda, feitos com fibra e couro sintéticos, como “móveis com uma pegada sustentável”. Esses dados vão ao encontro do que Steig (2006) chamou de “lacuna da sustentabilidade”, que reflete a assimetria entre o conhecimento percebido versus o conhecimento real e a adoção da prática sustentáveis.

Em se tratando de profissionais e clientes, 80% dos entrevistados relataram que os mesmos não procuram por produtos ambientalmente responsáveis, enquanto 20% disseram que raramente foram questionados a respeito desses produtos. Um dos vendedores mencionou sua única experiência, com uma profissional que estava

fazendo o projeto para uma edificação que receberia uma certificação ambiental e, por isso, havia solicitado produtos cujos critérios atendiam às exigências da organização. Aparte dessa situação, em específico, maior parte dos entrevistados afirmaram não haver interesse acerca do tema por parte dos profissionais e clientes os quais atendem.

Tabela 9 - Percepções dos Vendedores sobre Sustentabilidade e Preferências dos Clientes e Profissionais

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Conhecimento de sustentabilidade	Médio	16	47%
	Pouco	14	41%
	Muito	4	12%
Acredita que sustentabilidade é importante	Sim	34	100%
Profissionais e clientes procuram produtos sustentáveis?	Não	27	80%
	Raramente	7	20%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Considerando a demanda por produtos ambientalmente responsáveis, verifica-se uma resistência por parte dos profissionais e clientes. A Tabela 10 destaca esses padrões, mostrando que, embora 47% dos vendedores indiquem possuir produtos “sustentáveis” nas lojas, apenas 17% relatam uma receptividade consistente dos profissionais ao serem apresentados a essas alternativas, enquanto 67% percebem resistência e 17% mencionam uma variação na aceitação. Esse contexto sugere que, apesar da disponibilidade desses produtos, outros critérios se sobrepõem aos atributos ambientais.

Tabela 10 - Disponibilidade e Oferta de Produtos Sustentáveis nas Lojas

Variável	Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Têm produtos sustentáveis na loja	Sim	16	47%
	Não	10	29%
	Não sabe	7	21%
	Somente processos	1	3%
Oferecem aos profissionais? (Apenas entre os que têm produtos sustentáveis)	Sim	12	75%
	Não	4	25%
Eles são receptivos? (Apenas entre os que oferecem aos profissionais)	Sim	2	17%
	Não	8	67%
	Depende	2	17%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As entrevistas indicam que a maioria das lojas investigadas oferece ao menos uma linha de produtos com características ambientalmente preferíveis, ainda que de forma limitada. A oferta desses produtos é observada em diferentes setores, como mobiliário, decoração e acabamentos. Seis vendedores (17%) disseram que suas lojas vendem tapetes ou almofadas feitos de PET reciclado. Três (9%) do setor de mobiliário disseram que sua loja trabalha com madeira certificada, mas não especificaram qual a certificação. Três (9%) do setor de acabamentos disseram que suas lojas vendem rodapés feito de PET reciclado, enquanto dois (6%) do mesmo setor apresentaram pastilhas de vidro reciclado. Ainda no setor de acabamentos, um vendedor disse que sua loja vende tijolos feitos de resíduos cerâmicos, além de um dos tijolos ser feito de resíduos do rompimento da barragem de Bento Rodrigues. Dois dos vendedores (6%) disseram que existem processos de reaproveitamento de resíduos e água nas fábricas, mas não souberam especificar como são. No setor de marmoraria, somente um vendedor citou algo do tipo, mencionando o reaproveitamento de resíduos da produção para a fabricação de seixo rolado e demais peças.

Ao avaliar a situação a partir da Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991), a percepção limitada sobre o valor ou impacto dos produtos favoráveis à

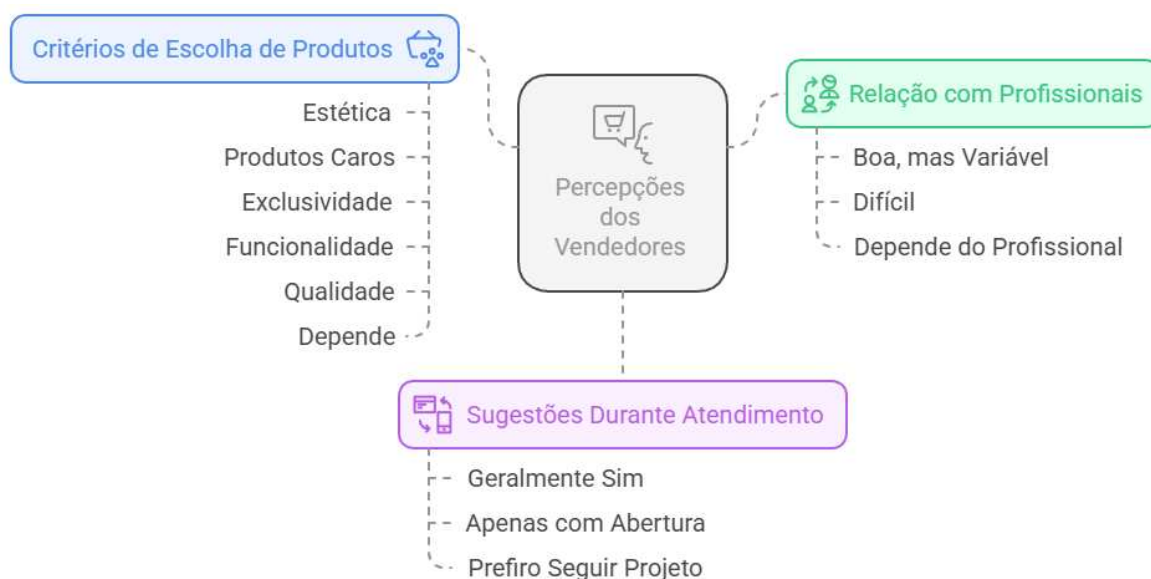
sustentabilidade pode contribuir para sua baixa aceitação, sugerindo a necessidade de uma conscientização mais ampla sobre seus benefícios reais. Nas entrevistas, os vendedores descreveram a sustentabilidade como um aspecto secundário, valorizado apenas diante de uma demanda explícita, mesmo quando produtos com atributos ambientalmente preferíveis eram apresentados aos profissionais e clientes.

Uma parcela dos vendedores ainda demonstra otimismo em relação ao potencial da adoção de práticas ambientalmente responsáveis, enquanto outra parcela se mostrou desacreditada, afirmando que nenhuma empresa do setor se preocupa ou investe verdadeiramente em sustentabilidade. De modo geral, as observações indicam que o setor do *Design* de Interiores ainda se encontra em uma fase inicial de adesão de práticas favoráveis à sustentabilidade, reforçando a importância de uma abordagem integrada, com capacitação e comprometimento em toda a cadeia de valor da área (Hankinson e Breytenbach, 2012).

4.4 Discussão dos Resultados em Relação à Questão de Pesquisa

A Figura 10, a seguir, reúne as principais percepções dos vendedores sobre profissionais de *Design* de Interiores, contemplando critérios de escolha de produtos, relacionamento profissional e receptividade às sugestões durante o atendimento.

Figura 10 - Percepções dos Vendedores sobre Profissionais de *Design* de Interiores



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise da figura revela que os critérios de escolha de produtos, segundo os vendedores, centram-se em atributos como estética, exclusividade e preço elevado. Em termos de interação com os profissionais, a opinião dos vendedores vai de experiências positivas até confrontos, sinalizando que a qualidade da relação varia segundo o perfil do profissional. Por fim, a abertura a sugestões se mostra diversa: alguns profissionais acolhem contribuições, enquanto outros são resistentes a interferências.

De maneira geral, a caracterização das práticas dos profissionais revela uma ênfase em abordagens pragmáticas voltadas à execução e à viabilidade do projeto, nas quais a consideração de soluções ambientalmente preferíveis aparece de modo fragmentado e, muitas vezes, subordinado a demandas externas, como o perfil do cliente e os condicionantes orçamentários. A análise da formação profissional indica que a sustentabilidade não constitui um eixo estruturante da formação dos profissionais, aparecendo de forma periférica nas práticas relatadas. Ainda que haja menções pontuais a questões ambientais, estas são geralmente tratados de maneira fragmentada e sem conexão sistemática com os procedimentos projetuais. A dificuldade em consolidar uma abordagem ambiental integrada é agravada por lacunas na articulação entre teoria e prática e pela escassez de experiências formativas que estimulem a tomada de decisão crítica frente às implicações ambientais do *Design*.

Os dados coletados nas entrevistas reforçam esse cenário, ao indicar que a adoção de práticas ambientalmente responsáveis pelos profissionais de *Design* de Interiores é condicionada por elementos institucionais, mercadológicos e relacionais. Observa-se uma inclinação por parte dos profissionais por lojas e soluções previamente consolidadas em suas redes de relacionamento, limitando a diversificação das especificações e a incorporação de alternativas com menor impacto ambiental, especialmente quando estas não fazem parte das parcerias já estabelecidas. Segundo os entrevistados, a comunicação dos profissionais com os clientes concentra-se em argumentos de ordem estética, funcional ou orçamentária, sendo incomum a introdução sistemática de critérios relacionados à sustentabilidade nas negociações de projeto. Os vínculos entre profissionais e fornecedores são frequentemente mediados por programas de fidelidade, comissões e outros incentivos

financeiros, os quais influenciam diretamente as decisões de compra, restringindo a autonomia técnica do profissional.

Esses achados, em conjunto, permitem afirmar que o *modus operandi* dos profissionais de *Design* de Interiores — marcado por práticas pragmáticas, formação fragmentada e condicionamentos mercadológicos — contribui para uma atuação limitada frente à mitigação de impactos ambientais. A superação dos obstáculos identificados não se apresenta como um desafio de resolução pontual ou isolada, mas requer uma abordagem sistêmica que considere a complexidade da questão. A adoção de práticas ambientalmente responsáveis por parte dos profissionais não depende exclusivamente de sua consciência individual, mas está fortemente condicionada por fatores estruturais e culturais, como a valorização econômica de critérios ambientais no mercado, a formação acadêmica orientada por soluções favoráveis à sustentabilidade, o reconhecimento institucional de modelos de remuneração mais transparentes e a criação de incentivos governamentais que estimulem práticas de menor impacto ambiental, dentre outros.

4.5 Discussão Teórica Integrada: Fatores Determinantes na Adoção de Práticas Favoráveis à Sustentabilidade no *Design* de Interiores

Os resultados obtidos na pesquisa sobre atitudes ambientalmente responsáveis no setor de *Design* de Interiores evidenciam a interação entre as características demográficas dos profissionais, suas experiências e o grau de adoção de tais práticas. Com base na Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 1991) e na Teoria Neoinstitucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983), observa-se o impacto tanto de fatores individuais quanto institucionais que influenciam essas decisões.

De acordo com a Teoria do Comportamento Planejado, os profissionais são influenciados por três componentes principais: atitudes em relação ao comportamento, normas subjetivas e controle comportamental percebido. Na pesquisa realizada, os resultados indicam que, embora haja consciência sobre a importância da sustentabilidade, particularmente entre profissionais em estágios iniciais de suas carreiras, a adoção de práticas ambientalmente responsáveis permanece limitada. Entre os fatores que impactam negativamente essas práticas

estão os altos custos percebidos de soluções mais sustentáveis, a resistência estética apresentada por muitos clientes e a carência de conhecimento técnico especializado. Esses fatores não apenas desmotivam os profissionais, mas também criam um desalinhamento entre as intenções declaradas e as ações efetivamente tomadas. Este padrão é consistente com o observado por Lee et al. (2013), que identificaram as práticas adotadas como relevantes, mas insuficientes em termos concretos em contextos onde há barreiras institucionais e financeiras.

As normas subjetivas refletem a influência das expectativas sociais e profissionais sobre o comportamento. Apesar de 62% dos profissionais demonstrarem preferência por remodelações em intervalos de 5 a 10 anos, alinhadas com princípios de sustentabilidade, a prevalência de ciclos curtos e remodelações intensivas destaca uma discrepância entre as intenções declaradas e as práticas de mercado. Essa incongruência pode ser atribuída a um ambiente institucional que ainda valoriza pouco a sustentabilidade como prioridade operacional, favorecendo soluções de curto prazo e com menor impacto inicial sobre os custos. Como apontado por Fishbein e Ajzen (1975), essa disparidade entre normas culturais e realidade operacional é um fator determinante que modera as intenções comportamentais, reduzindo a probabilidade de sua efetiva conversão em ações concretas.

Quanto ao controle comportamental percebido, os dados da pesquisa indicam que a percepção de barreiras como o acesso limitado a produtos ambientalmente preferíveis, a falta mão de obra qualificada e informações confiáveis aumentam a dificuldade percebida pelos profissionais para implementar atitudes favoráveis à sustentabilidade. Mesmo quando existe disposição para adotar tais práticas, a percepção de dificuldade e falta de recursos reduz a probabilidade de que as intenções positivas se convertam em comportamentos concretos. Este achado também encontra suporte em Lee et al. (2013), que destacam o controle comportamental percebido como preditor de comportamentos em prol da sustentabilidade em cenários onde barreiras estruturais são predominantes.

Esses resultados sugerem que intervenções que abordam os três componentes teóricos podem auxiliar na promoção de mudanças no setor. Do ponto de vista das atitudes, é necessário fomentar a valorização dos benefícios ambientais e econômicos a longo prazo associados às práticas em prol da sustentabilidade, combatendo percepções de altos custos iniciais. Em relação às normas subjetivas, o fortalecimento

de pressões sociais e institucionais que valorizem a sustentabilidade como um padrão desejado pode contribuir para alinhar expectativas sociais e comportamentos. Por fim, intervenções para melhorar o controle comportamental percebido, como maior acesso a produtos ambientalmente preferíveis e treinamentos técnicos para os profissionais, podem contribuir na minimização de barreiras percebidas e aumentar a probabilidade de conversão de intenções em ações concretas.

Sob a perspectiva da Teoria Neoinstitucional, observa-se que as pressões regulativas, como as diretrizes de associações profissionais e legislações ambientais, são insuficientes para fomentar uma mudança significativa nas práticas de *Design* de Interiores. A Lei nº 12.378, que estabelece as diretrizes e atribuições do CAU, e a Lei nº 13.369, que regulamenta a profissão de *designer* de interiores, apresentam orientações gerais sobre responsabilidade social e ambiental. No entanto, essas diretrizes carecem de mecanismos mais efetivos para incentivar atitudes em prol da sustentabilidade no setor, limitando sua capacidade de promover ações concretas que favoreçam maior transparência e alinhamento com valores éticos. A ausência de medidas claras para regulamentar ou inibir o recebimento da RT, por exemplo, compromete a capacidade de estimular práticas mais alinhadas à sustentabilidade e à ética profissional. Essa ausência de mecanismos mais detalhados perpetua práticas que podem priorizar interesses econômicos, dificultando a promoção de soluções inovadoras e mais sustentáveis. A adoção de diretrizes mais claras e aplicáveis poderia fortalecer o alinhamento entre as normas regulativas e as práticas cotidianas do setor.

Além disso, as pressões normativas e miméticas, refletidas nas expectativas culturais, frequentemente priorizam aspectos como a estética em detrimento da sustentabilidade ambiental. No Brasil, a cultura de pouca valorização dos serviços profissionais intensifica esse cenário, contribuindo para a manutenção de práticas tradicionais e custo-efetivas que dificultam a incorporação de soluções voltadas à sustentabilidade. Nesse contexto, a RT exemplifica essa dinâmica, funcionando como um fator que alinha os interesses financeiros dos profissionais às demandas do mercado, mas que, em geral, não promove práticas ambientalmente responsáveis. Ademais, a falta de transparência no recebimento da RT e a insuficiência de informações claras sobre os impactos ambientais e econômicos das decisões de

Design reforçam a perpetuação de práticas mais sustentáveis apenas de caráter simbólico.

Ghafoor et al. (2024) apontam que a fragmentação na colaboração entre partes interessadas é um fator crítico que limita a implementação de soluções ambientalmente preferíveis. Essa falta de alinhamento é corroborada pelos resultados de pesquisas com vendedores e profissionais de *Design* de Interiores, que indicam que a RT nem sempre contribui para uma relação tranquila entre os diferentes atores do setor. Em muitos casos, desentendimentos sobre orçamentos e escolhas de lojas geram tensões entre as partes. Clientes frequentemente contestam orçamentos com produtos de alto valor indicados por profissionais, enquanto estes, em algumas situações, priorizam lojas que oferecem maiores comissões, mesmo que não atendam plenamente às necessidades ou preferências dos clientes. Esses conflitos ilustram como a RT pode influenciar os processos decisórios, desviando o foco de atitudes em prol da sustentabilidade e comprometendo a confiança entre clientes e profissionais.

Embora a RT tenha sido apontada pelos vendedores como um fator determinante nas decisões dos profissionais de *Design* de Interiores, sua ausência não seria suficiente para superar os desafios impostos pelas normas culturais que priorizam o custo imediato e a estética em detrimento de soluções ambientalmente conscientes. Nesse contexto, as pressões normativas e miméticas reforçam uma estrutura em que a sustentabilidade é tratada como secundária. Superar esses desafios requer não apenas regulamentações que promovam maior transparência e responsabilidade ambiental, mas também uma mudança cultural que incorpore princípios sustentáveis como parte integrante das práticas do setor.

É necessário consolidar discursos e práticas institucionais que promovam a sustentabilidade como um valor legítimo, tanto em nível normativo quanto cultural-cognitivo, transformando a maneira como os profissionais percebem e adotam essas iniciativas no setor. Diante desse cenário, estratégias mais coordenadas, envolvendo educação ambiental, revisões regulativas e incentivos financeiros, são necessárias para estimular mudanças efetivas (LOORBACH, 2007; GEELS, 2002). É fundamental contemplar tanto a realidade operacional dos profissionais quanto as estruturas institucionais que regem suas práticas.

As universidades foram mencionadas como a principal fonte de incentivo para a adoção de práticas em prol da sustentabilidade, evidenciando a relevância das

instituições de ensino superior no desenvolvimento de consciência crítica e conhecimento técnico atualizado. Tais instituições podem estabelecer pontes entre estratégias coordenadas e aplicações práticas no mercado, favorecendo a formação de profissionais mais comprometidos com a responsabilidade ambiental. Essa constatação reforça a importância da capacitação técnica e da reflexão ética para profissionais de *Design* de Interiores. As instituições de ensino, ao atualizar currículos e promover debates sobre impactos ambientais, podem alinhar conhecimento, responsabilidade social e demandas ambientais, contribuindo para a consolidação de atitudes mais sustentáveis no setor.

A análise dos resultados à luz da Teoria do Comportamento Planejado e da Teoria Neoinstitucional demonstra que a adoção dessas práticas no *Design* de Interiores é influenciada por uma combinação de fatores individuais e institucionais. Enquanto a Teoria do Comportamento Planejado evidencia o papel das atitudes, normas subjetivas e do controle comportamental percebido na formação de intenções e ações, a Teoria Neoinstitucional ressalta como estruturas regulativas, normativas e cultural-cognitivas moldam os comportamentos e sustentam práticas estabelecidas. A integração dessas perspectivas permite compreender que, embora haja intenção favorável e percepção crescente da importância da sustentabilidade ambiental, as barreiras institucionais e a percepção de dificuldades práticas ainda limitam a transformação dessas intenções em comportamentos efetivos.

4.6 Análise das Hipóteses Iniciais

A Hipótese 1 postula que o *modus operandi* dos profissionais de *Design* de Interiores interfere nas soluções projetuais em relação aos impactos ambientais. As respostas dos profissionais de *Design* de Interiores revelam que a adoção de práticas ambientalmente responsáveis encontra obstáculos diversos. Fatores como a falta de conhecimento acerca de conceitos de sustentabilidade, resistência à estética desses produtos, a preferência por métodos convencionais e motivações financeiras são identificados como restrições à implementação dessas práticas (AYDIN et al., 2019; AYE, 2003; HAYLES, 2015; HES, 2005; MATÉ, 2006; GIESEKAM et al., 2015; AZEEM et al., 2017). Esses desafios comportamentais e culturais estão alinhados com a literatura, que identifica a priorização de produtos e tecnologias estabelecidas e a resistência a mudanças como barreiras críticas.

Relatos de vendedores reforçam a priorização pela estética e produtos de alto custo nas decisões de compra dos profissionais, incentivada, frequentemente, por motivações financeiras, além de desinteresse e resistência a produtos favoráveis à sustentabilidade. A discrepância entre as percepções de profissionais e vendedores expôs um desalinhamento entre a valorização de projetos ambientalmente preferíveis declarada pelos profissionais e suas escolhas práticas. Concluiu-se que o *modus operandi* dos profissionais influencia no impacto ambiental de seus projetos.

A Hipótese 2 sugere que as legislações, diretrizes e determinações das associações e conselhos profissionais são inócuas e insuficientes para direcionar uma prática profissional favorável ao meio ambiente. Esta proposição é relevante, pois, segundo a literatura, regulamentações e normas têm o potencial de incentivar iniciativas em prol da sustentabilidade (AZEEM et al., 2017; KOLLMUSS; AGYEMAN, 2002). Neste contexto, o estudo avaliou se a falta de orientações eficazes limita a implementação dessas práticas.

A atuação do CAU e da ABD mostrou-se ineficiente ao estabelecer diretrizes para a prática profissional. Embora o CAU tenha proibido a prática da RT, ela ainda é amplamente adotada por muitos profissionais e lojas do setor. Essa realidade aponta para uma desconexão entre as diretrizes estabelecidas e as práticas cotidianas, sugerindo que a adaptação e implementação de normas éticas ainda requerem um esforço conjunto de conscientização e colaboração entre os atores envolvidos.

A análise também evidencia o impacto limitado das políticas públicas no incentivo a essas práticas. Assim como os conselhos e associações da área, o governo também exerce pouca influência em iniciativas em prol da sustentabilidade, segundo os profissionais participantes do estudo. Esta brecha entre regulamentações ambientais desejáveis e sua aplicação prática reflete a ausência de políticas governamentais e institucionais sólidas. A literatura sugere que normas mais rígidas e incentivos financeiros podem contribuir com a promoção de atitudes mais sustentáveis (MATÉ, 2009). Concluiu-se, então, que as orientações existentes não são robustas o suficiente para guiar a prática profissional e promover iniciativas ambientalmente preferíveis de maneira ampla e efetiva.

A Hipótese 3 aponta que o *modus operandi* dos profissionais de *Design* de Interiores não é homogêneo, podendo motivações financeiras influenciarem suas práticas ou não. Esta proposição destaca que a variabilidade nos estilos de atuação e nas

preferências profissionais gera uma abordagem diversa em relação à sustentabilidade, o que pode explicar uma adesão parcial ou moderada a práticas ambientalmente responsáveis dentro do setor.

A análise das respostas dos profissionais revela uma divisão entre as abordagens adotadas em projetos, sendo 59% inclinados a remodelações extremas e 41% a uma abordagem mais conservadora. A maioria dos profissionais indica preferir projetos flexíveis, duradouros e que priorizam a longevidade, características frequentemente associadas a uma maior sustentabilidade. Percebe-se, também, uma variação de nível de conhecimento por parte desses profissionais, ao analisar as respostas abertas referentes às práticas ambientalmente responsáveis. Essa variabilidade sugere conformidade com a hipótese, na medida em que as respostas evidenciam uma heterogeneidade em seu *modus operandi*, com influência de diversos fatores, tanto internos quanto externos.

Em contrapartida, há discrepância entre a percepção dos profissionais e a dos vendedores no que diz respeito a sua adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade. Enquanto muitos profissionais demonstram intenção de adotar essas práticas, os vendedores enfatizam seu desinteresse no tema.

Observa-se, também, que 71,4% dos profissionais acredita que a RT é uma compensação justa, enquanto 28,6% acreditam que a prática pode desvalorizar a profissão. Por meio das entrevistas realizadas com os vendedores, percebe-se que, mesmo não sendo integralmente responsável pelo impacto ambiental exercido pelo setor, as motivações financeiras criam uma barreira adicional para atitudes favoráveis à sustentabilidade, distanciando ainda mais esses profissionais dessas práticas.

A Hipótese 4 considera que fatores externos à prática profissional influenciam a efetividade das estratégias adotadas para mitigar impactos ambientais. Esta proposição destaca que as condições externas, como a oferta limitada de materiais ambientalmente responsáveis, resistência dos clientes e ausência de incentivos governamentais robustos, dificultam a eficácia de práticas projetuais mais sustentáveis.

Os dados coletados revelam que, na visão dos profissionais, fatores como a falta de mão de obra qualificada e a escassez de informações sobre produtos ambientalmente preferíveis dificultam implementação de práticas mais sustentáveis, em conformidade

com a literatura (AYE, 2003; GIESEKAM et al., 2015). No entanto, esses profissionais também destacam barreiras internas que os impedem de implementar iniciativas em prol da sustentabilidade, como falta de conhecimento acerca de conceitos, produtos e tecnologias ambientalmente responsáveis, preferência por práticas tradicionais e tempo de projeto insuficiente para buscar informações a respeito. Esses fatores destacam como as barreiras externas e internas se inter-relacionam, criando um cenário em que tanto as condições do mercado quanto as limitações individuais dificultam a adoção de estratégias eficazes para mitigar impactos ambientais.

Sob a ótica dos vendedores, a sustentabilidade ambiental é frequentemente subordinada a outras prioridades, como interesses financeiros e preferências estéticas dos profissionais. Para eles, não há demanda ou interesse por parte dos *designers* e arquitetos, mesmo quando são apresentadas alternativas ambientalmente preferíveis. O alinhamento desses achados à Hipótese 4 confirma que variáveis externas, em conjunto com fatores internos, enfraquecem a adoção de soluções ambientalmente responsáveis.

5 CONCLUSÕES

O objetivo central desta pesquisa foi examinar como o *modus operandi* dos profissionais de *Design* de Interiores pode limitar uma atuação em prol da mitigação de impactos ambientais, assim como compreender as influências externas que dificultam ou facilitam práticas ambientalmente responsáveis. A análise foi realizada a partir do exame de barreiras e facilitadores descritos na literatura, considerando tanto fatores culturais e institucionais quanto diretrizes de projetos favoráveis à sustentabilidade. Na investigação das barreiras internas e externas, identificaram-se lacunas de conhecimento e prática entre os profissionais, além de desafios estruturais e de mercado que afetam as escolhas projetuais e dificultam a implementação de soluções ambientalmente responsáveis.

A análise das hipóteses evidencia que decisões ambientalmente preferíveis no setor de *Design* de Interiores dependem de múltiplos fatores, como incentivos financeiros, regulamentações e experiência profissional. Entre as barreiras internas para adoção dessas práticas, destacam-se a compreensão limitada dos conceitos de sustentabilidade e a priorização de fatores estéticos em detrimento de critérios

ambientais. Mesmo entre profissionais que se consideram comprometidos com conceitos de sustentabilidade, ainda é observado um entendimento superficial do tema. Essa limitação é um indicativo de que a educação e o treinamento sobre o tema ainda são insuficientes na formação desses profissionais, o que limita a profundidade e consistência de suas ações.

Além disso, adiciona-se a variável RT, que direciona as escolhas dos profissionais a soluções cujo retorno financeiro é maior. Para além das questões éticas, apesar de a RT não ser integralmente responsável pela insustentabilidade observada nas práticas do setor, representa uma barreira interna adicional à adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade. Ao ser identificada pelos vendedores como um dos principais critérios para escolha de lojas e produtos por parte dos profissionais, a RT interfere em sua autonomia para tomar decisões baseadas nos melhores interesses do projeto e do cliente, substituindo critérios técnicos por incentivos financeiros. Como resultado, a sustentabilidade também fica em segundo plano, criando uma dissonância entre o discurso de responsabilidade ambiental, frequentemente presente nas intenções dos profissionais, e as escolhas que efetivamente integram o projeto.

Barreiras externas também exercem influência sobre as decisões dos profissionais. Os dados qualitativos das entrevistas revelam que a oferta de produtos ambientalmente preferíveis é limitada, dificultando a adoção dos mesmos. Ademais, a resistência e a escassa demanda por parte dos clientes criam um ambiente desafiador para profissionais inclinados a iniciativas mais sustentáveis. A insuficiência de diretrizes institucionais e de políticas públicas para incentivar práticas ambientalmente preferíveis surge como um dos desafios identificados. Sem uma regulamentação rigorosa, incentivos financeiros e fiscais, as normas estabelecidas por associações e conselhos de classe encontram limitações para ações efetivas no setor. Assim, as iniciativas regulatórias precisam avançar para apoiar e viabilizar iniciativas em prol da sustentabilidade, demonstrando que as políticas de incentivo são fundamentais para superar as barreiras identificadas.

Observa-se uma predisposição maior a iniciativas ambientalmente preferíveis entre profissionais mais jovens, recentemente formados, com alguma experiência na área (5-10 anos), o que sugere uma abertura à inovação e à novas práticas, desde que haja incentivos e suporte adequados. Parte dos profissionais demonstra interesse e compromisso com iniciativas mais sustentáveis, conforme refletido nas respostas do

questionário. Entretanto uma análise mais aprofundada indica que esse compromisso frequentemente não se traduz em ações efetivas.

Este estudo contribui para o entendimento de como o *modus operandi* dos profissionais de *Design* de Interiores afeta iniciativas favoráveis à sustentabilidade, em especial ao considerar a RT e a inter-relação entre fatores contextuais, como normas culturais e econômicas. Ao expor barreiras e potenciais facilitadores do comportamento desses profissionais, a pesquisa amplia o debate acerca da sustentabilidade ambiental no *Design* de Interiores, mostrando de que forma pressões externas e motivações pessoais direcionam decisões com impacto em atitudes ambientalmente responsáveis.

A partir dos resultados, conclui-se que a formação dos profissionais de *Design* de Interiores requer a integração de conceitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, transcendendo abordagens puramente técnicas. Ao incorporar a sustentabilidade no currículo, as universidades indicam aos alunos que atitudes ambientalmente responsáveis são socialmente aceitas e, cada vez mais, normativas no campo profissional. Esse reforço das normas subjetivas, em conformidade com a Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991), pode aumentar a intenção dos estudantes em adotar essas práticas após a formação, pois eles internalizam a importância do tema ao longo de seu percurso acadêmico. Paralelamente, as universidades colaboram para solidificar normas institucionais que legitimem condutas em prol da sustentabilidade, auxiliando na criação de uma cultura setorial que priorize práticas ambientalmente conscientes.

Ainda de acordo com a Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991), este estudo reforça o papel das barreiras externas (como as preferências dos clientes e a acessibilidade a esses produtos) na limitação de atitudes ambientalmente responsáveis. Esses fatores, ao mesmo tempo em que refletem a complexidade econômica e cultural do setor, também demonstram a influência de pressões institucionais insuficientes para transformar os padrões atuais, conforme destacado pela Teoria Neoinstitucional. Nesse contexto, a consolidação de diretrizes regulatórias, somada a iniciativas colaborativas envolvendo profissionais, consumidores, fornecedores e agentes reguladores, é essencial para superar os entraves observados.

Sugere-se que estudos futuros considerem amostras mais amplas e diversificadas, permitindo análises comparativas entre diferentes perfis e contextos de atuação, tendo em vista que uma limitação deste estudo decorre da amostra por acessibilidade. Recomenda-se, também, que ampliem a abrangência, contemplando variáveis adicionais para oferecer uma visão mais completa a respeito dos desafios da sustentabilidade ambiental no *Design* de Interiores. Uma vertente adicional para pesquisas futuras envolve análises comparativas em diferentes contextos culturais e regionais, que poderiam revelar variações substanciais nas barreiras e oportunidades para uma maior sustentabilidade no *Design* de Interiores. Expandir a pesquisa para contextos internacionais ou setores com regulamentações e incentivos específicos permitiria identificar práticas bem-sucedidas e desafios singulares, enriquecendo a compreensão sobre o peso de fatores institucionais e culturais. Adicionalmente, estudos que investiguem o papel da educação ambiental integrada no currículo de *Design* de Interiores e Arquitetura, com foco na eficácia de programas de formação em promover uma compreensão holística do ciclo de vida dos produtos, podem fornecer orientações para a elaboração de programas educacionais que formem profissionais mais preparados para enfrentar os desafios ambientais da atualidade.

REFERÊNCIAS

- ABCASA. *Belo Horizonte lidera consumo de decoração no Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Artigos para Casa, Decoração, Presentes e Utilidades Domésticas, 2024. Disponível em: <https://abcasa.org.br/belo-horizonte-e-a-quinta-cidade-que-mais-consome-decoracao/>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- AHN, Y.; PEARCE, A.; WANG, Y.; WANG, G. Drivers and barriers of sustainable design and construction: the perception of green building experience. *International Journal of Sustainable Building Technology and Urban Development*, v. 4, n. 1, p. 35–45, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/2093761X.2012.759887>
- AJZEN, I. Perceived behavioral control, self-efficacy, locus of control, and the theory of planned behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, v. 32, n. 4, p. 665–683, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2002.tb00236.x>
- AJZEN, I. The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v. 50, n. 2, p. 179–211, 1991. DOI: [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- AKADIRI, P. Understanding barriers affecting the selection of sustainable materials in building projects. *Journal of Building Engineering*, v. 4, p. 86–93, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jobbe.2015.08.006>
- AMETEPEY, O.; AIGBAVBOA, C.; ANSAH, K. Barriers to successful implementation of sustainable construction in the Ghanaian construction industry. *Procedia Manufacturing*, v. 3, p. 1682–1689, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.promfg.2015.07.988>
- AYDIN, Y. C.; MIRZAEI, P. A.; AKHAVANNASAB, S. On the relationship between building energy efficiency, aesthetic features and marketability: toward a novel policy for energy demand reduction. *Energy Policy*, v. 128, p. 593–606, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.12.036>
- AYE, E. Taking the pulse: sustainability and the interior design practice. *Interiors: Design, Architecture, Culture*, v. 1, n. 1, p. 75–89, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/2093761X.2012.759887>
- AZEEM, S.; NAEEM, M. A.; WAHEED, A.; THAHEEM, M. J. Examining barriers and measures to promote the adoption of green building practices in Pakistan. *Smart and Sustainable Built Environment*, v. 6, n. 3, p. 86–100, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/SASBE-06-2017-0023>
- BOETTCHER, M.; KIM, R. E. Arguments and architectures: discursive and institutional structures shaping global climate engineering governance.

Environmental Science & Policy, v. 128, p. 121–131, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2021.11.015>

BONDA, P.; SOSNOWCHIK, K. *Sustainable commercial interiors*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2006.

BOSSIO, C.; LABBÉ, D.; FORD, J. Urban dwellers' adaptive capacity as a socio-psychological process: insights from Lima, Peru. *Climate Risk Management*, v. 34, art. 100352, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.crm.2021.100352>

BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

BRASIL. *Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010*. Regulamenta o exercício da profissão de arquiteto e urbanista e cria o CAU/BR. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.369, de 12 de dezembro de 2016*. Dispõe sobre o exercício da profissão de Designer de Interiores. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13369.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRYMAN, A. *Social research methods*. 5th ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BRUNDTLAND, G. H. *Our common future: world commission on environmental development*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

BULOW, J. An economic theory of planned obsolescence. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 101, n. 4, p. 729–749, 1986. DOI: <https://doi.org/10.2307/1884176>

CAMATA, S. Atual cenário e oportunidades na inserção da sustentabilidade nos projetos de design de interiores no Brasil. 2023. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

CELADYN, M. Integrative design classes for environmental sustainability of interior architectural design. *Sustainability*, v. 12, art. 7383, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12187383>

CHAN, A. P. C.; DARKO, A.; AMEYAW, E. E.; OWUSU-MANU, D. G. Barriers affecting the adoption of green building technologies. *Journal of Management in Engineering*, v. 33, n. 3, art. 04016057, 2017. DOI: [https://doi.org/10.1061/\(ASCE\)ME.1943-5479.0000507](https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000507)

CHICK, A.; MICKLETHWAITE, P. *Design for sustainable change: how design and designers can drive the sustainability agenda*. Lausanne: AVA Publishing, 2011.

CHING, F. D. K. *Architectural graphics*. 6th ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2014.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). *Código de ética e disciplina dos arquitetos e urbanistas*. Brasília, DF: CAU/BR, 2013. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/etica/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

COOPER, T. The significance of product longevity. In: COOPER, T. (org.). *Longer lasting products: alternatives to the throwaway society*. Farnham: Gower Publishing, 2010. p. 3–36.

CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 3rd ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2009.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. *Designing and conducting mixed methods research*. 3rd ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2018.

DAUDÉN, J. Reserva técnica: o que a legislação nos diz sobre esta prática. *ArchDaily*, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925711/reserva-tecnica-o-que-a-legislacao-nos-diz-sobre-esta-pratica>. Acesso em: 21 jan. 2024.

DE GIER, A.; GOTTLIEB, S.; BUSER, M. Categorizing construction waste: closing the gap between European waste regulation and management practices. *Sustainable Futures*, v. 7, art. 100194, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sftr.2024.100194>

DE PAULA, N.; JYO, L. K.; MELHADO, S. B. Sources of challenges for sustainability in the building design—The relationship between designers and clients. *Buildings*, v. 12, n. 10, art. 1725, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/buildings12101725>

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095101>

DOU, Y.; XUE, X.; ZHAO, Z.; LUO, X. Factors influencing China's off-site construction technology innovation diffusion. *Sustainability*, v. 11, n. 7, art. 1849, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11071849>

EL-KHATIB, A. Educating interior design & architecture clients about sustainable design: issues, perceptions, and expectations. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculté de l'Aménagement, Université de Montréal, Montreal, Canadá.

FAGUNDES, C.; FERREIRA, E. Percepção de escritórios de arquitetura quanto à aplicação de requisitos de sustentabilidade. In: *SIMPÓSIO BRASILEIRO DE*

GESTÃO E ECONOMIA DA CONSTRUÇÃO – SIBRAGEC, 8., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: [s.n.], 2013.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2. ed. London: Routledge, 2013.

FONTANELLA, B. LUCHESI, B.; SAIDEL, M.G.; RICAS, J.; TURATO, E.; MELO, D. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 2, p. 389–394, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>

GAO, S.; LOW, S.; LOW, R. Adoption of smart contracts in the construction industry: an institutional analysis of drivers and barriers. *Construction Innovation*, v. 24, n. 5, p. 1401–1421, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/CI-03-2022-0066>

GAZZOLA, P. The bad, the abnormal and the inadequate: a new institutionalist perspective for exploring environmental assessment's evolutionary direction. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 95, art. 106786, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2022.106786>

GEE, J. P. *An introduction to discourse analysis: theory and method*. 4. ed. London: Routledge, 2014.

GHAFOOR, S.; KOCATURK, T.; HOSSEINI, M.; WEISS, M. Barriers to the deployment of PSS for a circular economy in housing: an institutional theory perspective. *Smart and Sustainable Built Environment*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/SASBE-06-2024-0213>

GHAZILLA, R.; SAKUNDARINI, N.; ABDUL-RASHID, S.; AYUB, N.; OLUGU, E.; MUSA, N. Drivers and barriers analysis for green manufacturing practices in Malaysian SMEs: a preliminary findings. *Procedia CIRP*, v. 26, p. 658–663, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procir.2015.02.085>

GIESEKAM, J.; BARRETT, J. R.; TAYLOR, P. Construction sector views on low carbon building materials. *Building Research & Information*, v. 44, n. 4, p. 423–444, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/09613218.2016.1086872>

GUY, S.; FARMER, G. Reinterpreting sustainable architecture: the place of technology. *Journal of Architectural Education*, v. 54, n. 3, p. 140–148, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1162/10464880152632451>

HANKINSON, M.; BREYTENBACH, A. *Barriers that impact on the implementation of sustainable design*. Johannesburg: University of Johannesburg, 2012.

HAYLES, C. Environmentally sustainable interior design: a snapshot of current supply of and demand for green, sustainable or fair trade products for interior design

practice. *International Journal of Sustainable Built Environment*, v. 4, n. 1, p. 100–108, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijsbe.2015.03.006>

HES, D. *Facilitating 'green' building: turning observation into practice*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura) – School of Architecture and Design, RMIT University, Melbourne, Austrália.

HES, D.; DU PLESSIS, C. *Designing for hope: pathways to regenerative sustainability*. Londres: Routledge, 2015.

HOFER, A.; ASCHAUER, E.; VELTE, P. Sustainability-oriented targets in executive compensation – symbolic measures or significant catalyst for a sustainable transition? *Qualitative Research in Accounting & Management*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/QRAM-06-2023-0105>

HORRY, R.; BOOTH, C.; MAHAMADU, A.M.; MANU, P.; GEORGAKI, P. Environmental management systems in the architectural, engineering and construction sectors: a roadmap to aid the delivery of the sustainable development goals. *Environment, Development and Sustainability*, v. 24, p. 10585–10615, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01874-3>

JACKSON, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. London: Earthscan, 2009.

KANG, M.; GUERIN, D. The state of environmentally sustainable interior design practice. *American Journal of Environmental Sciences*, v. 5, n. 2, p. 179–186, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3844/ajessp.2009.179.186>

KINEBER, A.; MASSOUD, M.; HAMED, M. Exploring sustainable interior design implementation barriers: a partial least structural equation modeling approach. *Sustainability*, v. 15, n. 5, art. 4663, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su15054663>

KOLLMUSS, A.; AGYEMAN, J. Mind the gap: why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior? *Environmental Education Research*, v. 8, n. 3, p. 239–260, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504620220145401>

KVALE, S.; BRINKMANN, S. *InterViews: learning the craft of qualitative research interviewing*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2009.

LASANI, L. *The current state of green building standards and interior materials: are these processes leading to stronger selections of sustainable materials?* 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – University of Waterloo, Waterloo, Canadá, 2016.

LEE, E.; ALLEN, A.; KIM, B. Interior design practitioner motivations for specifying sustainable materials: applying the theory of planned behavior to residential design. *Journal of Interior Design*, v. 38, n. 4, p. 1–16, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/joid.12017>

LINHARES, T. *Tomada de decisão no design de interiores face às influências da oferta de materiais favoráveis à sustentabilidade*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2020.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOPES, G. *Percepções de sustentabilidade no cotidiano profissional do designer de interiores*. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Curitiba, 2014.

MATÉ, K. Champions, conformists, and challengers: attitudes of interior designers as expressions of sustainability through materials selection. In: *DESIGN RESEARCH SOCIETY CONFERENCE*, 2006, Lisboa. *Anais...* Lisboa: [s.n.], 2006.

MATÉ, K. Attitudes versus actions: are interior designers genuinely embracing sustainable design through material selection? In: *5th INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE ASSOCIATION OF ARCHITECTURE SCHOOLS IN AUSTRALASIA*, 2009, [s.l.]. *Anais [...]*. [S.l.]: [s.n.], 2009.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340–363, 1977.

MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C. *Applied statistics and probability for engineers*. 7th ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2018.

OLANREWAJU, A. L. MIN, C.; SANMARGARAJA, S.; PONNIAH, V. What is stopping the adoption of sustainable residential buildings in Malaysia? In: ZAIN-AHMED, A.; et al. (ed.). *Green energy and technology*. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 181–198. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-24650-1_10

OXFORD UNIVERSITY PRESS. *Modus operandi*. 2024. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/modus-operandi>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PACKARD, V. *The waste makers*. New York: David McKay Company, 1960.

PEENSTRA, R.; SILVIUS, G. Enablers for considering sustainability in projects: the perspective of the supplier. *Procedia Computer Science*, v. 121, p. 55–62, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procs.2017.11.009>

PEVSNER, N. *A history of building types*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.

PILATOWICZ, G. *Sustainability in interior design*. [S.l.]: [s.n.], 2015.

PILE, J. F. *Interior design*. 4th ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, 2003.

REGREEN. *Residential remodeling guidelines*. Washington, DC: American Society of Interior Designers, 2008. Disponível em: <https://www.asid.org/resources/regreen-guidelines>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SCHOR, J. *Plenitude: the new economics of true wealth*. New York: Penguin Press, 2010.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in Experimental Social Psychology*, v. 25, p. 1–65, 1992.

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations: ideas and interests*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2008.

SERRANO, A.; MUSUMECI, A.; LI, J.; SERRANO, M.; BARQUIN, C. Rationality and the exploitation of natural resources: a psychobiological conceptual model for sustainability. *Environment, Development and Sustainability*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-024-04470-3>

SIMÕES, P. Os arquitetos e a reserva técnica. *Jota*, 25 mar. 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/os-arquitetos-e-a-reserva-tecnica-25032023>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SORRENTO, L. A natural balance: interior design, humans, and sustainability. *Journal of Interior Design*, v. 37, n. 2, p. 9–24, 2012.

STIEG, C. The sustainability gap. *Journal of Interior Design*, v. 32, n. 1, p. 7–21, 2006.

SZYMBORSKA, W. Discurso de aceitação do Prêmio Nobel de Literatura. Estocolmo, 1996. Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2019/03/wisawa-szymborska.html>. Acesso em: 4 mar. 2024.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *2022 global status report for buildings and construction: towards a zero-emission, efficient and resilient buildings and construction sector*. Nairobi: UNEP, 2022. Disponível em: <https://globalabc.org/resources/publications/2022-global-status-report-buildings-and-construction>. Acesso em: 14 jan. 2024.

US GREEN BUILDING COUNCIL (USGBC). *LEED v4.1: Interior Design and Construction*. 2021. Disponível em: <https://www.usgbc.org/resources/leed-v41-interior-design-and-construction>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and context: a sociocognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WANG, Q.; LI, H.; LI, Y.; LIU, J. How do perceived regulations influence environmentally sustainable project management? The mediating role of commitment and moderating role of triple constraint. *Buildings*, v. 13, n. 4, p. 955, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/buildings13040955>

WILSON, L. Arquitetos planejam manifesto pela valorização dos profissionais que não praticam a chamada RT. *Área*, 2018. Disponível em: <https://revistaarea.com.br/arquitetos-planejam-manifesto-pela-valorizacao-dos-profissionais-que-nao-praticam-a-chamada-rt/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

APÊNDICE A - Questionário para Profissionais de Design de Interiores

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Explorando a Influência do *Modus Operandi* dos Profissionais de Design de Interiores na Adoção de Práticas Ambientalmente Responsáveis

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa cujo objetivo é investigar como os aspectos do *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores apresentam limitações para uma atuação que busque mitigar impactos ambientais. Para tanto, será necessário realizar o seguinte procedimento, caso concorde em participar da pesquisa: responder a um questionário segregado em quatro partes: i) valores e prática profissional; ii) conhecimento e práticas profissionais ambientalmente responsáveis; iii) características demográficas; e iv) comentários adicionais. O questionário possui 24 questões direcionadas aos profissionais atuantes no Design de Interiores, que visam entender seus valores, modo de trabalhar e inclinação para adotar práticas ambientalmente responsáveis.

Em relação aos benefícios advindos desta pesquisa, espera-se que os resultados apresentados sejam capazes de contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados na busca por um Design de Interiores que funcione em prol da sustentabilidade ambiental, oferecendo, assim, um caminho para futuras pesquisas e intervenções no campo.

Durante o procedimento de resposta ao questionário, há o risco de você se sentir desconfortável ou constrangido(a) com alguma pergunta. Para minimizar este possível desconforto/constrangimento, salienta-se que sua participação é voluntária e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem penalidade ou qualquer impacto em sua situação. Seu anonimato está garantido, de forma que não há riscos de que dados individuais sejam identificados como seus. A análise dos resultados será realizada e divulgada de forma agregada. Há a possibilidade de participação em congressos e de publicação dos dados da pesquisa, porém, destaca-se que tal divulgação preservará o anonimato total de todos os participantes. Os dados da pesquisa serão armazenados por um período mínimo de cinco anos após o término do trabalho, em um computador localizado na Escola de Arquitetura da UFMG. Caso aceite participar da pesquisa, você deve salvar o TCLE.

Sendo necessário notificar algum acontecimento ou para entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis, Andréa Franco Pereira e Talissa Bedran Linhares, basta fazê-lo por meio do telefone: +55 (31) 98822-1864 ou do e-mail: designer.talissabedran@gmail.com. Não haverá qualquer tipo de despesa ou remuneração para a participação no estudo. Em caso de danos provenientes da pesquisa, você poderá buscar indenização nos termos da Resolução no. 466/12.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) possui campo destinado para concordância do participante. Caso você concorde em participar do estudo, deverá clicar em “Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do estudo” e baixar o TCLE para guardar uma versão com você. Caso não queira participar, é só clicar em “Não aceito participar do estudo” ou não fazer mais nada. Caso você aceite participar, será direcionado ao questionário do estudo.

Em caso de dúvidas gerais, basta entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis, Andréa Franco Pereira e Talissa Bedran Linhares, por meio do telefone: +55 (31) 98822-1864 ou do e-mail: designer.talissabedran@gmail.com.

Em caso de dúvidas éticas, você poderá procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, no telefone (31) 3409-4592, no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil ou pelo e-mail coep@prpq.ufmg.br.

APÊNDICE B - Questionário para Profissionais de Design de Interiores

Pesquisadora Responsável: Talissa Bedran Linhares

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Franco Pereira

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa cujo objetivo é investigar como os aspectos do *modus operandi* dos profissionais de Design de Interiores apresentam limitações para uma atuação que busque mitigar impactos ambientais. A pesquisa está sendo realizada pela doutoranda Talissa Bedran Linhares, sob orientação da profa. Dra. Andréa Franco Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O questionário é formado por, no máximo, 24 perguntas e estima-se que o tempo total de resposta será de 5 a 10 minutos.

Salienta-se que sua participação é voluntária e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem penalidade ou qualquer impacto em sua situação. Seu anonimato está garantido, de forma que não há riscos de que dados individuais sejam identificados como seus. A análise dos resultados será realizada e divulgada de forma agregada.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) completo pode ser acessado através do link abaixo:

https://drive.google.com/file/d/14OYjgwPvF9d4KKGU_zwvZzlccRev-5mM/view?usp=sharing

SEÇÃO 1: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

1. Idade:

- ☐ Menos de 25 anos
- ☐ 25-34 anos
- ☐ 35-44 anos
- ☐ 45-54 anos
- ☐ 55-64 anos
- ☐ 65 anos ou mais

2. Gênero:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro
- ☐ Prefiro não dizer

3. Formação acadêmica:

- ☐ Graduação em Design de Interiores

- ☐ Graduação em Arquitetura
- ☐ Pós-graduação em Design de Interiores
- ☐ Pós-graduação em Arquitetura
- ☐ Outro: _____

4. Tempo de experiência profissional:

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ 5-10 anos
- ☐ 11-15 anos
- ☐ 16-20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

5. Localização geográfica:

- ☐ Norte
- ☐ Nordeste
- ☐ Centro-Oeste
- ☐ Sudeste
- ☐ Sul

SEÇÃO 2: VALORES E PRÁTICA PROFISSIONAL

6. Quais critérios você considera ao desenvolver seus projetos? (marque quantas quiser)

- ☐ Luxo e exclusividade
- ☐ Funcionalidade
- ☐ Durabilidade e resistência
- ☐ Estética
- ☐ Conforto
- ☐ Tendência
- ☐ Facilidade de manutenção (limpeza, etc.)
- ☐ Preço
- ☐ Disponibilidade (facilidade de acesso de produtos, encomenda, etc.)
- ☐ Marcas de confiança
- ☐ Tempo de instalação
- ☐ Facilidade de encontrar mão de obra qualificada para instalação

() Nível de conhecimento das características dos produtos (já costuma especificá-los)

() Impacto ambiental

() Benefícios à saúde

() Outro: _____

7. Em geral, você prefere fazer remodelações extremas (alterações de alvenaria, etc.) ou tem uma abordagem mais conservadora?

() Não tenho medo de propor remodelações extremas, pois acredito que seja meu papel tirar o melhor de cada ambiente

() Sou mais conservadora. Tento fazer o mínimo necessário de intervenções para que o projeto atenda ao cliente

8. Em geral, você gosta de seguir as tendências do momento ou prefere projetos mais atemporais e neutros?

() Gosto de sempre estar atualizada e trazer as tendências do momento (inspiradas em feiras internacionais, nacionais, etc.)

() Gosto de estar atualizada, mas fazer projetos mais atemporais e neutros para que não fiquem ultrapassados com o tempo.

9. Em geral, quando você faz um projeto, o que prioriza (no layout, mobiliário, planta de iluminação, etc)?

() Busco fazer projetos flexíveis, para atender as demandas a longo prazo, planejando para possíveis mudanças futuras

() Prefiro focar nas demandas específicas daquele momento para atendê-las da melhor forma possível

10. Na sua opinião, qual o intervalo médio ideal para remodelar um ambiente?

() menos de 3 anos

() 3 anos

() 5 anos

() 7 anos

() mais de 10 anos

() Outro: _____

11. O que você acha da RT?

() Concordo, porque acredito que a remuneração pelos projetos é insuficiente e a RT é uma compensação justa que complementa os honorários pelos serviços prestados

() Discordo, porque acredito que ela pode vir a desvalorizar a profissão, prejudicando a transparência e a confiança com o cliente

() Outro: _____

12. As lojas que você costuma indicar para seus clientes geralmente oferecem RT?

() A maioria, sim

() A maioria, não

13. Você acredita que a RT é uma parte importante da renda dos arquitetos e designers de interiores?

() Sim, acredito que a RT seja uma boa parcela da remuneração dos profissionais

() Não, acredito que seja somente um complemento, mas não é essencial para a empresa funcionar

14. Você acredita que a RT pode influenciar alguns profissionais a escolherem determinadas lojas e produtos em seus projetos?

() Concordo totalmente

() Concordo parcialmente

() Discordo parcialmente

() Discordo totalmente

SEÇÃO 3: CONHECIMENTO E PRÁTICAS PROFISSIONAIS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS

15. Qual seu nível de conhecimento sobre conceitos e práticas sustentáveis no design de interiores?

() Muito alto

() Alto

() Médio

() Baixo

() Muito baixo

16. Você acredita que a adoção de práticas sustentáveis melhora a qualidade do ambiente e agrega valor ao projeto?

() Concordo totalmente

() Concordo parcialmente

() Discordo parcialmente

() Discordo totalmente

17. Você foi ativamente incentivado a adotar práticas sustentáveis em seus projetos por alguma(s) das alternativas abaixo? (marque quantas quiser)

- ☐) Universidade
- ☐) Colegas de profissão
- ☐) Conselhos e Associações da área
- ☐) Governo
- ☐) Clientes
- ☐) Vendedores e prestadores de serviço
- ☐) Família
- ☐) Amigos
- ☐) Nenhuma das alternativas acima
- ☐) Outras: _____

18. Descreva, em poucas palavras, como você acredita que um projeto sustentável de interiores deve ser:

19. Qual seu nível de adoção de práticas sustentáveis em seus projetos?

- ☐) Muito alto
- ☐) Alto
- ☐) Médio
- ☐) Baixo
- ☐) Muito baixo

20. Quais são as práticas sustentáveis que você adotou/adota?

21. Você acredita que alguma das alternativas abaixo dificulta a adoção de práticas sustentáveis em seus projetos? (marque quantas quiser)

- ☐) Me falta conhecimento sobre conceitos, produtos, materiais e tecnologias sustentáveis

- ☐ Tenho preferência por práticas mais tradicionais e produtos já conhecidos no mercado
- ☐ Tenho resistência à estética de materiais e produtos sustentáveis (acho pouco atrativos)
- ☐ Acredito que os custos das alternativas sustentáveis sejam altos
- ☐ Tenho tempo de projeto insuficiente para a pesquisa de novos materiais e treinamento sobre novas tecnologias
- ☐ Outras: _____

22. Você acredita que alguma das alternativas abaixo é uma barreira para que você adote práticas sustentáveis? (marque quantas quiser)

- ☐ Escassez de produtos, materiais e tecnologias sustentáveis no mercado
- ☐ Falta de informações sobre produtos, materiais e tecnologias sustentáveis
- ☐ Baixa confiança nas informações de fornecedores de produtos sustentáveis
- ☐ Preocupação com a garantia de materiais, produtos e tecnologias sustentáveis
- ☐ Ausência de mão de obra qualificada para lidar com materiais, produtos e tecnologias sustentáveis
- ☐ Falta de conhecimento, falta de demanda e interesse do cliente em materiais, produtos e tecnologias sustentáveis
- ☐ Resistência aos aspectos estéticos do cliente em materiais, produtos e tecnologias sustentáveis
- ☐ Cliente acredita que materiais, produtos e tecnologias sustentáveis têm custos altos
- ☐ Outras: _____

23. Em que medida as barreiras marcadas acima (QUESTÃO 21) influenciam suas decisões sobre a adoção de práticas sustentáveis:

- ☐ Muito
- ☐ Moderadamente
- ☐ Pouco
- ☐ Não influencia

24. Como / Por que?

SEÇÃO 4: COMENTÁRIOS ADICIONAIS

Por favor, compartilhe quaisquer outros comentários ou insights que possam ajudar a entender melhor as barreiras e facilitadores na adoção de práticas sustentáveis em seus projetos de interiores:
